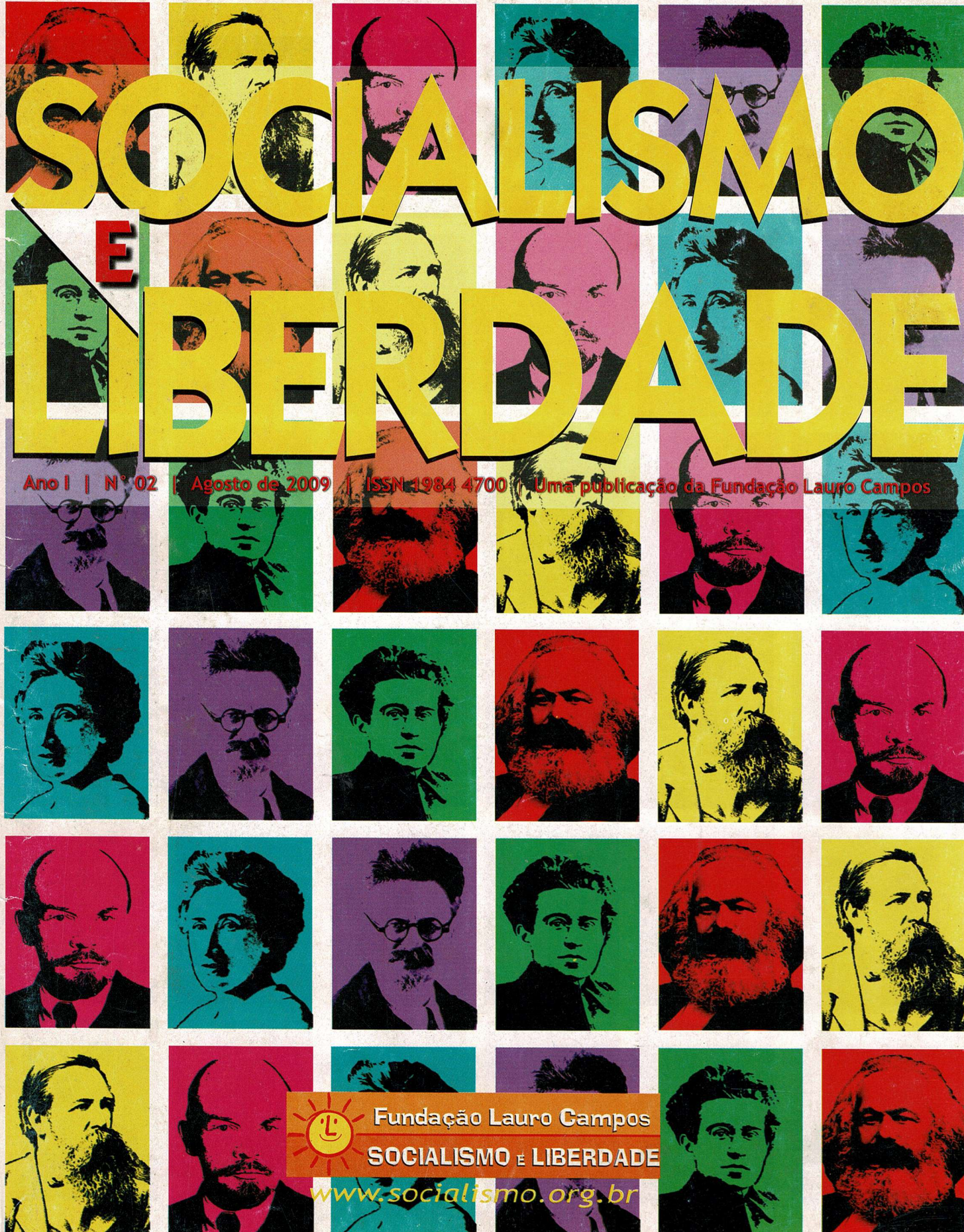


SOCIALISMO E LIBERDADE

Ano I | N° 02 | Agosto de 2009 | ISSN 1984 4700 | Uma publicação da Fundação Lauro Campos



Fundação Lauro Campos

SOCIALISMO E LIBERDADE

www.socialismo.org.br

Pois é, camaradas. Passo a passo, vamos consolidando a publicação oficial da Fundação Lauro Campos, a revista 'Socialismo e Liberdade', com o lançamento deste segundo número (terceiro, de fato, se consideramos o experimental, editado por ocasião do Fórum Social Mundial). E vamos consolidando-a em um momento especial - mês de realização do nosso II Congresso Nacional -, nosso encontro maior, evento destinado à reflexão e deliberação sobre balanço e passos futuros de nosso partido.

Pelos autores e pelos temas abordados, todos poderão sentir que nossa preocupação maior foi exatamente apresentar uma publicação correspondente ao clima que toda a militância estará vivendo: uma publicação que servisse de instrumento realmente eficaz para a consolidação teórica de propostas que venham resultar dos debates certamente muito intensos que o Congresso abrigará.

Nossas tarefas não serão fáceis. A conjuntura opera contra nós, na medida em que a combate parlamentar da direita reacionária - voltado apenas para a conquista do aparelho do Estado, mas mantendo as linhas-mestras da administração lulista - dão ao PT espaços para se afirmar como esquerda viável, até para amplos setores interessados numa transformação qualitativa da realidade político-social brasileira. A falsidade ideológica se consolida em função do apoio irrestrito que os segmentos hegemônicos do grande capital -

sistema financeiro, agronegócio e exportadores de matérias-primas - não negam a Lula, na contrapartida de todos os privilégios tributários que lhes são concedidos. Por cima disso, há o efeito devastador do assistencialismo bolsista, a bica de favela dos tempos atuais. Assistencialismo que não torna menos miseráveis as camadas mais desassistidas da população, mas que lhes sacia a necessidade imediata de sobrevivência. O que torna mais fácil, para as burocracias da CUT e da UNE, mergulharem na "corajosa" omissão de mobilizações do mundo do trabalho contra a ordem estabelecida.

É neste contexto que nos tornamos necessários, mesmo que a grande mídia tudo faça para nos ocultar. É neste contexto que a produção de pensamento alternativo se torna obrigatória para a prática política da esquerda que não foi cooptada nem se corrompeu.

Do artigo de Leandro Konder, tratando da importância da teoria na elaboração política de um partido voltado para o objetivo estratégico do socialismo, aos quadrinhos de Maringoni, retratando o comportamento de Marinho Mesquita, o cidadão senso-comum, dominado e alienado pelo que lhe impõe a visão conservadora da grande mídia, nosso leitor tem múltiplas oportunidades de se inteirar, direta e indiretamente, de alguns dos grandes clássicos do pensamento revolucionário.

Marx, Lênin, Trotsky, Rosa de Luxemburgo, Gramsci, Mariáte-

gui circulam pelas páginas, tanto por textos próprios quanto pelas análises abalizadas e consistentes de José Paulo Neto, Atilio Boron, Ricardo Antunes, Sílvia Santos, Jefferson Moura e Leila Escorsim.

Mas não ficamos nos clássicos, embora clássico seja tudo que Plínio Arruda Sampaio produza sobre política agrária e revolução. Há ainda aportes essenciais de nosso senador José Nery, tratando da grilagem e privatização das terras públicas da Amazônia; de Roberio Paulino, sobre a forma privilegiada como o governo Obama premiou o grande capital após todas as ilegalidades em que sua ação predatória se manifestou na busca do lucro pantagruélico; e de Luiz Araujo, sempre inovador na discussão sobre política educacional.

Fica para o fim o agradecimento especial a dois, sempre presentes, combatentes do nosso partido, sem os quais não seria possível produzir este número de 'Socialismo e Liberdade' - Sérgio Granja, o eficiente editor do portal da Fundação Lauro Campos, que cuidou da organização dos textos, e Jackson Anastácio, fotógrafo e artista plástico, responsável não só pela criativa capa como também por toda a diagramação da revista, numa exemplar ação militante.

Que o Congresso do PSOL resulte em passos profícuos no nosso futuro de lutas.

Milton Temer

Presidente da Fundação
Lauro Campos

EXPEDIENTE

SOCIALISMO E LIBERDADE Ano I | N° 02 | Agosto de 2009 | ISSN 1984-4700

Uma publicação da Fundação Lauro Campos

Av. Rio Branco, 185/1525 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20040-007 - Tel.: (21) 2215-2491

Edição Milton Temer | Sérgio Granja

Jornalista responsável Milton Temer (MTb 26134/70)

Projeto gráfico Fernando Braga Capa e diagramação Jackson Anastácio

Produção Sílvia Mundstock Impressão LWC Editora e Gráfica Tiragem 2000

Questões teóricas

Teoria para o PSOL 3

Leandro Konder

O déficit da esquerda é organizacional 5

José Paulo Neto

Atualidade do "Que fazer?" de Lenine 11

Atilio A. Boron

Revival de Vladimir? 18

Ricardo Antunes

Os novos movimentos de classe e a atualidade do sujeito coletivo 20

Jefferson Moura

Lênin, Trotsky, Gramsci e a revolução latino-americana no século XXI 32

Silvia Santos

Mariátegui 43

Leila Escorsim

Economia

A quebra da GM, a opção de Obama e o fim de uma era 49

Robério Paulino

Questão agrária

Situação da luta de classes no campo e formas de avançar a reforma agrária 53

Plínio de Arruda Sampaio

Legalização da grilagem e privatização de terras públicas na Amazônia 56

José Nery

Educação

Na essência, mais do mesmo 60

Lulz Araújo

Quadrinhos

Marinho Mesquita 69

Maringoni

Documentos

Marx e Lenin segundo o jovem Gramsci 72

Antonio Gramsci

A revolução russa 77

Rosa Luxemburgo

mações atualizadas. E depende também, a partir de um certo nível de complexidade, de construções filosóficas.

A experiência histórica dos brasileiros, nesse aspecto, não é tão rica como todos nós gostaríamos que fosse. Discutimos pouco e de maneira frequentemente emocional. Tenho a impressão de que debatemos às vezes sobre questões irrelevantes. Ai, perdemos tempo.

É muito bom sabermos que estão circulando nas escolas superiores as construções filosóficas de Gramsci ou, de Lukács, de Adorno ou de Benjamin. É claro que esses magníficos pensadores marxistas não vão resolver os nossos problemas. Estamos muito distanciados deles, no espaço e no tempo.

Para lidar com as construções filosóficas de grandes pensadores, porém, não podemos nos limitar a agregar os pensamentos deles aos nossos. Devemos aproveitar as idéias dos gigantes pensando por conta própria. Dialogando com eles. Sem subserviência, mas com muito respeito.

Nosso companheiro Carlos Nelson Coutinho vem realizando, através do estudo das obras de Gramsci um trabalho exemplar, como tradutor e também como crítico.

Por um lado, uma boa fundamentação teórica só pode resultar de muito esforço, de muita perseverança (e uma forte consciência de que nenhuma teoria vale de maneira absoluta para todos os tempos).

Por outro lado, a tarefa se torna ainda mais dura, porque o

conhecimento, dialeticamente, necessita de um atento e severo exame crítico dos problemas político-culturais que abarcam a nossa atuação num espaço mais amplo e menos restrito.

E Carlos Nelson Coutinho demonstra como, a partir da dialética do universal e do particular, o falecido Gramsci nos ajuda a pensar o Brasil e o Brasil nos ajuda a pensar Gramsci.

A elaboração da teoria política corresponde não só às exigências imediatas da luta de classes, mas também às necessidades dos conflitos menores, de interesses locais, e, para complicar ainda mais a cabeça dos combatentes, aos aspectos mais significativos, mais universais do processo histórico de autoconhecimento, de autodescoberta, de autoinvenção e de autolibertação da humanidade.

Há uma grande quantidade de jovens convergindo para o PSOL. Certamente na expectativa de encontrar no nosso partido um ambiente saudável para a teoria engajada, isto é, para a *praxis*.

Esses jovens nos trazem ricas potencialidades para superarmos os limites do nosso conhecimento ainda acentuadamente empírico. E que podem nos levar a uma *praxis* que nos permita dizer: *theora*.

Leandro Konder é filósofo marxista



José Paulo Netto

O DÉFICIT DA ESQUERDA É ORGANIZACIONAL

Para os revolucionários inscritos na tradição marxista colocam-se atualmente problemas inteiramente novos. Não é a primeira vez que, nos últimos cento e cinquenta anos, uma conjuntura deste tipo se instaura (nem será, talvez, a última). Mas, certamente, nenhuma das conjunturas anteriores revestiu-se da dramaticidade com que se apresenta a situação atual.

Com efeito, o exaurimento de todas as possibilidades civilizatórias do capital alcança hoje um nível tal que a manutenção, ainda que seja por uns poucos decênios, da ordem capitalista implica um grau de violência e barbarização que tornará inviável a sobrevivência da humanidade (o desastre ecológico é apenas um signo, embora crucial, das perspectivas horrorosas que se põem a médio, senão a curto, prazo). E isto se dá na quadra histórica, emergente na transição dos anos 1970 aos 1980, em que o projeto revolucionário fundado em Marx (e, de fato, o processo revolucionário real que tomou sua primeira forma na Revolução de Outubro) registrou derrotas históricas de larga incidência.

Em poucas palavras: nunca foram tão ameaçadoras as perspectivas imediatas da vida da humanidade e, simultaneamente, nunca o movimento revolucionário inspirado em Marx viu-se diante

de tantas dificuldades. Precisamente por isto, vale a pena provocar a imaginação com um breve exercício de polêmica: nosso - dos revolucionários - déficit não é teórico, é organizacional.

A potencialidade teórica do marxismo

vale a pena provocar a imaginação com um breve exercício de polêmica: nosso - dos revolucionários - déficit não é teórico, é organizacional.

É enorme a bibliografia sobre as crises do marxismo e, sem prejuízo de observações pertinentes que nela se encontram, quase toda possui um denominador comum: identifica a crise de uma ou outra vertente da tradição marxista (que, de fato, é um acervo ídeo-teórico e político muito diferenciado) com a crise do marxismo. Se houve, e de fato houve, uma paralisia no desenvolvimento da tradição marxista no segundo terço do século XX - aqui, as hipotecas derivadas do stalinismo foram decisivas -, paralisia que compeliu Lukács a reclamar, nos anos 1960, um "re-

nascimento do marxismo", o que os anos posteriores a 1970 revelaram foi a crise terminal de uma vertente particular (certamente relevante) daquela tradição: o marxismo-leninismo oficial, prolongamento do "marxismo vulgar" dominante na Segunda Internacional¹.

Mas, marginalmente ao marxismo-leninismo e após a denúncia do "culto à personalidade" (1956), outras vertentes marxistas se desenvolveram (ou continuaram se desenvolvendo) e constituíram um acúmulo ídeo-teórico capaz de propiciar um conhecimento social adequado. Um exame cuidadoso da documentação produzida por marxistas de diferentes matizes, a partir dos anos 1950, revela a emergência de um estoque crítico que, depois dos anos 1970, só fez crescer. Ao contrário do que sustenta o senso comum das ciências sociais acadêmicas e do que é veiculado pelos meios de comunicação social, a elaboração teórica de extração marxista tem se revelado capaz de análises extremamente corretas (ou seja: validadas pela dinâmica social real) dos processos histórico-sociais dos últimos trinta anos. Não é este o lugar para oferecer provas bibliográficas desta afirmação, mas basta cotejar, por exemplo, a visão da dinâmica econômico-social do sistema capitalista nos últimos vinte e cinco anos oferecida por dife-



Leandro Konder

TEORIA PARA O PSOL

Um velho amigo meu, que sabia grego antigo, me disse uma vez que a palavra "teoria" vinha do grego, *theora*, que significava "eu vejo". Como nunca verifiquei essa etimologia, tenho a impressão de que, ao usá-la, estou sendo um pouco aventureiro.

Apesar disso, na abordagem do tema, ao tentar responder à pergunta "o que é teoria?", não fui capaz de resistir à tentação de recorrer à etimologia que o meu amigo me ensinou, mesmo suspeitando que ela seja fantasiosa.

No nosso trabalho e na nossa atividade política, vez por outra aparecem idéias que não estão provadas, mas são verossímeis. O que se poderia objetar a essa hipótese implícita na origem da palavra "teoria"?

Os acertos da teoria dependem do acerto fundamental com que ela se situa no nível que lhe é mais adequado, isto é, no nível em que estão formuladas as demandas que ela é desafiada a atender.

Os conceitos e as imagens mais abstratos que nós podemos conceber são filosóficos. Quem perguntar quem somos nós, de onde viemos, para onde vamos, estará sem dúvida fazendo filosofia (ou se divertindo à custa dos filósofos).

Entre nós, nas lutas da esquerda, houve, no passado, momentos nos quais transparecia, nitidamente, certa desconfiança na teoria, certa suspeita no recurso (abusivo?) de argumentos "cerçados", que podiam "intimidar" o interlocutor.

Alguns ativistas, militantes, exageravam no "praticismo" e chegavam a se orgulhar de serem ignorantes. Eram, em

Práxis é o nome dado às atividades em que a humanidade se realiza, o gênero humano se expande, os sujeitos fazem escolhas, tomam decisões e agem.

geral, companheiros que desejavam sinceramente continuar a lutar. Creio que, embora mal formados no plano teórico - citavam os "clássicos" misturando os níveis de abstração das idéias citadas - esses companheiros, movidos pela paixão revolucionária, contribuíram muito para o movimento dos trabalhadores e para o questionamento do domínio burguês, no Brasil.

Outra coisa: apesar de sua in-

compreensão da importância da teoria, esses bravos militantes alertavam os companheiros para o risco de uma superestimação da mesma, o que efetivamente ocorria em alguns ambientes.

Alguns conceitos filosóficos eram de difícil interpretação. O conceito de teoria deu um passo adiante, nesse momento, quando foi introduzido nos debates o conceito de *práxis*, que Karel Kosík considerava o conceito mais importante do marxismo.

Na contraposição teoria x prática, como fica a *práxis*? Em princípio, ela se apóia no primado da ação. O próprio conhecimento humano nos remete ao nível decisivo da história que estamos fazendo (ou que "eles" estão fazendo contra nós).

A aproximação da *práxis* à prática é fruto de uma grave confusão. Não é qualquer prática que é *práxis*. As atividades mecânicas, a satisfação de necessidades fisiológicas - nada disso - é *práxis*.

Práxis é o nome dado às atividades em que a humanidade se realiza, o gênero humano se expande, os sujeitos fazem escolhas, tomam decisões e agem. Trata-se, portanto, de uma espécie de atividade que precisa da teoria, que depende de conhecimentos teóricos, de infor-

rentes teóricos marxistas (Mandel, Mészáros, Chesnais, Husson et alii) com aquela traçada pelos apologistas do capital para aquilatar da atualidade e da atualização da capacidade heurística do referencial analítico elaborado originalmente por Marx.

É evidente que este efetivo desenvolvimento de vertentes da tradição marxista está longe de significar que inúmeros complexos problemáticos, que peculiarizam a atual quadra histórica, estejam minimamente equacionados². Há toda uma série de níveis societários - no plano da cultura, no espaço da vida cotidiana, no campo das relações entre ciência e ética, nos domínios da demografia, da territorialidade etc. - em que se acumulam dilemas e impasses sobre os quais o estoque de conhecimentos é extremamente assimétrico em comparação à sua magnitude. As lacunas teóricas existentes são indiscutíveis e não há por que dissimulá-las. Mas, ainda aqui, cumpre sublinhar que carências crítico-cognitivas de monta afetam o conjunto das teorias sociais contemporâneas e são imensamente mais expressivas no campo dos saberes funcionais à ordem do capital - que, no plano teórico-social, mostra-se cada vez menos apta a engendrar concepções que resistam às fortes tendências constitutivas do que Lukács, na esteira de Marx, designou como "decadência ideológica".

Com estas considerações - necessariamente breves e esquemáticas -, o que pretendo ressaltar, com ênfase, é que as dificuldades com que se defrontam hoje os revolucionários que se reclamam vinculados à tradição marxista não derivam essencialmente de uma "crise teórica". A potencialidade teórica da tradi-

ção marxista tem resistido à prova da história.

Teoria e política

Em alguma passagem de seus escritos, P. Togliatti anotou: "quem erra na análise, erra na ação". A observação é crucial para os revolucionários (como, aliás, já o sabia Marx): para aqueles que se propõem como tarefa a supressão da ordem do capital e a ultrapassagem da sociedade burguesa, o conhecimento verdadeiro da realidade social é, como Lukács esclareceu desde 1923, uma questão de vida ou de morte. Isto equivale a dizer que, para os revolucionários, a formulação de projetos e o estabelecimento de estratégias no marco das lutas de classes supõem o máximo conhecimento possível da dinâmica social concreta.

Esta determinação, que parece incontestável, requer três notações minimamente convalidadas pela experiência histórica. A primeira é que tal determinação diz respeito àqueles que se empenham na superação da ordem do capital - a manutenção e a gestão desta ordem reclamam, obviamente, conhecimentos e saberes; entretanto, a natureza destes *pode* ser meramente manipulatória e instrumental; já o empenho exitoso na desarticulação da sociedade burguesa no rumo das transformações socialistas *exige* o conhecimento teórico rigoroso da estrutura e da dinâmica da vida social. Em segundo lugar, ela se refere aos segmentos *dirigentes* dos movimentos revolucionários - a elevação do nível de consciência das massas, sempre potenciado nas lutas e em especial nas conjunturas revolucionárias, não elimina a efetiva fronteira distintiva (sempre móvel) entre elas e as

suas vanguardas. Finalmente, é preciso lembrar que *nenhum* processo revolucionário se deflagra contando com um conhecimento teórico exaustivo e total das suas possibilidades e limites - se assim fosse, certamente a história moderna não registraria nenhuma revolução.

É necessário acrescentar, porém, que aquela determinação - *quem erra na análise, erra na ação* - está longe de significar *que quem acerta na análise tem êxito na ação revolucionária*. Para os revolucionários, o acerto na análise (vale dizer: um acúmulo crítico que garanta o máximo conhecimento possível da realidade social) é *condição necessária* para o êxito da intervenção política, *mas não é condição suficiente*. A política (revolucionária) não se reduz à teoria (revolucionária) ou, mais exatamente, a política não é teoria.

Na tradição marxista, foram frequentes os equívocos derivados de uma interpretação simplista da decantada "relação entre teoria e prática", que não poucas vezes conduziram - confundindo *unidade* com *identidade* - a desastres simultaneamente teóricos e políticos. Por isto mesmo, é preciso afirmar com vigor que teoria e política configuram âmbitos distintos, mesmo que não divorciados, na totalidade das formas pelos quais os homens e as mulheres procuram compreender e transformar o mundo. No âmbito da teoria, o conhecimento verdadeiro é um *fim*; no âmbito da política, o conhecimento é um *meio*³. Na teoria, importa a *verdade*; a política é o campo das *relações de força*. As conexões entre teoria e intervenção política não são unívocas nem diretas, até porque suas dinâmicas são estruturalmente diversas - a

temporalidade da ação política não é a da elaboração teórica (antes, é reiteradamente emergencial).

Nada disso aponta no sentido de *subestimar* o peso do conhecimento teórico na intervenção política revolucionária - ao contrário, decorre desta linha de argumentação a consequência da mais exigente qualificação das vanguardas e de seus representantes mais destacados, notadamente quando se verifica que, no decurso do tempo, esta qualificação veio registrando uma curva descendente⁴. Mas, sem qualquer concessão a um weberianismo ocasional, se se constata a existência de "duas vocações", a teórica (científica) e a política, que não se excluem, mas que, se não coincidem necessariamente nas mesmas figuras (como, para citar tipos diversos, em Lênin, Mariátegui, Togliatti, Cunhal), há que dizer que elas podem articular-se no "intelectual coletivo" que as vanguardas organizadas devem estruturar.

Esta argumentação, porém, aponta num sentido preciso (e obviamente polêmico): *não são as lacunas teóricas que estão na raiz das dificuldades políticas com que se vêm a braços os revolucionários de inspiração marxista*. A paralisia que enfermou a vertente teórica dominante da tradição marxista ao tempo do stalinismo (o marxismo-leninismo oficial), bem como outros esclerosamentos, certamente foi um componente ponderável a embarçar o desenvolvimento do movimento revolucionário - que, por outro lado, nunca se reduziu aos processos de transformação social substantiva direcionados por vanguardas de corte marxista. O insuficiente conhecimento de que esta tradição dispõe so-

não são as lacunas teóricas que estão na raiz das dificuldades políticas com que se vêm a braços os revolucionários de inspiração marxista.

bre vários domínios da vida social contemporânea decerto incide negativamente na potenciação de vetores revolucionários. Nada disto, todavia, é o determinante essencial das dificuldades atuais - até porque, como se referiu, a massa crítica produzida nos últimos trinta anos, no marco da tradição marxista, está longe de ser negligenciável. O determinante essencial parece residir na problemática da organização política dos revolucionários.

O déficit da organização política

A passagem de Lenin é conhecida à exaustão: "sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário" - mas nem sempre se leva em conta que ela vem inscrita num texto (*Que fazer?*) em que o futuro líder da Revolução de Outubro está tematizando, centralmente, o *problema da organização política*. Não me parece adular sua tese interpretá-la como exigindo a referência teórica (que, para ele, estava dada: o marxismo) para que a organização política (o partido) pudesse direcionar o processo revolucionário na Rússia czarista - mas a centralidade, no processo revolucionário, cabe à organização e à direção política.

Recordemos que o texto leniniano (fundante de um partido novo) inscreve-se nas polémicas que se travaram num arco temporal que pode ser claramente delimitado: o período que vai do *Bernstein-Debatte* (a segunda metade dos anos 1890) até a elaboração trotskiana do *Programa de transição* (às vésperas da Segunda Guerra Mundial). Ai se compreendem a crise da Segunda Internacional, a Revolução de Outubro, o fracasso da revolução no Ocidente, os giros da Terceira Internacional, a emergência do fenômeno stalinista etc. As riquíssimas polémicas dessas quase quatro décadas tiveram sempre, explícita ou tacitamente, a centralidade da organização política (as vanguardas e sua relação com as massas) como elemento constitutivo. Todos os confrontos, colisões, divergências etc. - expressando decerto diferenças nas concepções teóricas - relacionavam-se à problemática da organização política. Elas são nitidas nas formulações (e práticas) de Kautsky, de R. Luxemburgo, de Lênin e mesmo de Trótski e Bukharin, apenas para referir os seus protagonistas mais conhecidos⁵. Depois deste período de polémicas, praticamente não se introduziu nada de novo nos elementos nelas contidos.

A recorrência a tais polémicas e, igualmente, às soluções que nelas foram propostas é, obviamente, de capital importância para enfrentar as dificuldades atuais. E, sendo procedente a hipótese com que aqui se trabalha, segundo a qual o "núcleo duro" dessas dificuldades radica na problemática da organização política, de tanto maior relevo se reveste a análise daquelas polémicas e das implica-

ções práticas das soluções nelas aventadas.

Todavia, e este é o ponto que me interessa salientar, a análise crítica dessa herança do movimento revolucionário, realizada com o estudo da experiência histórica do período que lhe corresponde (que tanto condicionou aquela herança quanto foi por ela modificada), pouco pode contribuir para romper com os nós que embaraçam hoje a atividade revolucionária. Com certeza, a meu juízo, essa análise reafirmará seja a indispensabilidade do máximo conhecimento possível da realidade social, seja a centralidade da organização política - mas não nos dirá nada acerca das formas concretas dessa organização nem sobre a sua articulação com instâncias e sujeitos sociais. Para ser bem claro: *a análise crítica daquele legado haverá somente de nos indicar, à exceção dos dois constitutivos acima mencionados (o conhecimento e a organização política), a que herança devemos renunciar*. Extrairemos, por exemplo, lições de Rosa Luxemburgo (quando alertava que a ditadura do proletariado poderia se tornar uma pura e simples ditadura) e de Trótski (quando denunciava/analisa a burocratização) - mas não extrairemos elementos positivos para uma refundação político-organizacional.

De fato, os dois constitutivos que deverão estar presentes para que se possa promover uma ofensiva socialista expressam os elementos universais do processo revolucionário conducente à superação da ordem do capital. Mas a sua particularização conseqüente com a quadra histórica contemporânea supõe

e implica uma concretização para a qual a experiência passada pouco pode contribuir. Os problemas inteiramente novos, a que me referi na abertura desta rápida comunicação, escapam ao âmbito próprio daquela experiência - que, entretanto, permanece ainda como a referência básica do movimento revolucionário.

Um mundo novo

A constatação pode ser acadiana, mas deve ser repetida: as transformações societárias que se explicitaram nos últimos trinta anos configuraram um *mundo novo*.

A análise deste mundo revela que a teoria social de Marx é completamente atual: o modo de produção capitalista, em todas as diversas formações sociais existentes, obedece à dinâmica que foi idealmente (teoricamente) reproduzida n'*O capital*: exploração do trabalho, crescimento destrutivo e autodestrutivo, concentração e centralização de riqueza e poder, contradições e antagonismos etc., com toda a sua coorte de conseqüências deletérias no plano sócio-cultural e humano. A análise marxista do capitalismo contemporâneo, registrando novos fenômenos e processos - e esta análise vem sendo feita -, não infirma nenhuma das descobertas estruturais de Marx; mas revela que elas não dão plena conta das determinações novas desse capitalismo. Esta análise demonstra que as determinações teóricas de Marx, estruturalmente válidas, não são, apenas elas, suficientes para apreender o capitalismo dos nossos dias.

O desenvolvimento recente deste capitalismo introduziu pro-

fundas mutações na sociabilidade própria à sociedade burguesa. E se não afetou as bases da pertinência de classe (a propriedade) e se, menos ainda, reduziu a gravitação das lutas de classes no processo social, alterou substancialmente as modalidades pelas quais a estrutura e o movimento daquela sociabilidade são tomados pela consciência de homens e mulheres.

As transformações na vida cotidiana (na constelação familiar, no espaço da reprodução imediata dos indivíduos etc.), na distribuição espacial dos indivíduos e grupos sociais, na organização e na repartição do tempo de trabalho, no controle do tempo fora do trabalho, os novos mecanismos de manipulação ideológica, seus impactos sobre os costumes - tudo isto, e muito mais, alterou qualitativamente as condições de constituição da consciência da massa dos homens e das mulheres.

É somente a partir da consideração desse *mundo novo* - e os traços dele aqui esboçados já se encontram minimamente estudados - que se pode intentar, de modo sério, encontrar soluções conducentes à criação de instrumentos de organização política eficazes para operar uma ofensiva socialista. Porque, e esta é uma determinação essencial, se as dificuldades que embaraçam a atividade revolucionária são notáveis, igualmente notáveis são as *motivações reais* que permitem a mobilização e a organização de largos contingentes de homens e mulheres *contra a ordem do capital*. Em todos os quadrantes, do Norte ao Sul, o capitalismo contemporâneo enfrenta uma insatisfação generalizada e uma resistência ora difusa, ora ganhando expressões corporati-

vas e particularistas. Molecularmente, a ordem do capital tem exponenciado os seus covéis - mas este movimento real permanece espartilhado nos limites da ordem porque carece de instâncias universalizadoras.

E estas não serão criadas somente a partir da análise crítica da experiência anterior do movimento revolucionário. O mundo novo requer, também, invenção.

A invenção de um novo padrão organizacional

Lênin não foi citado por acaso nas páginas anteriores. Também ele se situa, historicamente, num momento de inflexão do capitalismo (a emergência do imperialismo) e também para ele se punha um problema específico: encontrar um instrumento que tornasse interventiva a referência teórica de Marx. E Lênin inventou esse instrumento: o partido novo.

Cuidemos de evitar mal-entendidos. Lênin - de quem, em 1924, Lukács salientava o realismo e o antiutopismo - não inventou o partido arbitrariamente, mediante simples volição individual (também esta invenção respondia a possibilidades históricas concretas). Ele não só dispunha de uma análise concreta da formação social para a qual dirigia suas energias (recorde-se *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*) e de um substantivo conhecimento das experiências (anteriores e contemporâneas) dos movimentos revolucionários: incorporava criticamente os desdobramentos da teoria e da ciência que lhe eram contemporâneas⁴. E mais: assimilava sem preconceitos o que havia de válido na reflexão alheia, desenvolvia pistas referidas por outrem,

o chamado marxismo ocidental tinha como traço pertinente o nunca haver conseguido vincular-se a movimentos de massa

inscrevia-se num debate coletivo e dava formulação rigorosa ao que nele emergia.

É deste tipo de invenção que o movimento socialista revolucionário de inspiração marxista necessita hoje. O conhecimento da herança já referida (de que Lênin é parte importante, mas não única) é, como sublinhei, indispensável para realizá-la - mas está longe de ser o bastante. Essencialmente, a invenção de um novo padrão político-organizacional e a formulação de seus parâmetros, que permitam direcionar para um processo revolucionário as generalizadas insatisfações e resistências em face da ordem do capital será resultado de uma elaboração coletiva, capaz de incorporar a massa crítica de que já dispomos sobre o capitalismo contemporâneo e de apreender as/responder às formas atuais da sociabilidade. Será uma tarefa muito mais complicada que a realizada por Lênin - devendo conjugar, num registro antes desconhecido, a teoria revolucionária atualmente acessível com demandas muito diferenciadas e pulverizadas. Mas é esta mesma conjugação que poderá unificar (sem identificar, com a diluição das suas especificidades) tais demandas, situando-as numa perspectiva universalizante que

supere particularismos e corporativismos. E trata-se de tarefa factível desde que, aproveitando as lições do passado, deixemos de tomá-las como exemplos - e este é, como diria o velho Florestan, o búzilis da questão: a incontornável referência à herança não pode hipotecar a experimentação necessária.

Num ensaio de mais de vinte anos, Perry Anderson observava, com a sua conhecida argúcia, que o chamado marxismo ocidental tinha como traço pertinente o nunca haver conseguido vincular-se a movimentos de massa. Sem exagero, quer-me parecer que, nos dias correntes, o problema não reside em o marxismo *tout court* estar desvinculado de movimentos de massa - o problema está em que movimentos de massa são raros. A invenção de um novo padrão de organização política, se, de um lado, é condicionada pela existência desses movimentos, de outro pode fomentá-los e torná-los mais densos.

Não é possível sequer prospectar se e quando uma tal invenção terá lugar - ainda que, para ela, estejam dados muitos elementos. Mas, salvo grave erro de avaliação, é possível concluir assegurando que da ultrapassagem deste nosso déficit organizacional depende, em escala decisiva, a possibilidade de travar e reverter a barbárie capitalista.

José Paulo Netto é professor titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Notas

1. Tratei desta questão no meu ensaio *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal* (S. Paulo: Cortez, 2007).

2. Por exemplo: ainda carecemos de análises suficientemente exaustivas sobre a crise do "socialismo real" ou do tipo de desenvolvimento social que se verifica na República Popular da China.

3. É sempre saudável recordar que o esforço teórico é dinamizado por *dúvidas e perguntas*, ao passo que a direção da atividade política demanda *convicções* (no caso da atividade revolucionária, preferencialmente fundadas em conhecimento teórico).

4. Uma imagem-limite desse declínio desolador se obtém quando se confronta o Comitê Central dirigido por Lênin e o Comitê Central secretariado por Brejnev - mas o fenômeno operou universalmente, quase sem o registro de exceções. E transcendeu o espaço da política revolucionária: ao passo que G. Washington lia Rousseau, L. Johnson deleitava-se com o pato Donald.

5. As importantíssimas reflexões de Gramsci pertencem a este rico período em que a tradição marxista tanto se desenvolveu - entretanto, só se tornaram conhecidas e influentes muito posteriormente.

6. Ainda que nem sempre tenha sido bem sucedido nesta interlocução, como o atesta *Materialismo e empirocriticismo*.



Atilio A. Boron

ATUALIDADE DO

“QUE FAZER?” DE LENINE

Este é um importante artigo do pensador e cientista político, Atilio Boron. Foi publicado em 2004, como prefácio de uma reedição argentina do “Que Fazer?”, de Lenin, demonstrando a atualidade teórica da obra do grande revolucionário soviético, e apontando a necessidade de vê-la como instrumento fundamental de estudo para os militantes do socialismo, neste conturbado século XXI. Quanto às avaliações conjunturais, necessário atentar para o quadro daquela ocasião, profundamente alterado, e para bem melhor, nos dias de hoje da América Latina; particularmente na Bolívia e Equador.

Há que louvar a decisão da casa editora Luxemburg de reeditar um texto de excepcional importância teórica e prática como é o Que Fazer? de Lenine. É evidente que se trata ao mesmo tempo de uma decisão a um tempo oportuna e desafiadora. Segundo Marcel Liebman — autor de um notável estudo sobre o pensamento político de Lenine que, a trinta anos da sua publicação original em língua francesa, continua a ser uma referência imprescindível sobre a matéria — todos quantos se interessam pelo estudo de Lenine tropeçam “com a extrema pobreza de uma bibliografia abundante mas geralmente muito estéril” (Liebman, 1978: 9). Uma das razões principais desta infeliz situação reside na incontornável politicidade de toda a obra de Lenine. Pronunciar-se a seu favor ou contra não é uma questão académica, mas antes um acto de vontade política. A consequência foi a constituição de uma polaridade cujos dois extremos são igualmente negativos quando chega o momento de tentar compreender o significado da herança leninista: ou a sua sacralização na União

Soviética, transformando “uma teoria subversiva num sistema apologetico de uma certa ordem estabelecida; ou então a sua santização na literatura académica do Ocidente” (Liebman, 1978: 10-11). É pois necessário restabelecer o equilíbrio histórico em redor de uma obra como a que o leitor tem nas suas mãos, evitando extremos esterilizantes. A conjuntura política da América do Sul no início do século XXI exige de forma gritante uma releitura séria, crítica e criativa da obra de Lenine.

Não será demais observar que uma proposta deste tipo vai a contracorrente dos lugares comuns e dos arraigados preconceitos que prevalecem na esquerda latino-americana no momento actual. Entre estes sobressaem a sua irracionalidade e a — politicamente suicida — negação de toda a série de problemas centrais no nosso tempo, como as questões relativas à organização das forças populares, a laboriosa construção de uma cultura política e uma consciência genuinamente revolucionárias e os desafios que põe a conquista do poder nas so-

iedades contemporâneas. Tem o texto clássico de Lenine algo a dizer-nos em face de todos estes problemas? A opinião de quem escreve estas linhas é que sim, que uma releitura do Que fazer? (ver adiante, Que Fazer?) pode trazer sugestivas iluminações que melhor permitam enfrentar estes desafios em melhores condições. Que fique claro: com isto não queremos dizer que neste livro se encontrem as respostas às interrogações que hoje nos afligem, mas tão somente que na sua leitura encontraremos valiosos elementos para construir as soluções práticas que exige o momento actual.

O espelho latino-americano

Lemos Lenine a partir da América Latina e a pertinência das suas reflexões reafirma-se quando se examinam alguns acontecimentos recentes da nossa história. Com efeito, nestes últimos anos a região viu-se sacudida por uma série de grandes mobilizações populares precipitadas pelo fracasso do neoliberalismo, incapaz de cumprir a sua promessa de fazer crescer a economia e

distribuir os seus frutos e os efeitos arrasadores que a desordem dos mercados produz nas nossas sociedades. Examinamos este tema noutra lugar, de modo que não repetiremos a argumentação nesta ocasião (Boron 2003). Basta recordar que nestes últimos anos a insurreição popular pôs fim a governos neoliberais no Equador – em 1997 e em 2000; no Peru, acabando com a autocracia de Fujimori (2000); na Argentina, derrubando o governo impopular de duvidosa legitimidade – pelo exercício do poder, que não pela sua origem – e ineficaz da Aliança em dezembro de 2001; e por fim na Bolívia onde em Outubro de 2003 as massas camponesas e indígenas desalojaram do poder Gonzalo Sanchez de Losada. No entanto estas gestas dos dominados foram tão vigorosas como ineficazes. As massas saídas à rua num alarde de espontaneísmo e indiferentes perante as questões de organização, não puderam nem instaurar governos de sinal contrário aqueles que defenestraram com as suas lutas nem construir um sujeito político capaz de modificar num sentido progressista a correlação das forças existentes nas suas respectivas sociedades. Daí que pouco depois destas revoltas se tivesse produzido uma restauração das forças políticas ou claramente identificadas com o neoliberalismo – casos do Equador e do Perú – ou ainda, como acontece sobretudo no caso argentino, que proclamam ruidosamente o seu repúdio a essa ideologia mas sem que até ao momento em que escrevo estas linhas tenham dado sinais de implementar uma política alternativa ao neoliberalismo. O caso da Bolívia é mais ou menos semelhante ao argentino. Situação diferente mas seja como for situada no mesmo campo de problemas, é a que se

configura no Brasil: um partido de esquerda organizado sobre bases manifestamente “antileninistas” – precisamente para superar alguns dos impedimentos da concepção clássica do partido revolucionário – chega ao poder sustentado por 52 milhões de votos para depois atirar pela borda fora as suas promessas, a sua história e a sua própria identidade e acabar erigindo-se em campeão da ortodoxia do Consenso de Washington, segundo a avaliação de toda a imprensa financeira internacional e os intelectuais orgânicos do capital financeiro. A sua capitulação tornou-se patente desde o primeiro dia, quando o “superministro” das Finanças António Palocci, depositário do poder político real no Brasil pronunciou esta patética frase: “agora vamos mudar a economia sem mudar a política económica”. O que aconteceu desde então nesse país poupa-nos mais comentários.

Podíamos aperceber-nos desta sucessão de grandes frustrações aludindo à “hipótese leninista”, ou seja, argumentando que as mesmas têm a sua origem no abandono das teses principais do Que Fazer? É claro que não, dado que há muitos factores que convergem para explicar um desenlace tão lamentável. Mas sem quaisquer dúvidas muitas delas têm a ver com o esquecimento de certos ensinamentos que o revolucionário russo havia plasmado na sua obra. Por esse motivo, provoca uma fundada inquietação a ausência dos temas da consciência e da organização nas discussões latino americanas a respeito da conjuntura. Parte-se do pressuposto de que o heroísmo das massas e a notável abnegação com que lutaram as exime a qualquer reflexão crítica. Pode parecer antipático ou

arrogante, mas nem o heroísmo nem a abnegação justificam a ausência de uma reflexão sobre o assunto. Costuma dizer-se que há uma crise na chamada “forma partido”. O que é correcto. O mesmo poderia dizer-se com a “forma sindicato” por múltiplas razões. Mas o que surpreende na actual conjuntura, não apenas na América Latina mas também a nível mundial, é que as forças sociais que movimentam a resistência ao neoliberalismo parecem ter-se conformado em proclamar a obsolescência dessas formas tradicionais de representação política, desligando-se por completo da necessidade de discutir o tema e buscar novas vias e modelos organizativos. Em vez disso, foi ganhando espaço uma espécie de romantismo político que consiste em exaltar a combatividade dos novos sujeitos contestatários que substituem o moribundo proletariado clássico, elogiar a criatividade patente nas suas lutas e a originalidade das suas tácticas, e proclamar a caducidade das concepções teóricas que se preocupam com as questões do poder, do Estado e dos partidos. As classes sociais diluem-se nos nebulosos contornos da “multidão”; os problemas do Estado, desapareceram com o auge do “Estado-centrismo” ou os repetidos anúncios do fim do Estado-nação; e a questão crucial e inadiável do poder desvanece-se perante as teorizações do “contra-poder” (Hardt e Negri: 2000) ou a demonização a que este é submetido nas concepções do “anti-poder” que brotam da pena de um dos intelectuais do zapatismo como John Holloway (2002).

Esta carência contrasta desfavoravelmente com a intensidade e profundidade do debate que estalou na Europa há pouco mais

de um século em torno destes mesmos problemas, e do qual o *Que Fazer?* é um dos mais brilhantes expoentes. A aceitação pelas massas do domínio do capital e a sua crescente rebeldia em alguns países — principalmente na Rússia Czarista — deu lugar a uma das controvérsias mais extraordinárias na história do movimento socialista internacional onde personagens como Edouard Bernstein, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Vladimir I. Ullanov, mais conhecido como Lenine, e posteriormente Antón Pannekoek, Karl Korsch e António Gramsci, trouxeram contribuições de grande importância. Na questão que nos ocupa há que dizer que Lenine sobressai entre todos os outros pela sua preocupação sistemática em torno dos problemas organizativos. No dizer de Liebman: "...a própria ideia de organização ocupa no leninismo um lugar essencial: organização do aparelho revolucionário, organização da própria revolução, organização da sociedade surgida da revolução" (1978: 20, destacado no original).

Esta verdadeira obsessão, explicável sem dúvida pela fenomenal desorganização imperante no campo popular durante o czarismo, aparece já com toda a clareza na primeira obra importante de Lenine, *Quem são os amigos do povo?*, escrito quando acabava de fazer 24 anos de idade. Nesse livrinho, Lenine coloca o tema da organização no topo da agenda da nascente social-democracia russa. Pouco depois de ter publicado o *Que Fazer?* escreveu que "o proletariado, na sua luta pelo poder, não tem outra arma que não seja a organização", afirmação esta que é mais verdadeira hoje do que ontem. Daí o impiedoso ataque de Lenine àquilo que, como veremos mais

o tempo necessário
à polícia política
do czarismo para
identificar os membros
de um círculo social-
democrata em
Moscovo era apenas de
três meses

adiante, denominava de "formas artesanais" de organização dos círculos sociais-democratas russos. Citando fontes testemunhais do tempo, Liebman comenta que entre 1895 e 1902, o tempo necessário à polícia política do czarismo para identificar os membros de um círculo social-democrata em Moscovo, surpreendê-los no seu lugar de reunião e proceder à sua prisão e eventual deportação para a Sibéria, era apenas de três meses. De facto, em 1898 fundase em Minsk o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSR), mas o "acontecimento não teve qualquer alcance prático porque quase todos os delegados foram detidos antes do encerramento do congresso" (Liebman, 1978: 22-25). Fontes coincidentes indicam que pouco depois, mais de quinhentos activistas social-democratas foram presos em toda a Rússia, e o movimento acabou completamente esmagado pela repressão policial (Harding, 1977: 189). A ênfase tão forte que Lenine pôs na questão da constituição de uma organização partidária sólida, duradoura, resistente às infiltrações dos serviços de inteligência do czarismo e às suas diversas operações, não tem a ver com um vezo autoritário do autor do *Que Fazer?*, como diz com su-

posta inocência a historiografia liberal, mas é pelo contrário uma resposta absolutamente racional e apropriada, dadas as condições particulares em que se desenvolvia a luta de classe na Rússia dos czares. É ainda conveniente recordar que o núcleo do problema da organização era, em Lenine, para lá de qualquer outra consideração, uma questão política ligada estreitamente à sua concepção de estratégia revolucionária. Não se tratava, pois, de uma opção meramente técnica mas sim profundamente política.

A importância da problemática organizativa no início do século XX europeu estimulou um debate cujas vozes, em que pese a profundidade e continuada vigência dos seus argumentos, mal se ouvem nos nossos dias. O que parece caracterizar o actual momento da América Latina com ligeiras variantes segundo os países, é uma incompreensível aversão a qualquer tentativa de passar em revista ou discutir as frustrações colhidas nos últimos anos, sobretudo se uma tal tentativa se propõe tendo como pano de fundo uma nova releitura dos clássicos do pensamento socialista. Pelo contrário, o que predomina é uma espécie de hiper-activismo que se materializa na exaltação da acção por si mesma e, em todo o caso, na busca obsessiva de novos enfoques, conceitos e categorias que permitam capturar as situações supostamente inéditas que devem enfrentar as lutas emancipadoras no nosso continente. O que se supõe implícito em tal atitude — cujo pendor anti teórico é evidente — é que pouco ou nada se pode aprender a partir do debate que há pouco mais de um século brotou na Europa. A intensa propaganda sobre a chamada "crise do marxismo" fez mossa nas forças populares e expressa-

se na recusa – visceral em alguns casos – ou na indiferença mais ou menos generalizada perante toda a tentativa de discutir a problemática da organização, a estratégia política e a conquista do poder tendo como referências teóricas os elementos abordados no debate clássico do início do século XX europeu. Em vez disso, prosperam na região, sobretudo na Argentina mas também no México e em muitos outros países, reflexões que põem a esquerda perante a inutilidade, e, o que é mais, a inconveniência de conquistar o poder. [1]

A ausência desta discussão constitui um erro muito grave se se tiver em conta que na conjuntura actual o cenário latino-americano fornece uma riqueza e variedade de experiências populares realmente notáveis mas nem por isso isentas de críticas. Fenómenos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil, o Zapatismo mexicano, as organizações camponesas e indígenas no Equador e na Bolívia, os “piqueteros” na Argentina, a formidável mobilização do povo venezuelano na base da Revolução Bolivariana do Presidente Hugo Chávez e outras manifestações semelhantes e muito importantes na América Central e no Caribe constituem um laboratório político muito importante e complexo que não só merece o apoio militante de toda a esquerda, mas também que lhes levemos os melhores esforços do nosso intelecto. É necessário examinar todos os aspectos e facetas da luta de classes na actual conjuntura e a relevância que, para a sua adequada compreensão e orientação, contêm as teorizações políticas mais variadas, tanto as “clássicas” de princípios do século XX como as contemporâneas às quais aludimos mais acima.

Pensando concretamente no caso do Que Fazer? de Lenine a cena latino-americana oferece exemplos exaltantes. A história Argentina, caracterizada pelo excepcional vigor de um protesto social – intermitentemente resurgindo na segunda metade do século XX, sobretudo a partir de 1945 – põe problemas práticos e teóricos bastante interessantes. Quando o protesto irrompe na vida estatal desencadeia um contagioso activismo de massas, como o que se evidenciou nas jornadas de 19 e 20 de Dezembro de 2001, capaz de derrubar governos e produzir um notável vazio de poder que precipitou a designação de cinco presidentes em pouco mais de uma semana. E contudo, tamanha demonstração de força dilui-se quando chega a hora de “tomar o céu de assalto”, permitindo a rápida recomposição do poder burguês e a estabilização de dominação política e social sem que nem sequer fique como herança deste fenomenal feito das massas a constituição de um grande partido de esquerda ou, pelo menos, uma grande coligação onde o arquípélago de pequenas organizações da dita orientação pudesse pôr em conjunto os seus esforços. Uma conclusão mais ou menos semelhante pode extrair-se do “Outubro boliviano” de 2003. Como dar conta de semelhante situação?

Se o caso argentino se podia sintetizar na fórmula “debilidade do partido, vigor do activismo de base”, nos casos do Brasil e do Chile acontece o contrário, sobretudo neste último: vigor da organização partidária, debilidade ou ausência, na prática, do impulso social a partir da base. O caso do Brasil é bem ilustrativo: este grande país sul-americano não sabe ainda o que é uma greve

geral nacional; nunca em toda a sua história se produziu um acontecimento deste tipo, o que não é um dado trivial, já que nos diz qualquer coisa acerca do estado de consciência das massas e da sua capacidade de organização. O Brasil, que é uma das sociedades mais desiguais e injustas do planeta, apresenta uma paisagem política marcada pela assombrosa passividade das suas classes e camadas populares. No entanto, apesar disto, foi capaz de produzir um dos partidos de esquerda mais importantes do mundo. No caso chileno, a combatividade da sua sociedade parece ter-se esgotado aquando do extenso Inverno do regime de Augusto Pinochet primeiro e da prolongada vigência do “pinochetismo sociológico” durante o período da “democracia” que arranca em 1990 e cujos lineamentos económicos, sociais e políticos mostram uma notável continuidade com os do período precedente. Uma vez mais: terá Lenine alguma coisa a dizer sobre tudo isto? Poderá ajudar-nos a decifrar as complexidades actuais da política na nossa região e, mais importante ainda, ajudar-nos a transformar esta situação?

Lenine, o leninismo e o “marxismo-leninismo”

A resposta às perguntas anteriores é afirmativa. Claro que para tal, exige-se um trabalho prévio de destrinça. Ou, se se quiser, será necessário organizar uma espécie de expedição arqueológica que nos permita recuperar a herança leninista que subjaz por baixo desse amontoado de falsificações, tergiversações e manipulações perpetrado pelos ideólogos estalinistas e seus epígonos e que se deu a conhecer com o nome de “marxismo-leninismo”.

Não é segredo para ninguém que Lenine sofreu, às mãos dos seus sucessores soviéticos, um duplo embalsamamento. O do seu corpo, exposto durante longos anos como uma relíquia sagrada às portas do Kremlin; e o das suas ideias "codificadas" por Estaline em Os Fundamentos do Leninismo (1924) e na História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS (1953) porque segundo ele dizia, a obra que Lenine havia deixado inacabada, deveria ser completada pelos seus discípulos, e ninguém melhor apetrechado do que o próprio Estaline para acometer semelhante tarefa. O certo é que a codificação do leninismo, a sua transformação de um marxismo vivo e um "guia para a acção" num manual de primeiros socorros para revolucionários desorientados, teve lamentáveis consequências para várias gerações de activistas e lutadores sociais. A canonização do leninismo como uma doutrina oficial do movimento comunista internacional acarretou gravíssimas consequências no plano da teoria tanto como no da prática. Por um lado, porque esterilizou os esforços de uma genuína reflexão marxista em diferentes latitudes e precipitou a formação daquilo a que Perry Anderson chamou o "marxismo ocidental", isto é, um marxismo inteiramente virado para a problemática filosófica e epistemológica, que renuncia às análises históricas, económicas e políticas, para se converter, por esse motivo, num saber esotérico encerrado em escritos quase herméticos que o afastaram irremediavelmente das urgências e das necessidades das massas. Um marxismo que se esqueceu da décima primeira tese de Feurbach e o seu apelo a transformar o mundo e não apenas a reflectir sobre o melhor modo de o interpretar (Anderson, 1979). Por outro lado,

**Na realidade, o
"marxismo-leninismo"
é um produto anti-
marxista e anti-
leninista por natureza**

porque quando os principais movimentos de esquerda e, fundamentalmente, os partidos que adoptaram o canon "marxista-leninista", demorou-se décadas a apropriação colectiva das importantes contribuições originadas pelo marxismo do século XX. Basta recordar o atraso com que se acedeu à imprescindível contribuição de António Gramsci para o marxismo e de quem os Cadernos do Cárcere que só recentemente se tornaram disponíveis, na sua íntegra, em meados da década dos setenta, ou seja, quarenta anos depois da morte do autor. Ou a demora produzida na incorporação da sugestiva recreação do marxismo produzida a partir da experiência chinesa, por Mao Tsé Tung. Ou o ostracismo em que caiu a recriação do materialismo histórico saída da pena de Carlos Mariátegui, que com razão, disse que "entre nós o marxismo não pode ser decalque ou cópia". Ou a absurda condenação da obra, excelsamente refinada, de Gyorg Lukacs na Hungria. Mais próxima no tempo, essa codificação antileninista dos ensinamentos de Lenine (e de Marx) fez aparecer Fidel e o Che como se fossem aventureiros irresponsáveis, até que a realidade e a história esmagaram com o seu peso as tolices monumentais divulgadas pelos ideólogos soviéticos e os seus principais divulgadores de cá e de lá. É difícil avaliar o prejuízo que tal tergiversação provocou. Quantos erros práticos foram cometidos

por vigorosos movimentos populares ofuscados pelas receitas do "marxismo-leninismo"? [2]

Um tema polémico e que gostaríamos de deixar mencionado aqui embora apenas de passagem, é o seguinte. Os críticos do marxismo, e em geral de qualquer proposta de esquerda, não poupam energias para sublinhar que as deformações cristalizadas no "marxismo-leninismo" não passam do produto inevitável das sementes fortemente dogmáticas e autoritárias contidas na obra de Marx e potenciadas pelo "despotismo asiático" que supostamente se albergava na personalidade de Lenine. Para eles o estalinismo com todos os seus horrores não é mais do que o remate natural do totalitarismo inerente ao pensamento de Marx e à teorização da obra prática de Lenine. Nada mais distante da verdade. Na realidade, o "marxismo-leninismo" é um produto anti-marxista e anti-leninista por natureza. Que Lenine tivesse apresentado no Terceiro Congresso da Internacional Comunista, as famosas "21 condições" para se aceitarem os partidos que solicitassem ingressar nela, e que tais condições tivessem uma linhagem que em alguns casos conduzia directamente ao Que Fazer?, não constitui uma evidência suficiente para apoiar tal interpretação se se tiver em conta, como o próprio Lenine o afirmara reiteradamente ao longo de toda a sua vida política, que tais formulações adquiriam um carácter necessário apenas sob a existência de determinadas condições políticas, e que sob nenhum ponto de vista se tratava de afirmações doutrinárias ou axiológicas de valor universal em qualquer tempo e lugar. E isto é válido, muito especialmente, como o próprio Lenine o afirma,

no caso das teses expostas no Que Fazer? [3]

Um oportuno e necessário “regresso a Lenine” nada tem pois a ver com um regresso ao leninismo codificado pelos académicos soviéticos; mas com uma nova releitura do brilhante político, intelectual e estadista que com a Revolução Russa abriu uma nova etapa na história universal. Regressar a Lenine não significa pois regressar a um texto sagrado, mumificado e lavrado em pergaminho, mas antes regressar a um manancial inesgotável de que brotam questões e interrogações que conservam a sua actualidade e importância no momento actual. Interessam menos as respostas concretas e pontuais que o revolucionário russo oferece na sua obra do que as sugestões, perspectivas e enquadramentos contidos na mesma. Não se trata de voltar a um Lenine canonizado, porque esse já não existe. Foi pelos ares como o Estado que o havia erigido em ícon tão grosseiro como inofensivo, abrindo-se a oportunidade, a primeira em muitos anos, de aceder ao Lenine original sem a ultrajante mediação dos seus intérpretes. Claro que o derrube do erroneamente chamado “socialismo real” arrastou consigo, num movimento muito vigoroso, toda a tradição teórica do marxismo, e da qual Lenine é um dos máximos expoentes. Felizmente estamos já a assistir à reversão desse mesmo processo, mas há ainda um extenso caminho a percorrer. Por outro lado, também não se trata meramente de regressar, porque nós, os que regressamos às fontes, já não somos os mesmos de antes; se a história varreu com as excrescências estalinistas que haviam impedido de captar adequadamente a mensagem de Lenine,

fez o mesmo com os dogmas que nos aprisionaram durante décadas. Não a certeza fundamental acerca da superioridade ética, política, social e económica do comunismo como forma superior de civilização, a mesma que abandonaram os fugitivos auto-denominados “pós-marxistas”, mas sim as certezas marginais, no dizer de Imre Lakatos, como por exemplo as que instituíam uma única forma de organizar o partido da classe operária, ou uma determinada tática política o que, na apoteose da irracionalidade, consagravam um novo Vaticano com o centro em Moscovo e dotado dos dons papais da infalibilidade em tudo o que se relaciona com a luta de classes. Tudo isso desapareceu. Estamos a viver o início de uma nova era. É possível, e além do mais necessário, proceder uma nova leitura da obra de Lenine, na certeza de que ela pode constituir um contributo valiosíssimo para nos orientarmos nos desafios do nosso tempo. Trata-se de um regresso criativo e promissor: não voltamos ao mesmo, nem temos a mesma atitude. O que persiste é o compromisso com a criação de uma nova sociedade, com a superação histórica do capitalismo. Persiste também a ideia da superioridade integral do socialismo e da insanável injustiça e desumanidade do capitalismo, e a vigência da décima primeira tese de Marx sobre Feurbach que nos convidava não apenas a interpretar o mundo, mas sobretudo a modificá-lo radicalmente.

Buenos Aires, Setembro de 2004.

Atilio A. Boron é secretário executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e, professor de Teoria Política e Social na Universidade de Buenos Aires (UBA).

Bibliografia:

- Anderson, Perry 1979 Consideraciones sobre el marxismo occidental (México: Siglo XXI Editores).
- Boron, Atilio A. 2003 Estado, capitalismo y democracia en América Latina (Buenos Aires: CLACSO) [Nova edição, corregida e aumentada].
- Boron, Atilio A. 2002 “Imperio: dos tesis equivocadas”, in OSAL-Observatorio Social de América Latina (Buenos Aires: CLACSO) Nº 7, de Junho.
- Harding, Neil 1977 Lenin's Political Thought (Londres: Macmillan) Tomo I. Theory and Practice in the democratic revolution.
- Hardt, Michael y Negri, Antonio 2000 Empire (Cambridge Mass: Harvard University Press) [Tradução para o castelhano: 2002 Imperio (Buenos Aires: Paidós)].
- Holloway, John 2002 Cambiar el mundo sin tomar el poder (Buenos Aires: Universidad Autónoma de Puebla/Herramienta).
- Liebman, Marcel 1978 La conquista del poder. El leninismo bajo Lenin. I (México: Editorial Grijalbo).
- Martinez Heredia, Fernando 2001 El corrimiento hacia el rojo (La Habana: Letras Cubanas).
- Stalin, José 1953 Historia del Partido Comunista (Bolchevique) de la URSS (Moscú: Edición Lenguas Extranjeras).
- Stalin, José 1946 Los fundamentos del Leninismo (Córdoba: Lautaro).

Notas

[1] É o caso da notável repercussão que, nesta parte do mundo, tive-

ram as teorizações de John Holloway (2002) sobre o "anti-poder" na evaporação metafísica que o tema do "contra-poder" sofreu nas mãos de Michael Hardt e António Negri, 2002; Baron 2002).

[2] Um exame do impacto negativo do marxismo-leninismo sobre o pensamento revolucionário cubano, e sobre o vibrante marxismo desse país, encontra-se no excelente texto de Martínez Heredia (2001). Consultar especialmente o seu capítulo sobre "Izquierda y Marxismo en Cuba".

[3] Contudo, seria conveniente não esquecer que, como mostra Marcel Liebman, houve um período (1908-1912) em que Lenine adoptou uma atitude sumamente sectária (1978: 75-6).

Extracto do estudo preliminar "Actualidade do Que Fazer?" para a edição de "Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento" de Lenine, publicada pelas Ediciones Luxemburg (Buenos Aires), Outubro de 2004.



Ricardo Antunes

REVIVAL DE VLADIMIR?

O que levaria, hoje, em pleno século XXI, um filósofo irrequeto e heterodoxo como Zizek a publicar um livro sobre Lênin*, depois de termos visto sua estátua soçobrar junto com tantas múmias do finado socialismo real?

Vejamos diretamente sua provocação: "A primeira reação pública à idéia de reatualizar Lenin é, obviamente, uma risada sarcástica. Marx, tudo bem - hoje em dia, até mesmo em *Wall Street*, há gente que ainda o admira (...) Mas Lenin - não, você não pode estar falando sério! Lenin não é aquele que representa justamente o fracasso de se pôr em prática o marxismo? O responsável pela grande catástrofe que deixou sua marca em toda a política mundial do século XX? O responsável pelo experimento do socialismo real, que culminou numa ditadura economicamente ineficiente?"

Capturando uma tendência deste novo século muito tormentoso e todo atormentado, Zizek volta aos princípios do século que se foi e nos oferece uma seleção de texto de Lenin, escritos nos turbulentos meses entre fevereiro e outubro de 1917, que antecederam à tomada do Palácio de Inverno. Qual, então, o sabor especial deste livro/coletânea? Recuperar textos escondidos, resultado direto de um período

profícuo de estudos aprofundados que Vladimir Ilich Ulyanov - mais conhecido como Lenin - fez durante os anos 1914-17. E o que fazia nosso autor russo?

Nada menos do que esmiuçar a obra de Hegel - desde sua monumental *Ciência da Lógica*, passando ainda por sua *Lições de Filosofia da História*, sem falar em Aristóteles da *Metafísica*, dentre tantos autores que foram devorados por Lenin durante seu exílio na Suíça. Dessa imersão filosófica resultou um autor ainda mais vigoroso. Profundo conhecedor de Marx e dos vários marxismo, agora plenamente imerso na complexa Lógica de Hegel, desconcertava o mecanicismo dominante no marxismo da Ila. Internacional, sob a égide de Kautsky e da socialdemocracia alemã, ressurgindo como uma análise com finas ressonâncias ontológicas acerca da esfera da político, capaz de capturar as tendências mais fundas do seu solo social e mostrar seu movimento.

Basta somente dizer que seu escrito *Teses de Abril* foi taxado como delirante pela maioria do partido bolchevique russo. Lenin rompia, então, com o esquematismo dos comunistas do PC russo, que primeiro queriam fazer deslanchar a revolução burguesa para depois buscar o socialismo, Demonstrou, na contracorrente, a vigência plena desse duplo mo-

vimento da processualidade russa. Seis meses depois, sua tese era prática e cabalmente vitoriosa. E os comunistas russos, num levante profundamente popular, desmontaram o que restava do czarismo e de seus herdeiros.

Os doze textos que aparecem na coletânea de Zizek, portanto, não poderiam ser mais oportunos, depois de décadas de vigência do nefasto *marxismo-leninismo*, do império do *Que fazer?* dogmatizado pelo triste e perverso movimento daquilo que Stalin ajudou a construir como sendo o *marxismo-leninismo*. Desconsiderando o que próprio Lenin, alguns anos após a publicação de *Que Fazer?*, disse de modo claro e direto, antevendo a ossificação de seu polêmico texto de 1902. Tratava-se, nas palavras de Lenin datadas de 1907, de "um compêndio de tática iskrista ..., nem mais, nem menos", referido a um "período concreto do partido que já se passou faz muito tempo" (*Prólogo à recompilação de Doze Anos*).

Transplantada do solo russo para se tornar modelo de partido com validade *universal*, o que era profundamente histórico e contextualizado, tornou-se dogmática da pesada. O partido de vanguarda, certo ou errado, expressão típica da particularidade russa sob feroz ditadura czarista, pouco depois da morte de Lenin

transformou-se no partido de Stalin, de *cúpula, centralista, burocrático, repressor, eliminador* das diferenças (contra todo o passado de Lenin que frequentemente se encontrava em posição minoritária no PC russo).

E se houver outra história a ser contada sobre Lenin, interroga Zizek?

É bom lembrar que, "no outono de 1914, todos os partidos social-democratas europeus (com a honrosa exceção dos bolcheviques russos e dos social-democratas sérvios) adotaram a 'linha patriótica'. Naquela época do conflito militar que dividiu o continente europeu ao meio, foi difícil rejeitar a noção de que se deveria tomar partido nesse conflito e lutar contra o 'fervor patriótico' em seu próprio país!" E acrescenta Zizek: "Como várias mentes privilegiadas (incluindo Freud) sucumbiram à tentação nacionalista, ainda que por apenas um par de semanas!", vale recordar que Lenin não padeceu de tal tentação, mas lhe fez profunda crítica.

De fevereiro à outubro de 1917 pode-se, então, ver esse *outro lado* de Lenin. E, como diz ainda Zizek: "o que podemos perceber nesses escritos é o *Lenin em construção*, não é ainda o Lenin da 'instituição soviética', mas o Lenin jogado numa situação indefinida". E interroga: "Seremos ainda capazes hoje em dia de vivenciar o impacto devastador de um momento de 'abertura' histórica de tal proporção, quando se 'fecha' um ciclo, no qual o capitalismo tardio decretou o 'fim da história'?"

Recuperação curiosa, provocativa, inteligente, caminhando na contramão, vai assustar um pou-

Transplantada do solo russo para se tornar modelo de partido com validade universal, o que era profundamente histórico e contextualizado, tornou-se dogmática da pesada

co a pasmaceira dominante em certa "esquerda" e talvez incomodar um pouco o que resta da dogmática. Mas não é preciso ser *leninista* para saudar esta bela publicação. Aliás, esse termo parece mesmo uma aberração, para alguém que tão vivamente procurou pensar com as pistas de Marx, mas olhando para o solo desertificado do Oriente. Será o início do *revival* de Vladimir?

Ricardo Antunes é sociólogo e professor da UNICAMP

* Às portas da Revolução, Slavoj Zizek, Boitempo Editorial



Jefferson Moura

OS NOVOS MOVIMENTOS DE CLASSE E A ATUALIDADE DO SUJEITO COLETIVO

Diante da luta entre classes no Brasil e no mundo, mais que nunca é necessário refletir sobre a organização política da classe trabalhadora e, neste contexto, reafirmar a atualidade dos instrumentais teóricos marxianos.

Em nosso tempo, a fragmentação da classe trabalhadora se expressa com maior visibilidade, revelando novas configurações e as dificuldades da sua organização política. Muitas são as lutas e os movimentos fragmentados. É nítida a ausência de um projeto político, que se expresse como ferramenta capaz de, na diversidade da realidade brasileira, articular um projeto globalmente transformador. Neste contexto, se apresentam novos movimentos da classe lutando por terra, por trabalho, por teto, pela preservação ambiental entre outras bandeiras fundamentais dos trabalhadores.

Analisar a configuração atual dos trabalhadores no Brasil, suas novas experiências de organização e a atualidade da ferramenta partido são objetivos discutidos nos limites deste artigo.

O programa político e econômico do novo liberalismo

Em 1989, com a derrubada do muro de Berlim, os teóricos de

Wall Street decretaram a morte do socialismo e promoveram o anúncio do inexorável destino reservado à humanidade: caminhar rumo a uma harmoniosa prosperidade econômica com a supremacia capitalista. Não bastasse a propaganda mundial de exaltação do capital, anunciou-se ainda o fim da história.

Vinte anos depois podemos afirmar que a luta entre classes segue viva e presente, sejam nos milhões de franceses nas ruas, na resistência bolivariana em vários países da *nuestra America* ou na hegemonia, a serviço dos setores dominantes do capital, exercido pelo governo de um ex-operário no Brasil.

Centralmente a afirmação do novo liberalismo desenvolveu-se do final da década de 1960 ao início de 1970, anunciando o fim do padrão fordista-keynesiano[1], como base de organização da produção capitalista. O neoliberalismo marca o início das políticas de desregulamentação do capital, bem como a reorientação das políticas públicas e de Estado.

Entre as consequências mais visíveis de tal processo, estão as transformações que se processam no mundo do trabalho[2]. O movimento dos trabalhadores encontra-se em meio a um momento histórico, no qual o velho

morreu, sem que o novo tenha ainda desabrochado.

Foram mudanças estruturais que provocaram impactos diretamente no mundo do trabalho. Diante das novas condições objetivas de reprodução do capital, os trabalhadores nunca estiveram tão ameaçados. Se o desenvolvimento das forças produtivas amplia-se, as relações sociais que as aprisionam são cada vez mais cruéis. O capital não só não proporciona o desenvolvimento, como promove o retrocesso para as condições sociais dos trabalhadores. Um processo que não foi iniciado hoje, mas que se apresenta intensificado, revelando o agravamento da questão social.

A relação definida a partir da sobreposição do capital financeiro, ainda que em meio a uma mesclagem difícil de mensurar entre capital financeiro e industrial, vem sinalizar que as intercessões das esferas da produção e circulação caminham em direção a um conjunto unitário. Uma nova realidade, que afirma o capitalismo mundializado e traz à atualidade o definido por Lênin:

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para

um novo regime social, de transição entre absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. (1986:593).

É neste contexto, que se desenvolve o desemprego em escalas inimagináveis até então. Os trabalhadores precarizados, contratados temporariamente e os informais se expandem e são milhões. O trabalho informal, mais especificamente, torna-se parte constitutiva e indispensável do processo geral de valorização do capital. Os "excluídos" de direitos são a expressão objetiva da realidade que transforma e afirma a classe trabalhadora em nossos dias. Apresentam-se novos tempos que conformam uma nova realidade da classe trabalhadora.

A centralidade do trabalho e o desemprego, uma nova configuração da classe trabalhadora

Segundo Marx, trabalho humano é o ato de transformar a natureza de forma consciente e proposital. É esta capacidade que diferencia os homens dos animais. A força de trabalho humana distingue-se por seu caráter inteligente e teleológico, o que lhe confere infinita adaptabilidade. Nesse contexto, o resgate da dimensão criativa e humanizadora do trabalho livre do jugo do capital ganha importância.

Se partirmos do suposto que a centralidade do trabalho é um elemento chave para a compreensão das relações sociais existentes entre os homens, pode-

O trabalho informal torna-se parte constitutiva e indispensável do processo geral de valorização do capital

mos, na afirmação do instrumental marxiano, entender os novos elementos de expressão da reconfiguração da classe trabalhadora brasileira é imprescindível.

Para Marx será no intercâmbio entre os homens e a natureza, e na relação dos homens entre si, que se definem as relações de produção. Estas incluem todas as relações fundamentais entre os homens, na produção da vida. Ao pensar o intercâmbio do homem com a natureza, Marx deixa bem claro os limites da ficção "robsoniana"[3]. Ao considerar as relações de produção como relações sociais amplas, pensa a satisfação material e subjetiva numa época histórica determinada e compreende a mercadoria como provedora das necessidades do estômago e da fantasia.

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (Marx, 2001: 57)

O processo de desenvolvimento social do trabalho funda-se em

cada período histórico, em determinado tipo de relação social de produção e de intercâmbio com a natureza. A relação do homem com a natureza configura-se em uma dinâmica processual, de desenvolvimento e transformação das forças produtivas da sociedade e das relações de produção entre os homens (Rubin, 1980). A partir das contradições surgidas entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção se constituirão as possibilidades reais para sua superação.

Neste contexto, o capital não pode ser entendido separadamente das relações sociais que engendra; também a classe trabalhadora e mesmo o proletariado industrial não podem ser definidos por sua relação com a organização do trabalho exclusivamente. O que determina sua condição de trabalhador são as condições sociais e historicamente determinadas, que o submetem a uma relação de produção específica. Sua condição de classe é definida pela de valorização direta do capital ou por formas indiretas de subordinação do trabalho.

Na atual fase da divisão social do trabalho, observa-se o deslocamento de empregos dos setores agrícolas e industriais para os segmentos dos "serviços". As fronteiras entre o trabalho formal e informal estão cada vez mais diluídas, conformando um quadro distinto do pós-segunda guerra mundial. Entretanto, a relação capital e trabalho não deixa de ser o centro da contradição fundamental do modo de produção capitalista. O trabalho de fato é cada vez mais um trabalho social.

Se, no início do processo de

industrialização, os imigrantes cumpriram o papel de suprir o déficit da força de trabalho, hoje o capital pode se dar ao luxo de ampliar suas bases de reposição a níveis inimagináveis. Opera-se com continentes inteiros de miseráveis que, literalmente estão "largados à própria sorte", sendo estes a expressão da irracionalidade e contradição capitalistas.

O avanço do desemprego nos países centrais e periféricos eleva-se a índices alarmantes. Se for levado em conta o mascaramento das estatísticas oficiais que desconsideram o "trabalho informal", a situação é ainda mais crítica. No entanto, o desemprego não é exatamente uma novidade, apesar de suas proporções atuais. Sua ampliação e todas as consequências para a classe trabalhadora são fruto da impossibilidade de incorporação do conjunto dos trabalhadores, aptos a vender sua força de trabalho. Trata-se de uma característica inerente à sociedade capitalista, que tem na manutenção de um exército de reserva, um pressuposto para o processo de acumulação.

A contradição latente do capital, conforme observado por Marx, leva a uma constante alteração deste, em sua composição orgânica. O capital tende à diminuição de sua parte variável, em função da necessidade de aumento dos investimentos em sua parte constante.

Esta população relativamente supérflua é garantia de força de trabalho para o capital. Definida por Marx em um determinado contexto sócio-histórico, como o exército industrial de reserva (EIR), esta população sobrando para o capital se constitui e se define no contexto histórico do modo de produção capitalista.

É no capitalismo, portanto, que os trabalhadores, ao se inserirem no processo de acumulação, irão produzir uma população trabalhadora relativamente supérflua.

Marx observa que, no processo de acumulação capitalista, os próprios trabalhadores produzem os meios que, sob determinadas relações sociais, os tornam relativamente supérfluos. Mesmo não sendo incorporada diretamente ao processo produtivo capitalista, essa população excedente cumpre um papel determinante na produção. Nos dias atuais ressalta-se a peculiaridade desta lei tendencial, que surge e é expressão do modo de produção capitalista. É no capitalismo que, a contradição entre o aumento da produção e a exclusão cada vez maior da força de trabalho se desenvolve, o que é de fundamental importância para a análise do desemprego e a possibilidade de alternativas.

Os "excluídos", expressão objetiva dos limites do modo de produção capitalista, são úteis ao capital. São eles que criam as bases para a pressão sobre a parcela dos trabalhadores empregados. A intensificação da concorrência só é possível, porque, para cada trabalhador empregado, existe um número, ainda maior, disponível a assumir seu lugar. Nesse sentido, o desemprego não pode ser tratado como uma questão restrita ao processo de reestruturação produtiva, sendo necessária a análise de sua dimensão estrutural e política.

Este exército de trabalhadores, excluídos da possibilidade de vender sua força de trabalho, tem um papel de reguladores do "mercado de trabalho". Eles pressionam, em períodos de crescimento da produção, os tra-

balhadores da ativa e moderam a oferta, nos períodos de crises de superprodução. Em linhas gerais, é na própria dinâmica do processo de acumulação de capital que resulta o desemprego.

A população sobrando se amplia nos dias atuais. O exército industrial de reserva na atualidade não se restringe a uma força de trabalho industrial momentaneamente fora do "mercado de trabalho". A reflexão sobre o exército industrial de reserva perpassa, então, pelo resgate da historicidade do conceito marxista, redimensionando-o diante das novas estratégias do capital. A instrumentalização do desemprego e a relação de reposição da força de trabalho, adquiridas na atualidade, ganham importância. O exército ampliado de trabalhadores sem emprego possibilita a obtenção de lucro pelo capital garantindo sua reprodução histórica. No plano institucional, essa ampliação do desemprego garante um instrumento amplo de controle político e social.

Ao resgatar o observado na obra de Marx, em especial quando apontou em seu tempo esse aspecto da condição de existência do capitalismo — qual seja, o da necessária exclusão relativa de parte da força de trabalho como condição para ampliar a acumulação —, não se pretende encerrar a discussão. Sem dúvida alguma, uma nova realidade nos coloca a necessidade de avaliar e reavaliar as referências teóricas, pensando a atualidade do conceito do exército de reserva.

Na efetivação dessas políticas, o desemprego e a precarização são reflexos não só de um processo econômico objetivo, de controle da inflação via recessão e apoio à especulação, mas,

principalmente, um instrumento político. Articulando os novos parâmetros de acumulação com a disputa ideológica e a repressão aos movimentos dos trabalhadores, o exército industrial de reserva afirma-se como um instrumento político central para o capitalismo.

Mais do que os aspectos econômicos diretos, como a regulação dos salários e a reserva de força de trabalho, a população excludente serve às políticas favorecedoras da hegemonia neoliberal. As condições de luta e resistência dos trabalhadores se debilitam e os sindicatos, em sua maioria, não dão conta de abarcar esses novos segmentos. Em sua maioria, os organismos sindicais acabam por adotar uma postura corporativa, tendo dificuldades de levar a luta contra o desemprego.

Este quadro demonstra objetivamente a complexidade das relações de classe no capitalismo e impõe um grande esforço teórico para refletir sobre as muitas interrogações que se apresentam. Dessa forma, interrogar e buscar elementos que sinalizem para a configuração da classe trabalhadora brasileira, nesse início de século, torna-se uma tarefa desafiadora e fundamental, em especial para os que pretendem a construção de uma nova sociedade.

(...) No que a mim se refere, não me cabe o mérito de haver descoberto a existência das classes na sociedade moderna nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses já haviam exposto o desenvolvimento histórico dessa luta de classes e alguns economistas burgueses a sua anatomia econômica. O que eu trouxe

Refletir sobre as transformações da classe trabalhadora diante da mundialização do capital serve para compreender o novo contexto que adquire a luta anticapitalista.

de novo foi a demonstração de que: 1) a existência das classes só se liga a determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção; 2) a luta de classe conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) esta mesma ditadura não é por si mais que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes. (Marx, 1979:98)

Refletir sobre as transformações da classe trabalhadora diante da mundialização do capital serve para compreender o novo contexto que adquire a luta anticapitalista. Foram estabelecidas novas bases objetivas que demandam novas formas de lutas e organização. O fato de que contingentes cada vez maiores da classe trabalhadora estejam submetidos a condições de trabalho precárias, temporárias ou sem nenhum trabalho, não significa que estejam excluídos do processo de produção e reprodução do capital.

A acumulação capitalista em todo mundo vem operando com a conjugação de tecnologias avançadas (microeletrônica, informática, biotecnologia, etc.), e formas arcaicas, não capitalis-

tas, de exploração. É um quadro novo que se distingue pela complexidade das relações sociais estabelecidas. Conjuga-se uma realidade de super-lucros e super-exploração.

Não se pode, diante de todas as transformações verificadas na produção capitalista, deixar de perceber como, cada vez mais, há uma integração das esferas da produção e circulação. São transformações econômicas que provocaram impactos diretamente na classe trabalhadora, transformando o mundo do trabalho.

Ainda que a tendência decrescente da taxa de lucro e a manifestação de crises cíclicas estejam presentes na atual fase do desenvolvimento capitalista, não há como negar que o capitalismo se transformou muito desde o século XIX e que continua se metamorfoseando. No entanto, vale ressaltar que, apesar das modificações estruturais, a divisão social fundamental na estrutura capitalista não foi modificada. Continua pautada pelo antagonismo de interesses dos possuidores dos meios de produção e pelos não possuidores. Não se trata, porém, de pensar as classes a partir de uma divisão de funções na sociedade e sim de buscar perceber, na interação dos diversos sujeitos com a estrutura sócio-econômica, os grupos fundamentais e seus projetos.

Assim, os novos sujeitos, que se manifestam apresentando-se como parte da classe trabalhadora, devem ser compreendidos como atores sociais que expressam as relações constitutivas e fundacionais da atual fase de desenvolvimento do capitalismo. Ao contrário das análises centradas exclusivamente no proletariado industrial fabril, afirmando

a redução da classe trabalhadora, ao se considerar a extensão da proletarianização e a expansão do exército industrial de reserva, pode-se perceber a ampliação da classe trabalhadora não só no Brasil, mas em todo o mundo, ainda que com variações em cada país.

O conflito de classe afirma a possibilidade dos trabalhadores passarem da condição objetiva de classe em si [4], para tornar-se classe para si [5], com consciência histórica da possibilidade de construção de uma nova sociedade. A classe trabalhadora, fruto de sua realidade e independentemente de sua vontade, coloca-se objetivamente em confronto com o capital. Tem a possibilidade histórica de afirmar-se como portadora de uma nova configuração societária. Sua existência em si mesma, como classe em si, expressa a contradição entre o caráter social da produção e as relações sociais estabelecidas, que possibilitam sua apropriação privada.

Em determinadas situações históricas, constituídas como momentos conjunturais únicos, nos quais as contradições levam à manifestação intensa das insatisfações pelas carências materiais, culturais e políticas é que a práxis se constitui em uma dinâmica de luta e formação de consciência de classe. É a consciência dos interesses comuns que forjará a existência política da classe. A classe em si é definida por uma posição na organização da produção, posição que pode ser ocupada por uma massa de indivíduos distintos. Porém, essa classe só se torna uma classe para si em função da intensificação, da parte desses indivíduos e, mais tarde, de grupos, da consciência da existência de interesses comuns entre eles.

Os processos desencadeados na dinâmica de constituição da classe em si e da classe para si, são fases do desenvolvimento histórico, político e econômico. Entendidos como um processo que se desenvolve na luta de uma mesma classe, que se torna sujeito consciente de suas ações, aqueles processos sinalizam dessa forma as dimensões distintas de sua formação, conforme já apresentado por Iamamoto (2001).

A formação e afirmação das classes são parte de um movimento histórico e social vivo, determinado economicamente. No entanto, afirmar a determinação da esfera da produção não significa considerar a superestrutura simples "reflexo" da infra-estrutura. O espaço da luta política de construção da contra-hegemonia é o espaço em que as classes tomam consciência de si e podem vislumbrar um projeto para si. O conceito de classe é compreendido como uma categoria histórica inseparável da luta de classes.

Tal perspectiva se contrapõe à noção de que a classe já está presente como uma derivação direta das relações de produção *stricto sensu*. Nesta noção, em que não há nenhuma mediação com os sujeitos em luta, as classes são consideradas como uma derivação diretamente transposta da estrutura econômica para as relações sociais, se aproximando muito de uma análise estruturalista. Podemos então afirmar que cai por terra a teoria de que não há mais classe trabalhadora e, portanto, não há mais espaço para a luta socialista.

Ao partir da leitura marxiana compreende-se e se pode afirmar que a história é o resultado da luta de classes: um processo

dialético de alianças e enfrentamentos que forjam a realidade. A crítica à noção restrita de classe perpassa pelo entendimento de que a classe trabalhadora é mais ampla que o proletariado industrial fabril. Como já mencionado, não se pode restringir a classe trabalhadora somente aos trabalhadores produtivos, como querem crer vários segmentos intelectuais e algumas organizações de esquerda. A composição do proletariado inclui todos aqueles homens e mulheres que vendem sua força de trabalho para sobreviver e são despossuídos dos meios de produção. Segundo Marx e Engels:

As pequenas classes intermediárias anteriores, os pequenos industriais e comerciantes, os rentistas, os artesãos e os camponeses, todas essas classes engrossam as fileiras do proletariado, seja porque o seu pequeno capital não chega para o grande empreendimento industrial e sucumbe na concorrência com os capitalistas maiores, seja porque a sua habilidade profissional é desvalorizada por novos métodos de produção. Assim, o proletariado se recruta em todas as classes da população. (Marx e Engels, 1998: 14)

O conceito de classe refere-se, no conjunto da obra de Marx, a uma análise concreta de sociedades em circunstâncias históricas determinadas. "A história de todas as sociedades, que até hoje existiram, é a história das lutas de classes", conforme definido no "Manifesto Comunista" (Marx e Engels, 1998). As classes, não estão dadas como um elemento que evolui ao longo da história. Definem-se em meio a relações antagônicas, em ações e reações desencadeadas num movimento vivo, com diversos sujeitos, que

sem nenhuma dúvida servem às necessidades de acumulação do capital. São incorporados ao sistema que convive e se estrutura sob distintas formas de exploração nos marcos do capitalismo.

Os "excluídos", portanto, não estão fora do sistema, não estão fora da lógica de acumulação. Os trabalhadores sejam como vendedores de sua força de trabalho ou como consumidores, enquanto estiverem vivos, estarão incluídos. Sem dúvida, vive-se um novo momento na história da luta de classes.

Expressão da classe trabalhadora, esses homens e mulheres, na cidade e no campo, anônimos nas estatísticas oficiais e nos exercícios de econometria, são parte integrante do sistema do capital. De sua condição fragmentada e de sua inserção precária na produção capitalista afirmam-se cada vez mais enquanto classe trabalhadora e começam a manifestar-se, a ter voz.

Os desafios da organização política e sindical dos trabalhadores brasileiros

Uma nova realidade nos impõe refletir e discutir sobre a atualidade de um projeto estratégico de transformação societária, que abarque o conjunto da classe trabalhadora. Os debates levam inevitavelmente à discussão das perspectivas e dos limites relacionados aos movimentos organizados. O "moderno príncipe" (Coutinho, 1999), entendido como o partido da vontade coletiva transformadora, parece ter se ausentado da maioria dos projetos políticos que se apresentam na atualidade.

A hipótese central apresentada neste texto compreende que as

recentes mudanças na produção capitalista, em sua busca por intensificar a exploração do trabalho, impuseram modificações estruturais à classe trabalhadora. As transformações que incidem sobre os trabalhadores causam impactos e metamorfoses, trazendo reflexos diretos em sua ação política e sindical. A incapacidade de parte dos segmentos organizados em incorporar os novos sujeitos, expressão real da classe trabalhadora, somada aos limites impostos pela agenda do novo liberalismo, criam bases objetivas para a formação de novos movimentos organizados. Estes novos movimentos da classe vêm se caracterizando como importantes protagonistas das lutas políticas nos últimos anos no Brasil. São movimentos da classe que podem se transformar em movimentos de classe.

Como referência às ferramentas de luta em construção podemos observar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[6], além de outras de menor visibilidade nacional como: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)[7], o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL)[8], entre vários outros.

Diferenciando-se dos movimentos sociais *stricto sensu*, das organizações não-governamentais (ONGs)[9], do sindicalismo, esses movimentos representam uma dinâmica de organização da classe trabalhadora, ainda embrionária, com muitas contradições e grandes possibilidades.

Os aqui chamados novos movimentos de classe afirmam sua potencialidade na intervenção em variadas esferas da vida dos sujeitos envolvidos. Articulam a luta direta com a construção de um projeto político estratégico

e empreendimentos econômicos de novo tipo.

Ao se afirmarem, apresentam a possibilidade de inovar na construção de ferramentas de organização dos trabalhadores. A cultura e a formação ideológica mesclam-se na construção de uma nova subjetividade base para uma dinâmica consistente de articulação política e ideológica, marcando o início de uma recomposição do movimento organizado dos trabalhadores.

Os novos movimentos de classe

Ao adquirir a face de trabalhadores temporários, contratados sob regimes precários, esses sujeitos conformam quase metade da força de trabalho brasileira. Esta imensa parcela da força de trabalho não está integrada ao mercado formal. O número de trabalhadores precarizados, sem direito algum, cresce em escala geométrica, rebaixando ainda mais os custos de produção.

Desse modo, os trabalhadores redefinem sua condição de classe diante do capital mundializado. As contradições sociais transformam e modificam a classe trabalhadora, fazendo emergir novos sujeitos e, por consequência, novas lutas. Esses novos sujeitos, possuidores apenas de sua força de trabalho, submetidos à espoliação e abandonados por todos, expressam em sua prática interesses comuns. Nesse processo, a luta pela sobrevivência pode unificar e dar sentido à sua condição de classe.

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os

trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. (Marx, 1982:05)

Expressão de uma nova realidade, estes sujeitos têm na fragmentação do processo de trabalho constitutiva da atual fase da produção uma dificuldade para a unificação da classe em si em um projeto de classe comum para si. Ainda que esta seja uma referência do atual estágio de constituição do movimento dos trabalhadores, é necessário se levar em conta, o papel da experiência de lutas de classe, como um elemento determinante na conformação da classe e de sua afirmação coletiva não estando, portanto definido o seu futuro.

Contraditoriamente, se do ponto de vista dos processos de trabalho, a classe trabalhadora perde a unidade, sob o ponto de vista da produção, da valorização do capital, a classe se afirma. O trabalho diante da reestruturação produtiva apresenta-se mais fragmentado. As plantas produtivas mundiais permitem a produção de módulos e componentes em vários países, utilizando-se da força de trabalho e dos recursos naturais de acordo com seus interesses imediatos. Em contrapartida, os vários sujeitos envolvidos na produção, apesar das características e especificidades locais se unificam como produtores.

A conjuntura política indica um contexto de transformações, em que se inicia uma lenta recom-

A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe.

posição da esquerda socialista. Uma conjuntura que começa a sepultar o velho, sem que o novo tenha ainda sido gestado. De certo, esta realidade é perceptível no fato de que as organizações "tradicionais"[10]da classe trabalhadora, os sindicatos e partidos construídos nas últimas décadas, não estão dando conta de responder aos desafios da nova realidade.

Por outro lado, é constatado que as principais ações desencadeadas pelos trabalhadores que se confrontaram diretamente com os interesses do capital, se articularam principalmente por movimentos de novo tipo como as experiências em curso na Venezuela, que tem suas bases no "caracazo" expressão da luta do povo pobre das favelas de Caracas, ou nos processos Boliviano e Equatoriano que tem suas bases na luta dos indígenas e em experiências organizadas que juntaram sindicatos, organizações políticas socialistas, movimentos de bairro, e pequenos agricultores.

Impõe-se, na ordem do dia, ao movimento sindical e aos partidos comprometidos com a luta por transformar a sociedade a ruptura com o "modelo" de organização baseado na lógica restrita, que vincula e, muitas vezes, submete a organização

da classe ao processo de trabalho.

Para intervir na realidade, se torna imprescindível a avaliação do plano estratégico desenvolvido pelos movimentos dos trabalhadores nas últimas décadas: as estratégias revolucionárias elaboradas ao final do século XIX e início do século XX, além da chamada estratégia social-democrata.

As primeiras, objetivamente portadoras de vitórias históricas do movimento dos trabalhadores, ainda não deram conta de constituir alternativas que superassem o capitalismo historicamente. A última, adotando a via reformista, ao buscar reformar o sistema, afirma-se como agente das políticas e interesses deste.

Partindo das referências apresentadas por Bühr (1998), observa-se nos enfrentamentos do movimento social democrata e nas estratégias revolucionárias, as principais referências políticas do movimento dos trabalhadores no século XX. O movimento social democrata, originário e constituído a partir da II Internacional Socialista, tem por característica central a proposta de emancipação do proletariado, por meio do controle do Estado e da conquista de representação política, delegada, em geral, aos representantes dos trabalhadores organizados em seus partidos. Observa-se, no desenvolvimento do processo de organização da classe trabalhadora, uma divisão entre luta sindical corporativa e luta política. Esta alternativa colocou-se como contraposta à variante revolucionária, que apresentava na luta "direta" pela derrubada do Estado burguês, o centro de sua política. Tendo no "leninismo" e nos partidos comunistas,

sua principal referência, buscava a expropriação da burguesia e de seus aliados. A disputa entre a perspectiva "leninista", representada pelos comunistas e os sociais democratas marcou o último século.

Ainda que representassem projetos com estratégias divergentes, os comunistas e os sociais-democratas construíram programas políticos e organizações de massa, que se pautavam no apoio e participação dos trabalhadores. O movimento operário constituía a base social para sua existência. Grandes sindicatos, dirigidos por partidos comunistas ou sociais democratas, disputavam a direção dos trabalhadores. Paralelamente, se fortaleciam os partidos organizados no âmbito da classe trabalhadora. Cumpriam o papel de articuladores e dirigentes das políticas estratégicas implementadas nos sindicatos.

No Brasil, as greves que romperam o silêncio imposto pela ditadura militar no ABC paulista, mais do que a luta por reivindicações salariais, transformaram-se em motor da luta pela democratização. Os movimentos sociais, as comunidades eclesiais de base (CEBs) e a luta no campo foram responsáveis por grandes mobilizações sociais e pela afirmação de novas organizações políticas.

Nesse ambiente, foi se construindo o Partido dos Trabalhadores o PT[11] e a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, uma realidade dinâmica de lutas e conquistas da classe trabalhadora.

No campo político, no que se refere às organizações da classe trabalhadora, o PT passa a constituir uma nova experiência de partido de massa com referência socialista. Com gran-

de participação da intelectualidade de esquerda, tendo como base social um movimento operário em ascenso, o Partido dos Trabalhadores nasce assumindo um radicalismo e uma vigorosa intervenção política nas lutas do povo brasileiro. Expressava também uma estrutura de formação partidária extremamente democrática, que permitiu o ingresso de militantes e organizações das mais variadas tendências.

Como um marco deste período de lutas e reorganização do movimento, tem-se a formação, em 1983, de uma central sindical em nível nacional à revelia da estrutura sindical oficial: a CUT. No período inicial de sua formação, o discurso hegemônico afirmava um sindicalismo classista em contraposição à política de conciliação de classes, enraizado na base, não cupulista, livre da interferência do Estado e autônomo em relação aos partidos[12]. Assim, a CUT nasce como uma central sindical ampla, defendendo o socialismo e a mobilização direta como alternativa privilegiada de luta. Os segmentos organizados – socialistas revolucionários, social-democratas e os setores ligados à Igreja Católica – formaram as bases de construção e da fundação da CUT.

Foi com a força dessas mobilizações que se impulsionou o movimento das eleições diretas e as disputas na Constituição de 1988, que, com todos os limites de sua implementação, trouxe em seu texto várias conquistas. Agrupando milhões de trabalhadores, o novo sindicalismo[13] transformou-se, ao longo das duas últimas décadas, num importante processo político brasileiro, conseguindo incorporar nas lutas sindicais e naquelas de cunho político mais amplo, vas-

tos contingentes de trabalhadores. Esse movimento afirmava a participação de base e a luta por direitos que extrapolavam as reivindicações corporativistas, iniciando um amplo e vigoroso processo de mobilização.

Deve-se registrar, no entanto, que desde o surgimento do novo sindicalismo até os dias de hoje, houve um descompasso entre o "discurso" vigente e a "prática" implementada. Todavia, apesar de suas contradições internas, o sindicalismo organizado em torno da CUT[14], tem atuado, desde o seu surgimento de maneira a ampliar o espaço de democracia e liberdade para a ação dos trabalhadores, sendo o responsável pelas principais conquistas do último período.

No campo político, mais diretamente, com bases sociais vinculadas ao movimento dos trabalhadores, consolidou-se o projeto de fundação do PT. Este partido, de formação originalmente operária, foi determinante na formação da CUT. Pode-se dizer que as fronteiras entre os militantes do PT e da CUT, além da ampla maioria dos movimentos sociais e populares que retomavam suas ações ou se constituíam no pós-ditadura, não estavam claramente definidas.

A formação do PT, vitorioso como expressão do movimento das esquerdas no Brasil, confundeu-se com o próprio ascenso dos movimentos dos trabalhadores nos anos 1980. Foi importante e fundamental, mas ao mesmo tempo insuficiente para consolidar um projeto estratégico socialista e revolucionário.

Sem a articulação de um projeto estratégico de contraposição global ao capital, que mobilize a

classe trabalhadora, forjando novos métodos de luta, politizando os enfrentamentos corporativos, rompendo nos sindicatos as barreiras entre os empregados e os sem emprego, não será possível fortalecer a resistência à ofensiva capitalista.

Levando-se em conta que menos da metade da força de trabalho ativa tem carteira assinada, temos menos de um quarto dos trabalhadores filiados em organizações sindicais. Distante, muitas vezes, da nova problemática, os sindicatos acabam por assumir um viés neocorporativista ao não incorporar os desempregados, os contratados temporariamente e os terceirizados das grandes empresas em seus quadros.

Os desempregados, muitas vezes, são demitidos das empresas e do sindicato. Os partidos, por sua vez, em prol de táticas eleitorais questionáveis ou de pactos de governabilidade, acabam por distanciar-se dos enfrentamentos mais radicalizados. A fragmentação dos espaços de luta (em espaço sindical, espaço parlamentar e luta jurídica) despolitiza os sindicatos e os partidos levando em direção a um novo corporativismo.

As linhas de atuação traçadas ou em disputa pelos rumos políticos e ideológicos da intervenção do movimento não refletem só a consolidação da política do setor majoritário do PT e da CUT, a Articulação[15]. Refletem também aspectos objetivos da realidade que possibilitaram a afirmação das políticas traçadas por este setor. As mudanças constatadas e apresentadas neste trabalho indicam impactos das transformações na relação "capital/trabalho", que repercutem diretamente nos organismos sindicais e nos partidos com ori-

As formas de organização e representações políticas dos trabalhadores se desenvolvem e se sustentam a partir de um vínculo estabelecido com o mundo real.

gem no movimento dos trabalhadores.

As possibilidades de explicação da "crise" dos sindicatos, ainda que possibilitando visões variadas, têm de ser buscadas na realidade objetiva, em meio a qual se funda a classe trabalhadora. As formas de organização e representações políticas dos trabalhadores se desenvolvem e se sustentam a partir de um vínculo estabelecido com o mundo real.

Trata-se, portanto, de refletir sobre os projetos apresentados pelas organizações de esquerda. No quadro atual, a tarefa central do partido operário, do partido da revolução socialista de contribuir para a elevação da consciência da classe, para a consciência de classe (grifo nosso) — apresentada por Lênin (1986) e resgatada por Gramsci (2000) — parece não ser mais prioridade. A disputa pelo poder, a estratégia de luta por transformação e o enfrentamento com o Estado estão relegados a um futuro distante. Ainda que o movimento sindical e mesmo os partidos, aqui cha-

mados de esquerda, não possam ser mecanicamente identificados com o movimento socialista, é certo, também, que os socialistas vêm atuando centralmente nas organizações dos trabalhadores.

As definições dos projetos e estratégias a serem adotadas pelos setores organizados, que atuam nas entidades sindicais e nos partidos referenciados em um projeto de esquerda, são determinantes para a orientação de suas ações políticas. Muito do que se apresenta como falta de rumo ou de perspectivas diante de uma realidade que leva ao imobilismo, é, na prática, uma opção política por um projeto vinculado aos interesses do capital.

Em meio a todas estas transformações mais uma vez e fundamental a formação de sujeitos coletivos. Resgatando Gramsci:

Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de forças (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional. (2000:61)

Considerações finais

A conjuntura presente reafirma a necessidade de investir na construção de um projeto amplo que possa referenciar as lutas coletivas sob outras bases, revigorando o socialismo enquanto projeto emancipacionista e atual. Nesse sentido, a análise sobre o movimento sindical, e mais especificamente ao que

concerne ao movimento sindical brasileiro, tem de ser mediada pelas recentes modificações nos processos conjunturais. De certa forma, os elementos traçados em relação aos partidos de esquerda também precisam ser relacionados com as transformações e indefinições apresentadas pela conjuntura política e econômica mundial.

Os enfrentamentos e disputas da luta entre classes definirão e reformularão muitas das análises apresentadas. Em relação ao movimento sindical, as tendências ressaltadas, são tendências predominantes, mas não anulam evidentemente a possibilidade de novidades em sua organização. A possibilidade de retomada de lutas que revigorem, sob outras bases, os espaços políticos existentes com outras orientações políticas devem ser consideradas.

Por fim, estes elementos demonstram que a disputa de projetos e a luta entre classes não poderiam ter mais atualidade. A centralidade do trabalho, considerada como categoria provida de sentidos, é imprescindível para a compreensão de nosso tempo e o partido como organizador de sujeitos coletivos é mais atual e necessário que nunca.

Jefferson Moura é sociólogo, mestre em Serviço Social pela UERJ e doutorando na UFRJ

Notas

[1]O fordismo/keynesianismo é trabalhado neste texto limitado a um "modelo" de organização da produção capitalista. No entanto, é importante considerar as discussões apresentadas por teóricos que consideram o fordismo como expressão de um processo de produção e re-

produção do capital que se consolida e desenvolve no pós-guerra, Harvey (1998).

[2]O mundo do trabalho é entendido como referência à classe trabalhadora, constituída em meio a relações sociais e históricas.

[3]Trata-se aqui da clássica ficção liberal que pensa o indivíduo limitado a si mesmo, que tem no romance de Robson Cruzó um belo exemplo.

[4]O conceito marxista de classe em si definiria sua expressão estrutural, enquanto grupo de homens e mulheres inseridos em determinadas relações sociais de produção.

[5]Ao tomarmos o conceito de classe para si, este é entendido como a expressão da tomada de consciência dos trabalhadores enquanto sujeitos políticos.

[6]A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, inicia-se ao final dos anos setenta e se desenvolve na década de 1980. Em setembro de 1979 no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul começam as discussões para formação do movimento (Fernandes, 2001). No início da década de 1980, articula-se o Movimento. Seu encontro nacional de fundação foi em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná.

[7] O MTST, vem sendo estimulado pelo MST e tem sido um pólo de organização de trabalhadores urbanos.

[8] O MTL foi fundado em 2002, aglutinando dois movimentos nacionais de luta pela reforma agrária, MLST e MT, (in Fernandes 2001) e uma corrente de luta política e sindical oriunda do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). (Ver mtl.org.br).

[9] Atuando no terceiro mundo, existem cerca de 50.000 ONGs que movimentam recursos na ordem de 10

bilhões de dólares anuais. (Petras, 2000).

[10] Chamo de organizações tradicionais aquelas construídas no último período sobre influência social-democrata ou leninista, conforme definidas por Bihl (1998).

[11]Em 10 de fevereiro de 1980, é realizado o ato de lançamento do Partido dos Trabalhadores. Em 31 de maio e 1º de junho do mesmo ano, realiza-se a reunião nacional de fundação do PT.

[12]Em Giannotti (1998) e Neto (1991), encontramos uma síntese desses "princípios" que resumiriam a prática do sindicalismo cutista no momento da fundação da Central, em 1983. Além dos princípios citados acima constam: democracia interna nas instâncias da Central e um internacionalismo sem alinhamentos.

[13]A partir do processo de renovação sindical, que se iniciou em 1978 com as greves dos metalúrgicos, surge o movimento que se convencionou chamar de novo sindicalismo.

[14]Ao se dar ênfase e retratar o papel da CUT não se está desconsiderando o peso e a participação efetiva de outros segmentos como a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). No entanto, este trabalho busca retratar os processos de atuação dos movimentos dos trabalhadores nos anos 1990. Neste período, as correntes históricas ligadas aos trabalhadores na CGT, os partidos comunistas, estão integrados à CUT.

[15]A tendência "Articulação" tem origem no grupo chamado Articulação dos 113 e remonta à fundação do PT.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. A rebelião do trabalho: o confronto operário no ABC

paulista, as greves de 1978/80. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Os novos proletários do mundo na virada do século *In* Lutas Sociais. nº6. São Paulo: Xamã, 1999.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COMPARATO, Bruno Konder. A Ação Política do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

COUTINHO, Calos Nelson. Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis - RJ: Vozes, 2001.

FERNANDES, Florestan. As Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Volume IV.

GIANNOTTI, Vitor. O que é estrutura sindical. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

IAMAMOTO, Marilda. Trabalho e Indivíduo Social. São Paulo: Cortez,

2001.

LENIN, V. I. O imperialismo, fase superior do capitalismo. Obras escolhidas. 3ª ed. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1986. Livro I.

_____. Que Fazer? Obras escolhidas. 3 ed. São Paulo: ALFA-OMEGA, 1986. Livro I.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, Livro I.

_____. O processo de circulação do capital. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Livro II.

_____. Para a crítica da economia política. Coleção: Os Economistas. São Paulo. Abril Cultural. 1982.

_____. O capital: crítica da economia política. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Livro primeiro, volume 1.

_____. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

MLST. Cadernos do MLST. Editora Kelps, 2000.

MTL. Empresa Rural Comunitária: Alternativa para o Assentamento, Uberlândia. 2002.

NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. O Elo Perdido. Classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Partido dos Trabalhadores. Resolu-

ções de Encontros e Congressos. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.



Silvia Santos

LÊNIN, TROTSKY, GRAMSCI E A REVOLUÇÃO LATINO- AMERICANA NO SÉCULO XXI

A ofensiva ideológica do neoliberalismo, sobretudo durante a década de 90, a derubada das ditaduras estalinistas na ex-URSS e no leste europeu, a restauração capitalista nesses países, na China e no Vietnã, e o processo, já muito avançado no mesmo sentido, em Cuba, trazem a necessidade de retomar o pensamento dos principais teóricos do marxismo. Novas correntes surgiram, em sua interpretação a queda do Muro de Berlim significou, também, o enterro do marxismo e do leninismo. Outra vertente confundiu socialismo com estalinismo e acabou por decretar o fim da possibilidade de alcançar uma nova sociedade a partir da socialização dos meios de produção. É importante voltar nosso olhar sobre as experiências mais importantes e a teoria, para resgatar, atualizar ou modificar pontos cardinais das elaborações dos marxistas revolucionários. Assim como, para verificar o tanto de "novo" que trazem as "novas" teorias. Não temos a pedante pretensão de abranger essa titânica tarefa neste texto. Mas, sim, contribuir com nossa visão em torno da atualidade de alguns aspectos que consideramos fundamentais nas elaborações teóricas de Lênin, Trotsky e Gramsci, vinculando-as aos desafios presentes para os revolucionários. Os dois primeiros, como dirigentes da primeira revolução socialista triunfante e do primeiro estado operário da

história da humanidade. Gramsci, líder revolucionário italiano, que desde os sinistros porões dos cárceres fascistas, contribuiu com o pensamento revolucionário frente aos desafios que, sobretudo, apresentavam os regimes da democracia burguesa. Escolhemos três aspectos entre os muitos que caracterizam a gigantesca obra desses grandes marxistas para instigar à tarefa de retomada dos mestres no debate: a teoria marxista do Estado, a Revolução Permanente, e o conceito de hegemonia. Nosso objetivo é ajudar na avaliação se, depois da queda do Muro e do fato incontestável que não houve mais revoluções proletárias triunfantes que inaugurassem a construção do socialismo, continuam válidas essas formulações e programas. Se continuam sendo um guia para ação dos militantes nas fileiras do marxismo revolucionário. Tomaremos como base histórica as experiências e os processos na nossa América Latina. Passados cinquenta anos da Revolução Cubana, devemos nos perguntar por que, na América Latina, não houve outra "Cuba". Outro país onde se efetivasse uma ruptura política e econômica com o imperialismo, se expropriasse a burguesia e se iniciasse o caminho do socialismo, mostrando para o mundo índices categóricos de superação das mazelas clássicas do capitalismo, em quesitos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho, etc. Por que a Nicará-

gua, da revolução de 1979, que derrubou Somoza e quebrou o aparelho do Estado burguês, não avançou em direção a uma nova Cuba? Ao contrário, por que, retrocedeu e deixou de ser um país independente para voltar ao status de semicolônia, um dos países mais empobrecidos do continente? Para onde vai finalmente a Venezuela, com seu proclamado "Socialismo do Século XXI"? Para responder, consideramos o instrumental metodológico e teórico dos temas escolhidos, a teoria do Estado, a Revolução Permanente e a contribuição sobre hegemonia, referências indispensáveis, assim como para a continuidade da luta por um projeto revolucionário no continente. Como militantes socialistas e revolucionários nossa luta política e prática têm como objetivo ajudar a repetir, em nossa América Latina, uma, duas, muitas Cubas, rompendo com o imperialismo, expropriando à burguesia, através da mobilização e da auto-organização dos trabalhadores e do movimento de massas. Que acabe com o Estado capitalista, instaure um governo dos trabalhadores e do povo, e, com a democracia operária, inicie o caminho da construção do socialismo a serviço do desenvolvimento da revolução mundial.

A teoria marxista do Estado

"Para nós não se trata de reformar a propriedade privada, mas de

aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classes, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova".

Em agosto de 1917, em pleno curso do processo revolucionário, frente aos enormes desafios colocados, Lênin, com inigualável capacidade, formulou o trabalho conhecido como "O Estado e a Revolução", demonstrando de forma cabal a unidade entre teoria e prática. Às vésperas da luta pelo poder, era imprescindível uma caracterização precisa do Estado que se pretendia conquistar e destruir. Era necessário, também, demarcar terreno com as posições oportunistas, recuperando, atualizando e sistematizando a teoria marxista em relação ao Estado. Por isso, sua preocupação não era a de um acadêmico, mas a de um revolucionário que precisava ferramentas teóricas para compreender a realidade e transformá-la, combatendo as posições que desarmavam a classe trabalhadora frente ao desafio histórico da luta pelo poder do proletariado. A questão do Estado continua sendo crucial para o marxismo. Em seu torno ainda se estabelecem claras divisões entre os revolucionários e os oportunistas. Destacamos que a teoria marxista do Estado está indissolivelmente vinculada ao problema do papel da classe trabalhadora e da necessidade transitória de um Estado proletário capaz de destruir a máquina do Estado burguês. Estado que, diferentemente do anterior, deveria ser absolutamente democrático e garantir plenas liberdades para os trabalhadores e os explorados, mas, ditatorial contra a burguesia, não garantindo nenhuma liberdade para continuar sua exploração.

Lênin partiu de Engels e de sua obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Es-

Lênin retomando Marx, polemizou com as concepções dos ideólogos burgueses e pequeno-burgueses que "interpretam" o Estado como um órgão de "conciliação de classes"

tado": o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. A partir desta conclusão, Lênin retomando Marx, polemizou com as concepções dos ideólogos burgueses e pequeno-burgueses que "interpretam" o Estado como um órgão de "conciliação de classes". Definiu de forma precisa: *o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que se torna, por isso mesmo, politicamente dominante, o que lhe possibilita novos meios para explorar a classe dominada.*

Engels definiu o segundo traço característico do Estado: a existência de um poder público diferente da população, que tem como pilar o fato de estar composto por um destacamento especial de homens armados, visto que em uma sociedade dividida em classes, se torna impossível o armamento da população. E agregou que, em cada revolução que destrói o aparelho governamental, a classe dominante se empenha em reconstruir, a seu serviço, corpos de homens armados, reconstruir o exército regular, tirar as armas das mãos do povo.

O terceiro traço é que, para poder manter um poder público separado da sociedade, são necessários impostos e uma dívida pública. Cria-se uma burocracia de funcionários acima da sociedade, e são feitas leis que assegurem sua inviolabilidade, sua "autoridade", a partir disso, o surgimento dos privilégios é apenas um passo. E, já em 1890, Engels afirmava que, na república democrática, "a riqueza utiliza-se de seu poder indiretamente, mas com maior segurança, primeiro pela corrupção pura e simples dos funcionários, depois pela aliança entre o governo e a Bolsa".

Quarto traço característico do Estado burguês é que não pode ser reformado na suas características centrais. Para acabar com a exploração e iniciar o caminho do socialismo, é preciso quebrá-lo por meio de uma revolução violenta, categoricamente defendida em todo o pensamento marxista. Para esta conclusão, tanto Marx quanto Engels estudaram os processos revolucionários e as lições que forneciam para a elaboração da estratégia socialista, conclusões que Lênin sistematizou e resgatou para liberar o marxismo das concepções oportunistas que falavam de um gradual e pacífico desaparecimento do Estado. Marx e Engels tiveram como referência o capitalismo em sua época de expansão e as revoluções de 1848 e 1871. Lênin, o capitalismo em sua fase imperialista, a experiência de 1905 e de fevereiro de 1917 (Rússia), reafirmando seu caráter de dirigentes que souberam sintetizar a teoria e a prática a serviço da luta pelo fim da sociedade dividida em explorados e exploradores.

A revolução de 1848 na França confirmou o que, no Manifesto Comunista, formularam os dois

revolucionários: o Estado que os trabalhadores precisam transitoriamente, é o Estado dos trabalhadores organizados como classe dominante, para quebrar a resistência dos exploradores e acabar com a exploração. Mas, foi a Comuna de Paris, em 1871, que apresentou de forma categórica aquilo que não foi antevisto no Manifesto, isto é, quais instituições e de que tipo substituirão o Estado burguês.

Em primeiro lugar, a substituição do exército permanente pelo povo armado. A Comuna ou governo comunal é constituído por conselheiros municipais eleitos por voto universal nos diferentes bairros de Paris. Os conselheiros são revogáveis a qualquer momento que o povo o considere necessário.

O salário dos policiais, conselheiros, funcionários públicos não poderia ser superior ao de um operário. Os juizes são eleitos e revogáveis. A igreja deixou de ser financiada pelo Estado, tirando, dessa maneira, poder aos padres. A Comuna legisla e executa; acaba assim o "parlamentarismo" dos políticos profissionais, dos "socialistas de negócios". Aqui, é importante retomar e refletir a crítica ao parlamentarismo que fez Marx, ainda em 1871, acusando os "renegados do proletariado" de deixar aos anarquistas o monopólio da crítica ao parlamentarismo. Marx, que soube combater os anarquistas pela sua incapacidade em utilizar o parlamento burguês, fez uma crítica feroz do parlamentarismo, do ponto de vista dos interesses dos explorados, afirmando que significava decidir a cada certo número de anos qual membro da classe dominante iria oprimir e esmagar o povo. Ensinações que Lênin realizou, afirmando que "os rene-

gados do socialismo são incapazes de conceber outra crítica do parlamentarismo que não seja a crítica anarquista ou reacionária." E insistiu Lênin: "*Reparem em qualquer país de parlamentarismo... a verdadeira tarefa governamental é feita por detrás dos bastidores, são os ministérios, as secretarias, os estados maiores que as fazem. Nos parlamentos, só se faz tagarelar com o único intuito de enganar a plebe*". Vinculando as instituições ao seu caráter de classe e sua função no Estado burguês, Marx, Engels e Lênin, que sempre consideraram o regime democrático o melhor para desenvolver a luta da classe trabalhadora, nunca se deixaram confundir em relação ao caráter de classe do regime da democracia parlamentar.

Estas definições não excluem a importância da luta contra o peso da ideologia burguesa através do controle da educação, do papel das Igrejas, da propaganda e todas as ferramentas de divulgação das falsas idéias que o capital utiliza para alcançar determinados graus de consenso, sempre presente nas elaborações e nas batalhas políticas que empreenderam nossos mestres.

Cuba e Nicarágua: da destruição à reconstrução do Estado Burguês

1º de janeiro de 1959. Com a queda de Santa Clara, e a rendição da guarnição militar, iniciou a etapa de triunfo da revolução. Santiago foi rodeada e todo o Oriente ficou sob controle rebelde. O ditador Batista foge para Santo Domingo. Pela Rádio Rebelde, Fidel ordenou avançar sobre Santiago e convocou à greve geral a partir de 2 de janeiro. Os trabalhadores ocuparam os sindicatos, expulsaram aos burocratas da ditadura e realizaram enormes atos

em Havana e Santiago, em meio à greve geral. O exército da ditadura debandou, as tropas guerrilheiras, de camponeses e trabalhadores rurais, controlaram o país. Após o primeiro período de apoio ao movimento "anti-ditatorial e pela democracia" por parte do imperialismo, dos governos latino-americanos e do clero, começaram as pressões. Por um lado, o imperialismo que queria deter o movimento na sua tarefa democrática. Por outro, o movimento de massas que havia entrado em cena, no qual se apoiou a direção castrista para enfrentar a pressão do império. Informes jornalísticos da época retrataram: "*A Federação de Trabalhadores do Açúcar armou e treinou 55 mil trabalhadores no interior para defender a colheita da cana. Em torno de 300 estudantes em Havana completaram seu treinamento militar. Enquanto o povo está sendo armado, o Exército está lutando pela Revolução com pás, tratores, picaretas. Temos visto soldados construindo casas para os camponeses, construindo estradas; abrindo sistemas de drenagem, reflorestando a terra, trabalhando com os camponeses nas cooperativas e construindo uma cidade escolar inteira... desde que os soldados trabalham e os operários estão armados, não há necessidade de um exército regular*".

19 de Julho de 1979. O Sandinismo toma o poder na Nicarágua, no marco de uma América Central comovida pelo ascenso e lutas do movimento de massas. A FSLN, em torno do eixo de "Abaixo o ditador Somoza" era vista com enorme simpatia no seu país e na área centro-americana. Culminava, assim, uma luta violenta contra o sanguinário ditador que, desesperado frente à derrota da sua Guarda Nacional na zona de

Matagalpa e León, bombardeia os bairros operários, obrigando a heróicas batalhas, rua a rua, casa a casa. Com a capital em mãos dos rebeldes, Somoza foge e a Guarda Nacional entra em debandada. Na sua luta, e com os sandinistas à frente, as massas nicaraguenses liquidaram o Estado burguês, aniquilaram seu exército, se armaram parcialmente e começaram a ocupar terras e fábricas, a fundar sindicatos e a exercer, de forma paulatina, um poder político direto. A solidariedade popular e do próprio governo com a luta anti-Somoza, transformaram a Costa Rica na retaguarda de apoio aos sandinistas. A simpatia com a revolução crescia e se espalhava pelo continente. O imperialismo ianque, passados só quatro anos da derrota histórica sofrida no Vietnã, não estava em condições de invadir. Havia condições para avançar na direção de Cuba 20 anos antes. Mas, o rumo que a FSLN imprimiu foi o oposto. Formado o governo de Reconstrução Nacional com setores da alta burguesia antisomozista, Humberto Ortega começou a reestruturar uma polícia e um exército regular, desarmando os camponeses e operários, armados no calor da revolução. Veio, dessa forma, o passo decisivo para a reconstrução do Estado burguês nicaraguense, seguindo os conselhos de Fidel Castro que foi explícito: "Nicarágua não deveria ser outra Cuba". A partir daí, se abriu uma dinâmica oposta a da Revolução Cubana.

Venezuela: país capitalista, com independência política. Há dez anos Chávez governa e encabeça o processo "bolivariano", na construção do que considera o "Socialismo do século XXI". Mas, na Venezuela, há 20 anos, também, são protagonizadas heróicas lutas pelo povo. Começou

**Para uma análise
marxista séria,
seguindo a Lênin,
vemos necessário
definir a natureza do
Estado venezuelano,
seu caráter de classe**

com o *Caracazo* de 1989, enorme rebelião popular detonada pelo aumento do preço dos combustíveis e reprimida ferozmente pelo exército com um número de mortos estimado em torno de 300. A ferida ficou aberta no povo e também em setores da baixa oficialidade das forças armadas, culminando com o triunfo eleitoral de Chávez em 1999, contra os candidatos do imperialismo e das petroleiras em meio ao ascenso das lutas operárias e populares desses 20 anos. O novo presidente não se subordinou às ordens de Washington e levou a cabo inúmeras atitudes de independência política. Apoiado por Castro, com apoio de médicos e professores cubanos, impulsionou planos de alfabetização e atendimento sanitário nos setores populares. Comprou empresas que estavam em mãos de multinacionais, sobretudo de setores básicos como aço, cimento e petróleo. No marco da bonança econômica mundial e da alta dos preços do petróleo, pela primeira vez na história, parte da renda petroléira foi investida em melhorar as condições de vida da população pobre e trabalhadora. Convocada a Assembléia Constituinte, a nova Carta acabou com o Senado e inaugurou a representação em Câmara Única, no marco de continuar defendendo a propriedade privada dos meios de produção.

Os EUA organizaram um golpe em abril de 2002 que depôs o Presidente Chávez, provocando uma revolta popular que o reconduziu ao poder em 72 horas. Derrotado no terreno militar, o imperialismo e a oligarquia local provocaram um *lockout* petrolero colocado em xeque pela mobilização dos trabalhadores e do povo, que soube quebrar a paralisação patronal colocando em marcha o processo de extração, transporte e refino de petróleo mantendo o abastecimento da população e do país. Ficou assim demonstrado, mais uma vez, o poder da classe trabalhadora quando se mobiliza e luta.

Entretanto, o cenário atual nesse país, para o qual voltamos nossos olhos com tanto entusiasmo, nos obriga à pergunta: O "Socialismo do século XXI" é realmente um caminho inovador que pode levar ao socialismo? Estamos vivenciando um período de transição entre o capitalismo e o socialismo?

Para uma análise marxista séria, seguindo a Lênin, vemos necessário definir a natureza do Estado venezuelano, seu caráter de classe. Começemos por definir que existe um exército e forças repressivas profissionais que atuam para preservar a propriedade privada e reprimem com força as lutas da classe trabalhadora e do povo. De forma paralela, atuam, ainda, os jagunços armados do latifúndio e das multinacionais, que atuam com enorme impunidade na Venezuela. A Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora denunciou que, após 10 anos de governo Chávez, 214 militantes camponeses foram massacrados, imperando a impunidade. Até hoje, somente sete foram detidos, acusados pelos massacres. Existem muitos casos de repressão e atuação das forças armadas

do Estado contra trabalhadores. Enumeraremos alguns, desde os mais recentes:

- janeiro/2009: A polícia do Estado Anzoátegui assassinou dois trabalhadores no operativo de despejo da empresa Mitsubishi ocupada pela readmissão de 135 trabalhadores;

- dezembro/2008: Agredidos e detidos pela Polícia Metropolitana, trabalhadores terceirizados da Sidor que protestavam exigindo sua incorporação na empresa;

- dezembro/2008: Reprimidos trabalhadores da transnacional colombiana Alpina, despejados violentamente pela polícia de Aragua, com quatro trabalhadores feridos. Dias depois, foram assassinados por um sicário (jagunço) três lideranças da UNT e militantes socialistas, que haviam prestado solidariedade na luta da Alpina;

- outubro/2008: A polícia do Estado Miranda, a mando do governador Diosdado Cabello, reprime trabalhadores da saúde que protestavam pelo atraso no pagamento dos salários com tiros de escopeta, 10 foram detidos;

- setembro/2008: Enfermeiras da Missão Bairro Adentro foram agredidas pela polícia metropolitana;

- junho/2008: Baleada por sicários, a dirigente do Sindicato de Trabalhadores Têxteis, quando os trabalhadores exigiam a readmissão dos demitidos. A juíza Mauricia Gonzáles, militante do PSUV, tentou despejar a ocupação com a polícia de Carabobo, e por resistir, os dirigentes dessa luta foram processados

e proibidos de se aproximar da empresa;

- março/2008: A Guarda Nacional, após o Ministro de Trabalho anunciar que declararia ilegal qualquer greve na empresa siderúrgica Sidor, atacou os trabalhadores, feriu doze e deteve mais de 80;

- novembro/2007: Foram atacados e despejados pela polícia trabalhadores da planta de reciclagem de Mérida. Cinco trabalhadores feridos.

- novembro/2007: A Guarda Nacional no Estado Bolívar reprimiu a ocupação da empresa Cristancho;

- outubro/2007: A Guarda Nacional despejou violentamente os sindicatos bolivarianos Unatraelan e Untocan da sua sede, por ordens da diretoria da Assembleia Nacional.

- setembro/2007: Trabalhadores petroleiros são baleados pela polícia de Anzoátegui, quando marchavam exigindo sua participação na discussão do contrato coletivo da PDVSA;

- agosto 2007: Sequestrados, agredidos e despejados violentamente servidores públicos que exigiam no Ministério do Trabalho a discussão da convenção coletiva;

- junho/2007: A Guarda Nacional atacou a mobilização dos trabalhadores da CE Minerais que reivindicavam direito à organização e à liberdade sindical, com trabalhadores feridos e detidos;

- março/2007: A Polícia de Aragua dissolveu com bombas de gás manifestação de trabalhadores de Invalta;

- fevereiro/2007: A polícia de Anzoátegui reprimiu a manifestação de trabalhadores de PDVSA que exigiam o pagamento atrasado dos salários de dezembro.

A crise econômica, com a queda dos preços do petróleo, acirrou a situação. O governo adotou medidas que seguem na tônica de fazer com que os trabalhadores paguem pela crise, por exemplo, o aumento do IVA (imposto sobre o valor agregado), o qual penaliza exatamente ao povo pobre e trabalhador, que menos ganha. Enquanto isso, não tomou nenhuma medida que penalizasse o lucro do capital. Isso provocou um aumento das lutas da classe trabalhadora, com crescimento de 78% no setor público, onde o Estado é o patrão. Militarização e ameaças têm sido frequentes em setores como metroviários, eletricitários ou nas siderúrgicas. Com prisões, perseguições, intervenção dos Serviços de Inteligência Militar nos conflitos, processos contra sindicalistas que não são serviais ao governo e campanhas políticas comparando as lutas operárias ao *lockout* patronal de 2003, e acusações de que os trabalhadores dos setores em luta são privilegiados. A conclusão é que existe, hoje, na Venezuela, um processo crescente de criminalização da luta operária e popular. São 2.200 lutadores processados por manifestar e exigir suas reivindicações. Cento e vinte são trabalhadores e dirigentes sindicais, especialmente, os vinculados com a PDVSA e as empresas básicas de Guyana (Sidor, Alumínio, etc.) que têm proibição de realizar reuniões nos locais de trabalho onde são dirigentes sindicais.

Pelo lado da burocracia estatal, a situação não é menos grave.

Gerentes que recebem dez vezes ou mais o salário médio dos trabalhadores se apropriam dos cargos na administração pública e nas empresas estatais, nas quais aparecem trabalhando suas esposas, filhos e cunhados. Ali, uma burocracia vinculada ao governo e à administração de empresas se distancia cada vez mais do nível de vida da população, com carros importados, viagens e luxos, assim como tem acesso a crédito e à possibilidade de fazer negócios, os chamados "benefícios colaterais". Este processo resultou no nascimento de um novo setor burguês, de uma nova oligarquia que vai crescendo ao calor da impunidade e dos privilégios que o regime chavista lhe permite.

Se marxistas, não devemos limitar o diagnóstico definindo o estado e o governo pelos discursos ou pela relação de atritos políticos parciais com o imperialismo, os quais, sem dúvida, o governo Chávez mantém. Esse é somente um dos elementos da realidade. O que temos que nos perguntar é *quais interesses de classe representa a casta privilegiada governante? Quais setores econômicos estão se desenvolvendo? É o dos bancos o setor que mais se beneficiou nos últimos anos na Venezuela. E quase não pagam impostos, como, tampouco, pagam os que especulam com os títulos da dívida pública. Outro setor que lucrou muito foi o vinculado ao petróleo. Não só a PDVSA, mas, todas as multinacionais que conformam com a estatal, as Empresas Mistas. Também crescem e lucram, amparados no estado venezuelano, os importadores que têm distribuidoras no Panamá e vendem para si próprios, superfaturando as mercadorias que importam com dólares comprados ao câmbio oficial e trocam no paralelo por valores quatro ou cinco*

A manutenção das características fundamentais do Estado burguês na Venezuela não é um acaso ou uma improvisação

vezes maior. É sobre esta estrutura que foi constituído o PSUV. Com "líderes" regionais os quais conquistaram uma "clientela" com base no controle de cargos e na distribuição de privilégios e que aumentam seu "carisma" na base no poder econômico. No recente seminário de intelectuais chavistas, com a presença de acadêmicos e lideranças como Javier Biardeau, Eva Golinger, Michael Lobowitz, Emir Sader, Marta Hannecker, Luis Bonilla, entre outros, houve numerosas críticas, ainda que todas nos marcos do chavismo, mas, muito elucidativas. Vladimir Acosta, por exemplo, quem reconhece avanços da política governamental, sustenta que *"estes avanços foram conseguidos sem sequer tocar um fio de cabelo à burguesia, à classe dominante... a oligarquia venezuelana continua ocupando a maior parte do poder, e tem o poder econômico"*.

A manutenção das características fundamentais do Estado burguês na Venezuela não é um acaso ou uma improvisação. É uma concepção, compartilhada por Chávez e Fidel Castro. Em seu discurso na Assembléia Nacional de Caracas, em outubro de 2000, afirmou Fidel: *"Acho que um país com recursos como os que conta a Venezuela pode alcançar, em me-*

tade do tempo, 75% do que Cuba atingiu desde a Revolução. Estaria ao alcance do governo erradicar o analfabetismo em poucos anos, uma cultura geral elevada para a maioria da população; uma ótima assistência médica para todos; facilitar emprego para todos os jovens, reduzir ao mínimo o delito e proporcionar moradias para todos... uma distribuição racional das riquezas mediante sistemas fiscais adequados é possível dentro de uma economia de mercado... não necessita nacionalizar nada... É suficiente que o Estado desempenhe seu papel e faça predominar os Interesses da nação e do povo..." Em outras palavras, não façam o que nós fizemos, destruir o Estado Burguês, romper com o imperialismo, expropriar, porque, nos marcos atuais, vocês podem conquistar mais do que conquistou o povo cubano.

Este é um debate de fundo para os marxistas. Para avançar no fim da exploração para conquistar pão, salário, terra e liberdade, temos ou não que acabar com o estado burguês? É este Estado um instrumento de opressão da burguesia e do imperialismo contra os trabalhadores e oprimidos? Para nós, a obra de Lênin é atual para a Venezuela de hoje.

León Trotsky e a revolução permanente. O conceito de revolução permanente havia sido utilizado por Marx em 1850, mas, é a partir da Revolução Russa de 1905 que Trotsky o desenvolveu. Naquele momento, os revolucionários estavam divididos no debate sobre qual seria o caráter da futura revolução, que tarefas e quais classes seriam suas protagonistas. Trata-se de um debate de extrema atualidade, uma vez que o estalinismo, no terreno teórico, se construiu combatendo esta teoria e lhe opondo, desde 1924, a

do "Socialismo em um só país", com consequências que até o dia de hoje perduram devido às derrotas que ajudou a impulsionar para a classe trabalhadora. Recapitulando, veremos que em 1905 havia três posições em debate. A de Lênin, que definia o caráter da futura revolução como democrático-burguesa, mas que não poderia ser dirigida pela burguesia, e sim por uma aliança dos trabalhadores com os camponeses, aliança esta democrática e não socialista, pois não poderia afetar os fundamentos capitalistas, tendo como grande tarefa uma radical reforma agrária. No entanto, a definia com uma ditadura, pois deveria quebrar a resistência do latifúndio, da grande burguesia e do czarismo. Plekhânov concordava com o caráter democrático-burguês da revolução, e dizia corresponder à burguesia liberal sua direção, a qual deveriam apoiar os trabalhadores e os camponeses, o que abriria uma etapa de desenvolvimento capitalista. E Trotsky, quem afirmava que a experiência histórica demonstrava que o campesinato era incapaz de cumprir um papel independente, e por tal, a vitória da revolução democrática na Rússia seria conquistada pela ditadura do proletariado, apoiada no campesinato, que colocaria na ordem do dia não só as tarefas democráticas, mas também as socialistas. Dessa forma, impulsionando a revolução internacional, concluindo que somente o triunfo da classe operária no ocidente evitaria a restauração da burguesia.

Em 1917, se unificou o partido em torno das Teses de Abril, preparando-o, e ao proletariado, para a luta pelo poder através dos *soviets* de operários, soldados e camponeses. Com o que se fechou o debate sobre a direção da burguesia ou a "ditadura democrá-

tica de operários e camponeses" de Lênin, aplicando-se a política defendida por Trotsky em 1905.

Só em 1929 é formulada a teoria e as teses da revolução permanente por Trotsky. A consideramos como a teoria da revolução socialista mundial, a qual se opõe diretamente a do "Socialismo em um só país", e a sintetizamos nos três seguintes aspectos: 1º) Os objetivos democráticos nas nações burguesas atrasadas conduzem em nossa época à ditadura do proletariado - os trabalhadores como caudilhos da nação oprimida, em primeiro lugar das massas camponesas - o que coloca na ordem do dia as reivindicações socialistas. 2º) A nova sociedade passaria por um processo de transformação constante de todas as relações sociais, econômicas, jurídicas, culturais, científicas, familiares, etc. 3º) Como consequência da economia e da estrutura social da humanidade, a revolução socialista assumiria um caráter internacional, pois se não avançar na derrota do imperialismo mundial, um governo socialista isolado cedo ou tarde cairia.

Coube a Nahuel Moreno, em 1980, atualizar e assinalar limitações e erros, fundamentalmente nas Teses, reivindicando, no entanto o centro da Teoria da Revolução Permanente. Assim como, deveriam ser incorporadas as tarefas das revoluções anti-burocráticas, que são também um fenômeno mundial, se demonstrou incorreta a dinâmica da transformação das revoluções democráticas em socialistas nos países atrasados. As Teses eram categóricas em afirmar que somente um sujeito social, o proletariado, e um sujeito político, o partido revolucionário, poderiam resolver as tarefas democráticas

e avançar na expropriação da burguesia. Contudo, a realidade do pós-guerra mostrou processos que avançaram até a expropriação com direções não revolucionárias e operárias, e com massas camponesas como sujeito social fundamental, caso de Cuba, China e Vietnã. Isto foi possível por uma combinação de circunstâncias, que foram regra nos anos posteriores ao fim da 2ª Guerra, tais como a força do ascenso, a debilidade do imperialismo e o fortalecimento do estalinismo a partir da derrota do nazismo em Stalingrado. Assim, se conquistou a expropriação da burguesia em ditos países sem partido revolucionário e sem a classe operária à frente. No entanto, Moreno reivindicava o centro da teoria, e, em algum sentido, das próprias Teses, pois direções não revolucionárias e operárias pararam a revolução nas fronteiras nacionais, detendo assim a revolução permanente, com o qual os processos estancaram e vieram a retroceder. O surgimento de novos países operários como os citados, ao invés de estarem baseados na democracia irrestrita para os trabalhadores e os povos, instauraram regimes de partido único, sem pluralidade socialista, repressivos e contra a democracia operária e a autodeterminação da classe, paralisando também o processo de transformação interno da nova sociedade. Uma das demonstrações do acerto gigantesco da teoria da revolução permanente, ainda que pela negativa, é o da restauração capitalista naqueles países onde a burguesia havia sido expropriada. O prognóstico do velho revolucionário, de que um governo socialista isolado, sem o triunfo da revolução mundial, cedo ou tarde cairia, se fez realidade na ex-URSS, na China, no Vietnã e, infelizmente, está avançando neste sentido também em Cuba. Por isso, reivin-

A experiência
cubana foi o caso
historicamente mais
recente e próximo
que despertou
grande simpatia,
com apaixonantes
polêmicas sobre os
rumos da revolução

dicamos, com Moreno, o centro da teoria quanto à necessidade da classe trabalhadora retomar seu papel como eixo dirigente da nação, liderando os setores populares, para resolver as tarefas democráticas pendentes como a independência nacional e a reforma agrária, somadas às reivindicações dos trabalhadores e do povo como o direito ao trabalho, ao salário, à saúde e à educação, etc. Necessidades que somente podem ser resolvidas enfrentando e derrotando o imperialismo e as burguesias nacionais, atacando as bases materiais de seu poder político, expropriando os meios de produção fundamentais, e com uma política internacionalista que coloque os triunfos nacionais a serviço da revolução mundial. Para esta tarefa, continua colocada a necessidade da construção dos partidos revolucionários e de internacionais revolucionárias.

Agora, voltemos aos processos revolucionários na América Latina. A experiência cubana foi o caso historicamente mais recente e próximo que despertou grande simpatia, com apaixonantes polêmicas sobre os rumos da revolução. Na luta contra Batista, o jovem advogado Fidel Castro integra o Partido do Povo, uma cisão do partido governante. Preso depois de fracassadas tentativas de assalto a quartéis, é anistiado em 1955 e exilado no México, onde organiza um grupo armado, para o qual recruta Che Guevara. Com ele, volta a entrar em Cuba em 1956, e em meio ao crescimento da luta contra a ditadura, com simpatia entre setores da classe média urbana e o apoio camponês, libera territórios, sanciona a "lei de reforma agrária" nas regiões liberadas, culminando com a triunfal entrada em Santiago em janeiro de 1959. O PC cubano se alinhou com Batista, criticou

os guerrilheiros chamando-os de "pequeno-burgueses e anticomunistas". Manuel Urrutia, magistrado democrata que expressava os setores burgueses e latifundiários que romperam com Batista, é nomeado presidente. Em Julho renuncia. Em 12/01/60 é assinado o primeiro acordo comercial com a URSS. Em maio, as multinacionais ianques se negam a vender petróleo a Cuba e a refinar o comprado da União Soviética. Em 16/06, Cuba nacionaliza as refinarias. Em julho, o presidente dos EUA cancela parte da quota de importação do açúcar cubano. Em agosto, frente às pressões da OEA, a Primeira Declaração de Havana "condena a exploração do homem pelo homem e a exploração dos países subdesenvolvidos pelo capital financeiro". Em 8/01/61, os EUA rompem relações com Cuba. Em abril, 1.500 contra-revolucionários treinados pela CIA desembarcam na Bahia dos Porcos, mas são esmagados em três dias. Em 1º de maio, a Segunda Declaração de Havana proclama o caráter socialista da Revolução Cubana. Em janeiro de 1962, Cuba é expulsa da OEA. Em fevereiro, Kennedy decreta bloqueio comercial total. Em julho de 64, a OEA vota san-

ções econômicas e políticas contra Cuba. Em 1965, Che vai para África e, em 1966, para a Bolívia em missão internacionalista: "Outras terras do mundo reclamam meus modestos esforços" diz na carta de despedida. Em outubro de 67, na Conferência Tricontinental de Argel, chega uma mensagem de Guevara: "Criar dois, três, muitos Vietnã é a tarefa. As burguesias nacionais são incapazes de se opor ao imperialismo. Revolução socialista ou caricatura de revolução." Em resumo: um movimento nacionalista, pequeno burguês, dá início ao primeiro estado operário na América Latina, enfrentando as pressões e o boicote posterior à tomada do poder, pelo imperialismo e pela burguesia latino-americana, apoiando-se no movimento de massas que tinha entrado em cena com potência extraordinária. Nesta dinâmica, concretiza duas tarefas fundamentais da revolução no continente: a libertação nacional, rompendo os pactos que atavam Cuba ao imperialismo, e a revolução agrária, iniciando a expropriação do latifúndio. Avança em medidas diretamente socialistas como a expropriação da burguesia e o planejamento da economia estatizada. Não vamos abordar neste texto a análise da corrente castrista e guevarista que se formou em escala continental, nem a avaliação de suas políticas, pois não é este o objetivo. Mas, marcar como, a partir da destruição do Estado burguês, a dinâmica que se abriu foi a da revolução permanente, combinando tarefas nacionais, democráticas, antiimperialistas e socialistas, e com uma política, fundamentalmente a partir de Che Guevara, de extensão internacionalista da revolução.¹ Esta foi a base que possibilitou a Cuba superar, por décadas, problemas importantes para as massas: trabalho, saúde,

educação, moradia, dando um exemplo para o resto do mundo. Tal política internacional mudou a partir do estreitamento dos laços comerciais e políticos com a burocracia soviética, levando Fidel a apoiar a invasão da Checoslováquia pelas tropas da URSS em 1968 e, posteriormente, declarar que, nos países da América Central, não se devia fazer o mesmo que em Cuba, conselho que hoje, também, é dado para o governo venezuelano.

Vejamos, agora, em qual ponto se encontra o processo venezuelano, se avançam a independência nacional, a ruptura com o imperialismo e a mobilização para resolver as tarefas colocadas no terreno democrático, antiimperialista e anticapitalista, como salário, emprego, auto-organização independente, etc. É ilustrativa a definição de uma das principais assessoras do presidente Chávez. Em 2006, Marta Harnecker afirmou: *"É contraditório [o socialismo com tentativas por incorporar o setor privado] para a visão clássica que se tem tido do socialismo... nesta visão se põe o acento na propriedade e não no controle... quando Chávez fala em socialismo aclara que se trata de socialismo do século XXI. O central hoje na Venezuela é sair da pobreza... Ouvei um jovem esquerdista censurar que se falasse em eliminar a pobreza no lugar da necessidade de eliminar a burguesia. Que cegueira! Que dogmatismo! Qual é a necessidade de atacar essas empresas privadas? Como não entende esse jovem que para sair da pobreza tem que se criar emprego produtivo e que a reativação do setor privado tem sido a principal fonte de emprego nos últimos anos no país..."* E o próprio Chávez, quem em 2004, no Teatro da Academia Militar, declara: *"O objetivo de longo prazo*

é transcender o capitalismo. É o comunismo a alternativa? Não! Não está colocado neste momento, aqui estão os grandes traços da constituição bolivariana, do modelo econômico social, a economia social, a economia humanista, a economia igualitária. Não estamos imaginando eliminar a propriedade privada, a proposta comunista não. Até aí não chegamos."

Confirmando Marta Harnecker, o ex-Ministro de Indústrias Básicas, Victor Alvarez, em intervenção no Seminário dos Intelectuais afirmou que durante a última década a economia venezuelana se fez *"mais capitalista"*. Em dezembro de 2008, *"o setor privado contribuiu com 70,9% do PIB, e o público com 29,1%, quando em 1998, o setor público participava com 34,8%". Atualmente a política econômica dirige e concentra boa parte de seus incentivos fiscais, financeiros, cambiais, compras governamentais, fornecimento de matérias primas, etc., em favor das empresas privadas que reproduzem a economia capitalista..."*

No Seminário chamado *"Intelectuais, Democracia e Socialismo"* realizado em junho deste ano, a absoluta maioria dos presentes era do campo do bolivarianismo chavista, defensores do governo. No entanto, as críticas foram a tônica central dos debates. A preocupação dos presentes tinha a ver *"com a falta de um programa político claro. A falta de uma direção coletiva. A falta de organizações populares revolucionárias..."* considerando que os conselhos comunais *"são valiosos, mas são organizações institucionais"*; reconhece-se que *"temos um grave problema: não temos um movimento operário realmente independente, classis-*

ta e organizado. As tentativas... terminaram por atrelar o movimento à política do Estado". Que no PSUV, na eleição das candidaturas, *"não se respeita o critério das bases"*, defendendo que é necessário iniciar *"uma verdadeira nacionalização da indústria petroleira... 100% nacional..."* Visto que até agora *"o Estado compra empresas, não é exatamente que as nacionaliza, as compra no mercado"*.² Mas, essas e outras contribuições foram prontamente respondidas, começando pelo próprio Presidente que considerou a reunião como uma conspiração, acusando-os de pequenoburgueses que procuram impedir a marcha para o socialismo na Venezuela, de serem antichavistas, infiltrados pelos serviços de inteligência do Império, sabotadores da revolução, ingratos. Não podia ser diferente uma vez que um dos aspectos principais do governo Chávez é sua política de atrelar os movimentos ao Estado e a ele mesmo. Foi ele quem atacou correntes operárias classistas como a C-CURA acusando-a de *"contrarrevolucionária"* por defender a autonomia sindical. É o governo que não admite a pluralidade nem o livre debate. Estes ataques ao movimento, às lutas da classe e às críticas, acontecem enquanto multinacionais associadas nas empresas de economia mista lucram e exploram o povo venezuelano. Enquanto vai se fortalecendo uma casta burocrática que desde os órgãos do estado enriquece e ataca a mobilização da classe, as lutas e os questionamentos, pois é daí que vem o perigo para seus privilégios. Existe, hoje, uma queda de braço entre o governo e os trabalhadores petroleiros, uma vez que o Estado desmarcou uma e outra vez as eleições sindicais da categoria frente a possibilidade que os setores classistas triunfassem, num gesto de inter-

venção direta do aparelho estatal contra a democracia sindical e a autonomia dos trabalhadores. Retomando Marx, Lênin e Trotsky, continuamos achando que sem autodeterminação da classe, sem mobilização independente, sem controle operário, sem expropriação das multinacionais e do grande capital, sem seguir o caminho que abriu Cuba em 1959, não se avançará em direção a nenhum socialismo. O socialismo do século XXI, aplicado e formulado por Chávez, não é uma novidade. Humanizar o capital, buscar resolver as necessidades do povo sem romper com o imperialismo e a grande burguesia é, sim, uma velha utopia reformista que já fracassou, como na Nicarágua, quando os sandinistas afirmavam que "iriam construir o socialismo com os dólares do capitalismo" através das empresas de economia mista. As teorias marxistas sobre o Estado, e da revolução permanente continuam atuais como ferramentas e programas imprescindíveis para a estratégia revolucionária.

O lugar de Gramsci

Sem dúvida atribuímos outro lugar a Gramsci em relação à importância das suas teorias para a elaboração de um projeto revolucionário. Suas reflexões refletem condições, experiências e momentos históricos diferentes dos de Lênin e Trotsky, dirigentes que conduziram ao triunfo a primeira revolução operária mundial. Esta circunscrição imposta ao teórico e lutador, porém, não justifica, do nosso ponto de vista, a apropriação utilitarista e vulgar que de suas elaborações fizeram o estalinismo e outras correntes reformistas, particularmente na América Latina. Neste caso, foi "usado" para passar, isolado do contexto, como elementos determinantes, as idéias de que as

Gramsci, como jovem militante do Partido Socialista italiano, foi um apaixonado defensor da revolução de outubro

derrotas das ofensivas operárias e populares das décadas de 60 e 70, se deram pois "não foi medida a correlação de forças"; "se assustou à classe média"; "foram colocados objetivos socialistas", etc. Daí vieram conclusões baseadas na "moderação", na "ampliação das alianças" na "consolidação da democracia" e na "democracia participativa". Igualmente, foi nessa deturpação histórica e contextual, com interpretações e apropriações abusivas dos textos gramscianos que o PT justificou seu transformismo.

Gramsci, como jovem militante do Partido Socialista italiano, foi um apaixonado defensor da revolução de outubro. Foi um dos principais líderes da insurreição de Turim em 1918-19 e tentou, desde os conselhos de fábrica, seguir o exemplo dos *soviets* russos. Em 1920, foi parte do núcleo fundador do Partido Comunista Italiano e defendeu, da mesma forma que os líderes da revolução russa, a política da Frente Única Operária para enfrentar o fascismo, ainda que ele mal interpretasse a posição de Trotsky. Eleito deputado é encarcerado em 1926 para, como disse o juiz que o sentenciou: "evitar que este cérebro continue funcionando". Mas, continuou. Preso, isolado e doente, sobreviverá até 1937. Após alguns anos, teve permissão para escrever, e em meio a terríveis condi-

ções, que incluem a censura de seus escritos, produzirá milhares de páginas de seus célebres "Cadernos do cárcere". Finalizada a II Guerra, o dirigente do PCI, Palmiro Togliatti, publicou uma versão mutilada e reordenada dos Cadernos para passar que Gramsci apoiaria a política do PCI de desarmamento dos *partisans* e de acordo com a Democracia Cristã, como parte dos pactos de Yalta e Potsdam entre a burocracia estalinista e o imperialismo, para desmontar o processo revolucionário em curso.

Entre suas elaborações, consideramos o estudo e a incorporação de seu conceito de hegemonia ao patrimônio do marxismo revolucionário. Entre outros motivos, para colocá-lo no seu justo lugar, uma vez que também dele o reformismo fez mau uso para justificar alianças policlassistas, mudanças evolucionistas dentro do estado, na procura de consensos com setores das classes dominantes, idéias totalmente afastadas do pensamento de Gramsci. Sua elaboração remete a Lênin, quem pela primeira vez utiliza o termo "hegemonia" vinculado à construção da aliança operária e camponesa. Como fazer com que o partido do proletariado saia do marco econômico-corporativo, incorporando as reivindicações dos camponeses, para se converter efetivamente em caudilho nacional. Trabalha esta categoria pensando na derrota da revolução italiana de 1918-1919 e no posterior ascenso do fascismo. Por um lado, com inquietação similar à de Lênin, tem a preocupação de incorporar as reivindicações dos camponeses do sul da Itália para selar a unidade operária e camponesa. Por outro lado, analisa como fez a burguesia para constituir um bloco reacionário, que possibilitou que importantes se-

tores da pequena burguesia urbana e também rural apoiassem o projeto fascista, ou seja, de algum grau de consenso que obtivesse a dominação fascista. Por isso sua categoria está vinculada também à luta ideológica e a disputa em todos os terrenos: moral, cultural, educativo, etc. Este último aspecto é um dos que, se isolado do conjunto de sua elaboração, poderia levar à conclusão de que seria possível, na sociedade capitalista e com estas bases materiais, ao proletariado conquistar, por exemplo, a hegemonia cultural da sociedade, o que seria um equívoco. A concepção marxista de revolução sempre considerou os homens como eles são, os trabalhadores e setores populares com suas falsas crenças e ideologias, unidos em torno de um aspecto fundamental: a necessidade de lutar pelo poder pois é a única forma de mudar o estado de coisas que o submetem. Esta sim é a batalha política, programática e ideológica fundamental. Se a burguesia adquiriu hegemonia cultural antes de destruir o aparelho estatal da nobreza, foi porque já dominava a estrutura econômica da sociedade. O proletariado, pelo contrário, não conseguirá nunca dominar nesse terreno, se antes não conquistar o poder, pois não se trata como no caso anterior, da passagem de um modo a outro de sociedades de exploração. Só a partir do poder, poderá mudar as relações de produção e de propriedade, abrindo um processo de mudanças nas bases materiais da sociedade, que darão lugar a outra cultura, moral, educação, concepções filosóficas, etc.

Mas, devemos esclarecer, em que pesem as incompreensões induzidas em seus textos por uma leitura que não leva em conta seu desenvolvimento concreto e

unitário, Gramsci definiu a luta hegemônica como aquela para modificar a correlação de forças em favor do proletariado, e que isso nunca excluía o "momento militar", ou seja, a tomada do poder, do aparelho do Estado. Gramsci disse explicitamente que "o proletariado não poderá realizar plenamente sua hegemonia na sociedade capitalista".

Atribuímos parte ao menos das limitações das contribuições de Gramsci às terríveis condições em que foram escritas, isolado dos processos reais e dos debates da internacional no período de ascenso e consolidação do estalinismo. É um fato que não acompanhou nem pode conhecer o papel do estalinismo no pós-guerra e o papel dos acordos de Yalta e Potsdam, decisivos para bloquear o ascenso da revolução na Europa e, posteriormente, mundial, dando relativa estabilidade ao sistema imperialista mundial.

Ainda que Trotsky também não previsse que o estalinismo se fortalecesse depois da guerra, foi ele quem precisou a natureza do fenômeno estalinista e a degeneração da revolução russa, estruturou um programa para combater a burocracia, assim como para enfrentar as políticas traidoras da Frente Popular, defendendo a luta pela independência de classe como princípio do marxismo. Por isso, colocamos em primeiro lugar a totalidade que representa o leninismo e o trotskismo, independente de discrepâncias parciais em algum momento ou de apreciações que a realidade e o posterior curso dos acontecimentos superaram. Como teoria e programa da luta anticapitalista, antiimperialista e antiburocrática, são ponto de referência obrigatória do marxismo revolucionário também no século XXI.

Silvia Santos é da Executiva Nacional PSOL e da Coordenação Corrente Socialista dos Trabalhadores

Notas

1- Ainda que da nossa parte consideremos errada a adoção do método da guerra de guerrilhas como receita continental.

2- Depoimentos de Vladimir Acosta e Luis Britto Garcia.



Leila Escorsim

MARIÁTEGUI: UM MARXISTA ORIGINAL E CONTEMPORÂNEO

José Carlos Mariátegui (1894-1930), até muito recentemente quase desconhecido entre nós, tem sido objeto de atenção no Brasil em especial nos últimos dez anos - ainda que o talentoso peruano, autor de vasta produção, estudado há muito na Europa e nos Estados Unidos e traduzido ao alemão, italiano, francês, inglês, russo, chinês, japonês e húngaro só tenha um livro integralmente vertido ao português: *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, aliás a sua principal obra, de 1928, além de uns poucos ensaios, forma literária absolutamente dominante na sua produção¹.

De fato, embora Mariátegui seja referido por uns poucos intelectuais brasileiros já nos anos 1960, é apenas na última década que ele tem despertado o interesse de importantes sujeitos políticos coletivos (é o caso do *Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*/MST) e da universidade (com a produção de artigos, dissertações e teses a ele dedicados). Entretanto, o conhecimento da sua obra e da sua intervenção política² ainda está por se incorporar à cultura política brasileira - e todo passo que se der no sentido desta incorporação contribuirá para enriquecer o universo de referências do nosso pensamento socialista. Afir-

mal, nos dias de hoje, parece não haver dúvidas de que é com Mariátegui - que alguns estudiosos chegam a qualificar como "o Gramsci latino-americano" - que surge no subcontinente um marxismo verdadeiramente original e criativo.

A "idade da pedra": um protesto romântico

Caracterizando a sua evolução ideológica, o próprio Mariátegui chamou de "idade da pedra" o período que antecede a sua viagem à Itália. Vejamos sumariamente este período.

Entre 1914 e 1918, o autodidata Mariátegui torna-se um jornalista de destaque na imprensa de Lima. Ocupa-se então principalmente de temas ligados à cultura e, vinculado ao grande poeta A. Valdelomar, é um dos fundadores da revista *Colónida*, que em sua breve existência (4 números publicados entre janeiro e maio de 1916), representou "uma insurreição contra o academicismo e suas oligarquias", mas "esgotou sua energia em seu grito iconoclasta e em seu orgasmo esnobe"³. Expressão da vanguarda literária a que repugnava a mediocracia das letras e da política, a revista era também uma recusa da boa e pacata vidinha burguesa: o esteticismo de *Colónida*, sua *Iconoclastia* e

seu *esnobismo* sinalizavam um protesto romântico, mas sem maiores conseqüências, contra a "república oligárquica" instaurada pelo domínio do Partido Civilista, no poder desde 1895. O estilo de vida alternativo dos *colónidas*, assumido inteiramente pelo jovem Mariátegui (que, então, escreve poemas e textos para teatro), combinava boemia e dandismo - e manifestou o seu objetivo de *épater le bourgeois* com o famoso (e quase lendário) escândalo envolvendo Norka Rouskaya⁴.

Parece claro que, na ausência de movimentos sociais de grande visibilidade, esta alternativa, a da boemia e do dandismo, era a mais facilmente encontrável por um espírito inquieto como o de Mariátegui para dar curso à sua radical oposição ao Peru "oficial". Mas ela se mostrará esgotada quando as camadas subalternas da sociedade peruana se mobilizarem abertamente - o que ocorre no imediato pós-guerra, levando ao colapso a "república oligárquica": com uma greve geral em Lima, em janeiro de 1919 cai o governo Pardo e logo em seguida inicia-se o ciclo de Leguía (que durará até 1930 - por isto, designado como *oncenio* -, tomando forma ditatorial a partir de 1923).

Desde 1918, quando cria a revista *Nuestra época*, Mariátegui

começa a afastar-se daquela alternativa - e sob a influência de César Falcón (outro fundador da revista), começa a aproximar-se dos meios operários. Com a explosão do movimento dos trabalhadores em janeiro de 1919, Mariátegui e Falcón fundam o diário *La Razón*, que passa a defender expressamente as demandas populares. Esta experiência leva Mariátegui a romper com o esteticismo, ruptura precipitada pela interdição de *La Razón* e completada quando, sob pressão a direta de Leguía, ele e Falcón são compelidos a se afastarem do país.

Mariátegui embarca para a Itália a 8 de outubro de 1919 e só retornará a 18 de março de 1923. Apesar de viajar bastante (conhece Paris, Munique, Viena, Budapeste e Praga), passa o essencial desses anos na Itália (dois anos e sete meses), dedicando-se a estudos que sepultam completamente os viéses esteticistas da "idade da pedra" e estabelecem as bases teóricas do seu pensamento.

A experiência italiana: aprendizado do marxismo e tarefa americana

É durante a sua vivência na Itália que Mariátegui se torna marxista, mediante o estudo sistemático e o acompanhamento cuidadoso e atento dos processos políticos europeus (a ascensão do fascismo mussoliniano, a crise do liberalismo, as movimentações operárias e os desdobramentos da Revolução de Outubro) e particularmente italianos: ele assistiu, inclusive, ao Congresso de Livorno, em janeiro de 1921, quando se funda o Partido Comunista Italiano, com o protagonismo dos redatores de *Ordine Nuovo*,

entre os quais A. Gramsci⁵. O próprio Mariátegui recorda que "morei mais de dois anos na Itália, onde desposi uma mulher e algumas idéias" (carta a S. Glusberg, de 10 de janeiro de 1927) - tais "algumas idéias" são exatamente o marxismo.

O seu aprendizado do marxismo, com o recurso às fontes "clássicas", decorreu numa ambiência cultural - lembremos que Mariátegui manteve relações pessoais com Croce e analisou com argúcia a atividade de Gobetti, permanecendo sempre admirador de ambos - em que as contaminações positivistas, próprias do marxismo da Segunda Internacional, eram objeto de forte crítica e de claro rechaço. Os fundamentos teóricos que, a partir daí, vão embasar as suas concepções nada têm a ver com o "economicismo" e/ou o "sociologismo" característicos do *marxismo vulgar* predominante na ideologia da Segunda Internacional e que não foi superado pela Internacional Comunista. De fato, o marxismo de Mariátegui - ele mesmo objeto de exame polêmico⁶ - não padece de nenhum ranço *reducionista* e, sobretudo, se singulariza pela sua simpática relação com autores e idéias estranhos ao horizonte marxista; por isto mesmo, o *marxismo aberto* de Mariátegui não só é louvado por todos aqueles que recusam uma versão doutrinária e dogmática do marxismo: é também alvo de críticas, algumas aliás procedentes, que nele apontam alguns elementos de ecletismo⁷.

Como se vê, o aprendizado mariateguiano do marxismo foi peculiar: realizado em poucos anos (ainda que Mariátegui tenha prosseguido em seus estu-

dos até praticamente o final de seus dias), não fez dele, como de muitos, um "aplicador de fórmulas". Mariátegui só concebia o marxismo como algo "vivo, ativo e atual"; sempre se negou a considerar as páginas de Marx "como se fossem [...] de uma pitonisa"⁸. Recusando o marxismo como "um corpo de princípios de consequências rígidas"⁹, Mariátegui, sem doutrinarismos e sem dogmatismos, compreendeu-o como um *método de interpretação da realidade* e um *método de ação política* (como bem observou um dos seus mais finos analistas¹⁰) indissoluvelmente conectados - e, pois, ao fim desse aprendizado, assumiu-se como marxista e comunista.

Anos depois, ele mesmo escreveu sobre sua estada na Itália: "Fiz na Europa meu melhor aprendizado. E creio que não há salvação para a Indo-América sem a ciência e sem o pensamento europeus ou ocidentais"¹¹. E, noutra passagem: "[...] Senti-me americano na Europa. Pelos caminhos da Europa, encontrei o país da América que eu deixara e no qual vivera quase como estranho e ausente. A Europa me revelou até que ponto eu pertencia a um mundo caótico e primitivo e, ao mesmo tempo, me impôs e me esclareceu o dever de uma tarefa americana"¹².

Eis a *tarefa americana*: contribuir para divulgar e estimular o conhecimento do marxismo, de modo a implementar a revolução socialista no que chamou de Indo-América. Na enérgica e difícil caminhada rumo a este objetivo - que constituirá a sua "idade da revolução" -, Mariátegui, em meio a enormes dificuldades¹³, haverá de construir

o essencial de sua obra no breve espaço de sete anos.

Os anos de atividade revolucionária e os *Sete ensaios...*

É entre 1923 e 1930 que Mariátegui desenvolverá o seu projeto cultural e político - uma vez que, para ele, o processo da revolução socialista implicava a unidade do que hoje designamos como "mundo da cultura" e "mundo do trabalho". À base da sua concepção do marxismo, Mariátegui tratará de estimular a organização da cultura e de fomentar a organização do nascente proletariado peruanos.

No primeiro plano, inclusive revolucionando a atividade editorial no país, ele se empenhará vitalmente na criação e na direção da revista *Amauta*, que circulará (com uma interrupção, de junho a dezembro de 1927, causada pela repressão desfechada por Leguía) entre setembro de 1926 e agosto-setembro de 1930. Os 32 números desta publicação, que terá repercussão mundial, divulgam - numa perspectiva pluralista de cultura e de arte ¹⁴ - textos de autores peruanos e estrangeiros, configurando um painel diferenciado das tendências mais progressistas e avançadas na estética e no ensaísmo literário e político. A revista, grande sonho de Mariátegui, acabará mesmo por confundir-se com seu criador ¹⁵.

No que toca ao "mundo do trabalho", também foram intensivos e exitosos os esforços de Mariátegui. Articulando-se com os vetores mais avançados do movimento operário e aproximando-se dos círculos que animavam o resgate da cultura incaica, ele promoveu



José Carlos Mariátegui (1894-1930)

encontros, reuniões e eventos, jogando todas as suas energias na unificação e na organização desses movimentos. Mariátegui nunca pôs em dúvida a condição de sujeito revolucionário do proletariado, mas sempre considerou que "um proletariado sem outro ideal que a redução das horas de trabalho e o aumento de centavos no salário nunca será capaz de um grande empreendimento histórico" ¹⁶ - daí a necessidade de "construir a consciência de classe" ¹⁷, articulando a *frente única proletária*. Num país, porém, em que quatro quintos da população total de 5 milhões era formada de indígenas e seus descendentes, quase todos vinculados à terra monopolizada pelos *gamonales* ¹⁸, o processo revolucionário só poderia avançar com a unidade operário-camponesa, travejada pela demanda universalizada de uma reforma agrária radical (cujos desdobramentos seriam facilitados pela tradição comunitária indígena). Resultados da sistemática atividade política e ideológica de Mariátegui foram a fundação, em setembro de 1928, do *Partido Socialista do Peru* (designação original do Partido Comunista Peruano/PCP) e a criação, em maio de 1929, da *Confederação Ge-*

ral dos Trabalhadores do Peru (CGTP).

Toda a intervenção política de Mariátegui operou-se no sentido de promover a unidade das correntes democráticas e socialistas. Por isto, durante os primeiros quatro anos que decorreram desde o seu regresso, colaborou com Haya de la Torre, criador da *Aliança Popular Revolucionária Americana* (APRA), frente antiimperialista lançada em 1924. Quando, porém, em 1927, Haya de la Torre, que concebia o processo revolucionário sob o comando de setores pequeno-burgueses, transforma a APRA em partido político, Mariátegui vê-se obrigado ao rompimento e a precipitar a fundação de um partido especificamente proletário.

Estes anos de atividade revolucionária revelaram em Mariátegui uma singular capacidade de organização política e potenciaram os seus dotes de escritor e analista. Em meio a toda esta atividade febril, ele escreveu prolificamente para a imprensa peruana (afinal, continuava ganhando a vida como jornalista) e publicou, em 1928, a sua obra-prima: os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* ¹⁹. Para o autor, tratava-se "apenas de uma contribuição à crítica socialista dos problemas e da história do Peru" ²⁰ - mas a significação que o texto (cuja estrutura não pode sequer ser resumida aqui, bastando dizer que é uma análise totalizante da economia, da cultura e da sociedade peruanas, da colônia aos anos 1920) adquiriu é outra. De fato, os *Sete ensaios...* constituem, numa etapa em que a utilização do referencial marxista ainda era extremamente débil e frágil, a primeira ex-

pressão crítico-analítica sólida do marxismo na América Latina, isto é, a primeira análise histórico-concreta de uma formação econômico-social latino-americana processada criadoramente com os recursos heurísticos do marxismo.

A linha de força interpretativa dos *Sete ensaios...* apóia-se na seguinte tese: a revolução da Independência peruana, de que derivou a república, não realizou a sua tarefa elementar - a liquidação do feudalismo, herança da colônia. Não o fez pela debilidade da burguesia, não o fez pela capacidade transformista da oligarquia fundiária - ou pelas duas razões que se conjugaram nos primeiros quarenta anos do século XIX. A hipoteca de que a república - que, no Peru, deveria constituir o regime burguês por excelência - foi a portadora consistiu justamente na conservação do *gamonal*; a burguesia peruana fez a sua escolha, pelo *gamonal* e contra a massa da população, o índio. Mariátegui foi o primeiro a apontar a essencialidade dessa opção. A pesquisa da história, segundo Mariátegui a determinação das causas passadas, permite-lhe a interpretação do presente peruano: ele descobre a particularidade histórica da formação econômico-social peruana - a peculiar articulação do comunismo agrário herdado do Incário com o feudalismo da colônia, sobredeterminados pelo "capitalismo retardado".

Esta interpretação do Peru por Mariátegui - um marxista que, ao longo dos *Sete ensaios...* não cita Marx ou Engels mais que meia dúzia de vezes - parte desta sua descoberta: são essas bases econômico-políticas, concreta e historicamente situ-

adas, particulares, da formação econômico-social do seu país que propiciam a compreensão das expressões sócio-culturais, que permitem interpretar unitária e totalizadamente o que à análise superficial, ou metodologicamente mal direcionada, aparece como casual, folclórico ou episódico. Trata-se de análise própria de um pensador original - mas Mariátegui é mais que original: é um pensador contemporâneo.

Um pensador contemporâneo

É a sobre as bases da sua análise concreta da realidade peruana que Mariátegui pensa o processo revolucionário - e nunca sobre esquemas abstratos ou pré-estabelecidos. Por isto mesmo, quando menciona o projeto socialista como "missão digna de uma geração", afirmando que "o problema da nossa época" é a alternativa entre "capitalismo ou socialismo", ele anota: "Não queremos, certamente, que o socialismo seja, na América, cópia ou decalque. Deve ser criação heróica"²¹.

Entretanto, para Mariátegui, o processo da revolução no Peru, bem como o seu caráter, não se pensa senão em escala continental; e mais: "A revolução latino-americana será nada mais, nada menos, que uma etapa, uma fase da revolução mundial. Será, simples e puramente, a revolução socialista. A esta qualificação, acrescente-se, se se desejar, conforme os casos, todos os adjetivos que se quiser: 'antiimperialista', 'agrarista', 'nacionalista-revolucionária'. O socialismo os supõe, os antecede, abarca-os a todos"²². E ele, que já adiantara, no nº 17 de *Amau-*

ta (setembro de 1928), que "em nossa bandeira, inscrevemos somente, simples e grande, somente esta palavra: Socialismo", acrescenta: "A própria palavra Revolução, nesta América das pequenas revoluções, presta-se bastante ao equívoco. Temos que reivindicá-la rigorosa e intransigentemente. Temos que lhe restituir seu sentido estrito e cabal"²³.

Estamos confrontados, como se vê, com um pensador radical, que não vacilou em escrever: "Sou revolucionário. [...] O setor político com o qual não me entenderei nunca é [...] o do reformismo mediocre, o do socialismo domesticado, o da democracia farisaica. Ademais, se a revolução exige violência, autoridade, disciplina, estou com a violência, com a autoridade e a disciplina. Aceito-as em bloco, com todos os seus horrores, sem reservas covardes" (carta de 30 de abril de 1927, a S. Glusberg).

Mariátegui, porém, é mais que um pensador original e radical. Há, na sua obra, algo que lhe confere, em meu entendimento, uma substancial *contemporaneidade* (que está longe da simples reposição, na realidade latino-americana de hoje, de questões e problemas de que ele tratou com competência - por exemplo, o protagonismo das populações e nações indígenas). Esta contemporaneidade, que tematizei em outra oportunidade²⁴, é verificável em três níveis.

O primeiro é a sua atitude em face da teoria. Ele assume o marxismo para compreender a realidade com vistas à sua transformação revolucionária. Mariátegui não fetichiza a teo-

ria marxista: ela não é um conjunto de princípios a defender e preservar zelosamente, mas um meio, instrumento de um conhecimento à partida comprometido com a transformação social revolucionária.

O segundo é a sua atitude em face da realidade: atitude de investigação, de pesquisa, de indagação. Para Mariátegui, a realidade é interpelação, desafio à razão, enigma a ser decifrado. E não uma realidade qualquer: a realidade em que se insere o pensador, a realidade de seu povo e sua gente.

O terceiro é a sua atitude diante da natureza da ação política. Mariátegui, antiutópico, adepto da *realpolitik* que considerava própria do marxismo, não pensava - nem praticava - a intervenção política com vieses principistas e eticistas: pensava e praticava a intervenção política a partir da exigência da recusa da mentira, da demagogia e do blefe. A insinceridade política sempre lhe pareceu, como em arte, algo indigno.

Eis aí uma contemporaneidade que entendo ser paradigmática.

Leila Escorsim Netto é professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Notas

1 A primeira edição dos *Sete ensaios...*, por iniciativa de Florestan Fernandes, saiu em 1975 (S. Paulo: Alfa-Ômega) e foi relançada há pouco, em nova tradução (S. Paulo: Expressão Popular, 2008). Outros materiais do autor encontram-se no volume *Mariátegui*, organizado por M. Belloto

e A. M. Correa para a coleção "Grandes cientistas sociais" (S. Paulo: Ática, 1982) e nas coletâneas preparadas por M. Löwy, *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais* (S. Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999) e J. C. Mariátegui. *Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos* (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005) e por L. B. Pericás, *Do sonho às coisas: retratos subversivos* (S. Paulo: Boitempo, 2005) e *Mariátegui sobre educação* (S. Paulo: Xamã, 2007).

2 Obra e intervenção de que ofereço uma síntese em meu livro *Mariátegui. Vida e obra* (S. Paulo: Expressão Popular, 2006).

3 J. C. Mariátegui, *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1998, p. 281.

4 Trata-se do "conhecido incidente do cemitério, ocorrido em fins de 1917, que traumatizou a cidade de Lima, provocado por um grupo de jovens artistas e intelectuais, entre os quais Mariátegui [...]. Numa noite de novembro, o grupo de *Colónida*, acompanhado de uma dançarina clássica suíça, de passagem por Lima, e de um violinista, dirigiu-se ao cemitério da cidade, onde Norka Rouskaya dançou aos acordes da *Marcha fúnebre* de Chopin" (Belloto e Correa, *op. cit.*, p. 10).

5 Enquanto estive na Europa, Mariátegui escreveu regularmente para a imprensa peruana - e a parte mais significativa dessa correspondência atesta o acompanhamento referido.

6 Sinalizei algo desse exame em meu artigo "O fenômeno Mariátegui: polêmicas e intérpretes", in *Em pauta. Revista da*

Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: UERJ, nº 22, dezembro de 2008).

7 Refiro-me aqui, especificamente, ao brilhante estudo de A. Quijano, *Introducción a Mariátegui* (México: Era, 1982).

8 José Carlos Mariátegui, *Defensa del marxismo* (Lima: Amauta, 1974: 23, 75).

9 *Idem, Ideología y política* (Lima: Amauta, 1975 :112).

10 Cf. Diego Meseguer Illán, *José Carlos Mariátegui y su pensamiento revolucionario* (Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974).

11 Cf. *7 ensayos...*, ed. cit., p. 12.

12 Cf. José Carlos Mariátegui, *El alma matinal y otras estaciones del hombre de hoy* (Lima: Amauta, 1972: 192).

13 Dificuldades que - ademais da repressão política promovida pela ditadura pró-ianque de Leguía, que inclusive levou-o à prisão em janeiro de 1924 e novamente em junho de 1927 - envolveram a sua sempre instável situação financeira e, especialmente, a sua saúde débil (recorde-se que, desde maio de 1924, teve amputada a sua perna, ficando para sempre imobilizado numa cadeira de rodas). Todas estas circunstâncias explicam a sua morte precoce (16 de abril de 1930), com 36 anos incompletos.

14 Pluralismo antípoda a qualquer liberalismo. No primeiro editorial de *Amauta* (nº 1, setembro de 1926), Mariátegui escreveu: "É desnecessário declarar expressamente que *Amauta* não é

uma tribuna livre, aberta a todos os ventos do espírito. Nós, os que fundamos esta revista, não concebemos uma cultura e uma arte agnósticas. Sentimo-nos uma força combativa, polêmica. Não fazemos nenhuma concessão ao critério, geralmente falacioso, da tolerância das idéias. Para nós, há idéias boas e idéias más. [...] Esta revista [...] rechaça tudo o que é contrário à sua ideologia, bem como tudo o que não traduz ideologia alguma” (cf. *Ideologia y política*, ed. cit., p. 238).

15 A palavra *Amauta*, do léxico incaico, designa o homem sábio, consciente de si e do mundo; após sua morte, Mariátegui passou a ser identificado como o *Amauta*.

16 Cf. *Ideologia y política*, ed. cit., p. 116.

17 *Idem*, p. 115.

18 *Gamonal*: típico representante da oligarquia rural, proprietário fundiário que exercia poder senhorial sobre os indígenas que habitavam as suas terras.

19 Em vida, além deste livro, Mariátegui publicou apenas um outro, em 1925 - *La escena contemporánea*. Só postumamente começou a publicação do conjunto de sua obra.

20 Cf. *7 ensayos...*, ed. cit., p. 12.

21 Cf. *Ideologia y política*, ed. cit., p. 249.

22 *Idem*, p. 247-248.

23 *Idem*, p. 247.

24 Refiro-me ao epílogo de meu livro, citado na nota 2, e que retomo aqui.



Robério Paulino

A QUEBRA DA GM, A OPÇÃO DE OBAMA E O FIM DE UMA ERA

O que pareceria inacreditável há dois anos aconteceu: a GM, um ícone do que se chamou "Século Americano", quebrou. Antes da crise global iniciada em 2008, sua solidez era profissão de fé entre pseudo-analistas de mercado. No entanto, depois de uma longa agonia, de três processos de reestruturação sem grande sucesso desde 2000 e de perdas estimadas em US\$ 88 bilhões nos últimos anos, no último dia 1º de junho de 2009, apoiada no Capítulo 11 da Lei de Falências dos EUA, a GM pediu concordata, como a Chrysler já havia feito algumas semanas antes.

A montadora chegou a ser a maior e mais lucrativa companhia do mundo e ainda é a maior empresa industrial dos EUA, com 243.000 funcionários, símbolo de seu poderio industrial. Como a Ford e a Chrysler, a GM sempre foi uma das gigantes na fabricação de automóveis, as máquinas que mudaram a face do século XX. Por isso, sua quebra tem um impacto profundo em termos econômicos e sociais e um grande simbolismo, suscitando inúmeras questões políticas, ideológicas, estratégicas e até ambientais.

Em primeiro lugar, demonstra que, ao contrário do que diziam muitos economistas e analistas apressados, a crise global que estalou em 2008 é muito mais que

um simples desequilíbrio financeiro; é sim uma crise estrutural de época do capitalismo moderno e sua recuperação não será tão rápida. É verdade que a GM fez escolhas erradas. Desconsiderando os alertas, apostou nos grandes utilitários esportivos, como os jipes Hummers, sonho de consumo das altas classes médias, secun-

Com a crise global,
as vendas nos EUA
desabaram quase
verticalmente para
todas as montadoras

darizando a produção de carros menores. Quando o preço do petróleo disparou, chegando a 150 dólares o barril, e pela primeira vez os consumidores norte-americanos foram obrigados a optar por veículos mais econômicos, a empresa foi pega no contrapé. Acossada pela concorrência dos modelos mais econômicos das montadoras japonesas e européias, viu suas vendas caírem.

Com a crise global, as vendas nos EUA desabaram quase verticalmente para todas as montadoras. Até maio deste ano, estavam ainda em média 37% abaixo do patamar de maio de 2008. Mesmo os números da Toyota e da Honda recuaram 41% e 42%, respectiva-

mente, no mesmo intervalo de tempo. Para a GM, que já vinha avariada, o impacto foi, no entanto, muito maior. A quebra da GM, contudo, revela mais que falta de visão de longo prazo, ganância de retornos rápidos, irresponsabilidade ambiental e estratégias erradas. Ela é parte da profunda recessão mundial.

A crise global é também uma crise de superprodução, como aquelas descritas por Marx. A capacidade produtiva de carros mundo é de 71 milhões de veículos, mas a demanda está casa dos 50 milhões de unidades. Toda crise tem também a função de queimar a potência produtiva excedente. Em 2008, isso começou pela destruição de imensas montanhas de capital fictício no setor financeiro. Mas no lado real da economia, a retração parece ainda não ter chegado ao fundo do poço.

Por isso, as montadoras, atingidas em cheio pela crise, adiam investimentos, fecham ou paralisam plantas em todo o mundo. E não é possível absorver o excesso de produção existente nos EUA, Japão e Alemanha em países emergentes, como a China, por um problema muito simples que é a falta de mercados internos consumidores mais amplos nestes países. Afinal, o segredo, a "vantagem comparativa" dos emergentes e do novo e selvagem

capitalismo chinês é exatamente seus baixíssimos salários.

A bancarrota da GM revela também outra importante tendência, que já analisamos em artigo anterior sobre a crise, que é o flagrante processo de desindustrialização relativa que vivem os EUA nas últimas décadas. Com a globalização e a desregulamentação liberal, o capitalismo lanque descobriu o segredo para voltar a elevar suas margens de lucro que vinham caindo: transferiu milhares de plantas e milhões de empregos para regiões e países de salários mais baixos, como México e China.

As empresas norte-americanas reservam para si o controle do desenvolvimento tecnológico, mas produzem em países com baixos custos e nenhuma ou pouca tradição de luta sindical. Aumentam assim enormemente seus lucros, mas, contraditoriamente, deixam para trás nos EUA o fechamento de fábricas e desemprego. Comunidades inteiras que viviam dessas plantas foram desestruturadas. Esse processo, junto com a política tributária de George Bush, que reduziu impostos para os ricos e cortou fundo nos programas sociais, levou a uma imensa reconcentração da renda nos EUA, como se pode constatar no site do organismo de censo americano. Este é mais um dos "segredos" que nos ajuda a elucidar a inadimplência do subprime nos mercados imobiliários.

Por outro lado, a introdução incessante de novas tecnologias e dos novos métodos de gerenciamento de produção flexível oriundos do Japão, aos quais a indústria dos EUA foi obrigada a se converter para não ficar ainda mais para trás, também causou desemprego estrutural,

ou seja, supressão de empregos que não voltam. Ainda em 1995, a GM tinha 721.000 empregados no mundo, mais da metade deles nos EUA. Hoje, emprega apenas 240.000 no país e vai encolher mais. Processo semelhante ocorreu com outras empresas tradicionais.

Apesar de os EUA serem um país essencialmente protecionista desde seu nascimento, a estratégia globalizante permitiu a transferência de fábricas e capitais para fora do país, mas ao mesmo tempo a abertura relativa também elevou a concorrência das empresas e dos produtos asiáticos fabricados com trabalho semi-escravo sobre o mercado americano, com as conseqüências óbvias sobre os empregos, a estrutura produtiva e os balanços de comércio e de pagamentos. O déficit comercial dos EUA com a China antes da crise era gigante e dificilmente isso continuará assim, para dor de cabeça dos dirigentes chineses.

Desta forma, o país dos velhos capitães de indústria, da Ford, da GE, da RCA, da IBM, vem lentamente dando lugar a um país de comércio e serviços, setor que paga salários bem mais baixos, e de administradores de dinheiro, de capital a juros. Os EUA serão ainda por um tempo a maior economia industrial do mundo, mas seus símbolos serão cada vez menos a Ford, a GM, a GE, e sim o Wall Mart, o McDonalds, o Citigroup salvo pelo Estado, a Intel e a HP produzindo fora do país. A criação de novos empregos de altos salários no setor de informática nem de longe compensa as perdas de postos da velha indústria. Desta forma, os lucros aumentam, mas a renda do trabalho cai.

A GM há muito tempo também recorria à transferência da sua produção para outros países, à subcontratação em toda a cadeia produtiva e ao banco de horas para acompanhar as flutuações da demanda. Como a maior parte das empresas do país, em uma grande ofensiva contra a tradição de luta dos trabalhadores do setor automotivo, vinha impondo imensas dificuldades à sindicalização e usando a chantagem de fechamento ou transferência de fábricas quando ela era inevitável.

Ao gerar desemprego e concentração de renda, a contradição que se cria para o capitalismo moderno, entretanto, é que robô bem comportado, trabalhador chinês, mexicano ou norte-americano não sindicalizado ou desempregado não fazem greve, mas também não compram. A demanda já não é tão efetiva, para desapontamento do espírito de Mr. Keynes. Tudo isso, somado à financeirização da economia, eleva os lucros, mas também potencializa a instabilidade do sistema. Ao incrementar constantemente a produtividade, com mais máquinas e menos trabalho na produção, alterando a composição orgânica do capital, gera-se desemprego e excesso de oferta, ou seja, superprodução, com recorrentes e violentas crises de ajuste. Essa é a lei fundamental da acumulação capitalista, segundo Marx, que nos ajuda a entender a crise global em andamento e a quebra da General Motors.

A crise global, a desindustrialização e a emblemática implosão da GM também sinalizam a continuidade do lento declínio da hegemonia do capitalismo norte-americano sobre o globo. Em uma escala histórica, talvez ela dure

ainda mais que "cinco minutos", mas é inegável. Os EUA não deixarão de ser uma potência de primeira linha no curto prazo. Sua lenta decadência, no entanto, pode ser apenas disfarçada pela "estratégia da diplomacia" de Barack Obama. Em abril, mais carros foram vendidos na China que nos EUA e hoje grande parte dos déficits orçamentário e comercial do país é coberta pelos capitais acumulados na Ásia, investidos em papéis americanos. O balanço de poder no mundo parece começar a se mover em outra direção.

A crise nos EUA e a perda de posição relativa dos países que aplicaram mais a fundo as estratégias liberalizantes só comprovam a estupidez do argumento neoliberal no longo prazo, cuja força era exatamente a associação com a potência do capitalismo dos EUA e a globalização por ele impulsionada. Os neoliberais seguem bem montados nas estruturas construídas no período anterior, nos governos, nos bancos, na mídia, nas universidades, e suas políticas continuarão a gerar imensos estragos por um bom tempo. No entanto, a crise global com centro nos EUA demonstra a completa falência de seus argumentos.

O novo plano de reestruturação da GM, anunciado depois da concordata, prevê a demissão de 21.000 trabalhadores horistas entre os sindicalizados, o fechamento de 11 fábricas e a paralisação de mais 3. A imprensa, no entanto, tem falado de mais 8.000 mensalistas e de outros tantos cortes indiretos nas concessionárias, no setor de marketing e nas fornecedoras de autopeças. Os fundos de pensão comprarão 18% das ações da empresa. O plano prevê ainda a eliminação de bonificações, fim dos reajustes automáticos dos

salários de acordo com a inflação e suspensão "voluntária" do direito de greve enquanto durar o pagamento de algumas parcelas de empréstimos do governo. Impõe, ademais, a dessindicalização em todo um ramo da companhia. Este conjunto de medidas foi a contrapartida exigida pelo governo Obama para a injeção de mais de 51 bilhões de dólares até agora, o que poderá levar o Estado a controlar algo em torno de

O novo plano de reestruturação da GM, anunciado depois da concordata, prevê a demissão de 21.000 trabalhadores horistas entre os sindicalizados

70% das ações da empresa.

A aceitação de tal plano pelo sindicato nacional dos trabalhadores do setor automotivo (UAW) indica até que ponto chegou a assimilação do sindicalismo profissional do país à lógica do capital, negando e dissolvendo a grande tradição de luta no setor, observada nas décadas de 1930 e 1940, quando os trabalhadores se mobilizaram fortemente. Além de o sindicato aceitar a redução das conquistas e dos empregos sem chamar à reação, os fundos de pensão comprarão milhões de ações desvalorizadas da empresa, comprometendo assim sua capacidade futura de manter o seguro-saúde dos trabalhadores e pagar os benefícios ligados ao sistema de aposentadorias na GM, das quais depende mais de um milhão de norte-americanos, o que pode vir a gerar

um problema social ainda maior. O discurso de que a compra das ações pelos fundos de pensão dá aos sindicatos o estatuto de "sócio-proprietários" é ilusório. A aceitação do acordo por parte do UAW só neutraliza os trabalhadores e sequer mantém os empregos e as conquistas sindicais.

Há toda uma campanha na mídia do país tentando apresentar a crise da GM não como resultado do desastre capitalista global, da farra em que se transformaram os mercados financeiros, da liberalização, da desindustrialização, da concentração de renda, mas sim da "rigidez sindical e dos salários", os mesmos argumentos usados pelos liberais antes da Grande Depressão de 1929-36. Ou seja, a culpa da crise da GM é apresentada agora como sendo dos trabalhadores "privilegiados", que chegam a trabalhar até 12 horas por dia. O discurso patriótico de Obama, incorporado pelo UAW, de que todos precisam se sacrificar um pouco para salvar o país não se justifica. Já não se trata de enfrentar o fascismo de Hitler ou a ameaça do Japão imperial, como no início da Segunda Guerra. Os novos inimigos do país, que estão destruindo sua economia e empobrecendo sua população em proveito de uma pequena classe de bilionários, estiveram sentados bem ali em Wall Street, na Casa Branca, no FED e na direção de empresas como a GM.

Lamentavelmente, este plano também revela muito cedo as opções de Barack Obama pela oligarquia financeira, frustrando as ilusões de grande parte da população norte-americana e mundial. Não é a toa que sua popularidade, apesar de ainda alta, vem caindo. Afinal, Obama não é nenhum líder de movimentos sociais, nenhum Mandela que enfrentou as pri-

sões, mas sim um dirigente profissional do Partido Democrata, completamente associado ao establishment financeiro e empresarial do país. A cor e o charme enganam. Se seu governo estivesse realmente preocupado com a manutenção dos empregos e se o Estado é o novo controlador da GM não haveria porque então fechar fábricas e demitir, contrariando as expectativas do próprio UAW, que investiu milhões de dólares dos trabalhadores para elegê-lo contra John McCain. Existiriam outras alternativas para salvar a empresa.

Ao contrário, Obama propõe uma nacionalização pela metade, vai entregar a direção da empresa a uma "equipe de especialistas" de mercado. Está prevista a volta dos investidores privados em 18 meses. No caso da GM e da Chrysler, apostando num sentido oposto à criação de empregos, como fez Roosevelt em 1933, Obama aplica a receita tradicional do capital nas crises, ou seja, o fechamento de fábricas, a redução dos postos de trabalho, dos salários e das conquistas dos trabalhadores. Isso só debilita ainda mais o organismo econômico ao reduzir a demanda agregada. Enquanto isso, o governo já entregou centenas de bilhões de dólares de dinheiro público para os mesmos banqueiros e especuladores imorais que criaram a crise, aumentando o déficit público e preparando uma bomba relógio que poderá explodir futuramente sob a forma de inflação.

A crise da GM ainda levanta uma importante questão que é a patente disfuncionalidade de um modelo de transporte baseado no automóvel. Nos EUA, existem mais de 250 milhões de automóveis para uma população de 310 milhões de habitantes, um

quarto da frota mundial. Segundo cientistas, os motores à explosão são a principal fonte de poluição da atmosfera. E a frota mundial de carros pode chegar a 2 bilhões até 2030, ao que deve se somar a frota de motocicletas de igual tamanho, o que pode se transformar em uma catástrofe ambiental.

Assim como as máquinas a vapor no século XIX, que queimavam carvão e consumiram muitas florestas, os automóveis movidos à explosão, estes engenhos maravilhosos que aceleraram o tempo do mundo, nos serviram muito, nos dão agilidade, a sensação de poder ao apertar um pedal e a emoção de torcer aos domingos pelos bólidos de corrida. Mas é completamente irracional e antieconômico, por exemplo, utilizar milhões deles para transportar apenas um passageiro na ida e volta ao trabalho, como se observa em cidades como São Paulo, apenas porque as montadoras precisam vender mais carros e a indústria mundial do petróleo precisa remunerar seus acionistas. Hoje os automóveis começam a ser vistos também como máquinas mortíferas para a vida no planeta. A era do carro precisa começar a ser deixada para trás. Muitas cidades europeias estão mostrando que a vida é possível sem eles ou apenas com sua utilização restrita.

Por isso, uma das saídas para a GM, sem fechar fábricas e cortar empregos, seria exatamente reconverter grande parte da sua produção para fabricar meios de transporte coletivo não poluidores e equipamentos de geração de energia limpa, como confortáveis ônibus elétricos, metrô mais modernos, trens-bala, geradores eólicos, painéis solares em grande escala etc. Essa é e

proposta levantada, por exemplo, pelo cineasta Michael Moore, em artigo recente. Segundo ele, uma reconversão desse tipo foi possível durante a Segunda Guerra Mundial e a própria GM suspendeu a produção de automóveis, começando a produzir tanques e carros de combate em poucos meses. Esta seria uma alternativa racional para manter os empregos, ao mesmo tempo em que evitar a barbárie ambiental que se avizinha.

Não está claro ainda o grau de impacto que a concordata terá no Brasil, mas seus efeitos serão inevitáveis. Tanto lá como aqui, entretanto, para defender seus empregos, os trabalhadores não poderão contar com os dirigentes do UAW, precisarão encontrar novas formas de luta.

Por fim, tanto a crise global como a quebra da GM só comprovam mais uma vez a completa irracionalidade do próprio sistema capitalista em sua busca de lucros a qualquer custo, mesmo que isso signifique destruição de recursos produtivos, desemprego, concentração de renda, miséria para os produtores e a barbárie ambiental nas próximas décadas. A nova crise global do capital está desatando mais uma onda de ataques contra as populações e suas conquistas civilizatórias. Isso deve redobrar os esforços dos socialistas e de toda humanidade pela superação desse sistema e pela construção do socialismo como alternativa, dessa vez com liberdade.

Robério Paulino é economista e professor de Economia Política e História Econômica



Plínio de Arruda Sampaio

SITUAÇÃO DA LUTA DE CLASSES NO CAMPO E FORMAS DE AVANÇAR A REFORMA AGRÁRIA

Coube as anarquistas e aos comunistas, no começo do século XX, os passos iniciais da organização dos trabalhadores brasileiros para travar a luta de classes contra o capital. No campo, entretanto, esse processo só vai ter início por volta dos anos cinquenta.

O Partido Comunista, que logo se tornou a principal força de esquerda, propunha, nesta época, uma aliança entre o proletariado e os segmentos progressistas da burguesia nacional, que tinham interesses contrários aos do latifúndio e do imperialismo. Falava-se em "revolução democrática-nacional" - estratégia dominou a política da esquerda até o golpe de 1964.

Da reflexão sobre essa derrota, surgiu, nos anos oitenta, a estratégia democrático-popular. Tratava-se agora de realizar a mesma revolução democrática da estratégia anterior, porém, unicamente a partir das forças populares, pois, o golpe de 64 havia demonstrado a inexistência de segmentos da burguesia brasileira em choque com o latifúndio e o imperialismo.

A estratégia democrático-popular propõe a tomada do poder político para realizar reformas democráticas na estrutura da economia capitalista e do Estado burguês, como fase de transição

para a segunda ruptura: a ruptura socialista.

Esta idéia-força ganhou o consenso da esquerda e assentou os fundamentos dos movimentos que surgiram no início dos anos oitenta: MST, CUT, PT.

Durante a década de oitenta, essas três organizações cresceram velozmente e polarizaram, pela primeira vez na história política do país, a disputa política entre direita e esquerda - um avanço importantíssimo.

Com a reviravolta neoliberal, CUT e PT não conseguiram manter esse movimento ascensional. A primeira não obteve nenhum avanço importante para os trabalhadores e, a partir de um certo tempo, limitou-se a negociar com o capital a redução de direitos e benefícios conquistados em épocas passadas em troca de garantias temporárias contra o desemprego.

O PT desenvolveu lentamente uma rota para a direita, transformando-se progressivamente em um partido afinado com a proposta neoliberal - mudança de estratégia valeu-lhe o crescimento eleitoral, mas que o inutilizou como força de transformação socialista.

Em sentido diametralmente oposto, o MST conseguiu avançar

ocupando terra; realizando um extraordinário trabalho educativo; ganhando a adesão da opinião pública interna e externa para a sua causa.

A explicação para as mudanças de rota de organizações combativas como a CUT e o PT pode ser encontrada na vitória obtida pelo capital sobre o trabalho nos países capitalistas desenvolvidos.

Em 1992, Celso Furtado assinou que essa mudança implicaria uma divisão internacional do trabalho prejudicial à posição do nosso país no sistema capitalista internacional.

De fato, o predomínio das políticas neoliberais paralisou a empreitada histórica encetada pelo povo brasileiro desde os anos 30 do século XX: a construção de um estado nacional com base na industrialização do país. Na nova ordem internacional não há espaço algum para a constituição de estados nacionais na periferia do sistema capitalista. Desse modo, a realização de reformas estruturais democratizantes na economia e na estrutura do estado burguês tornou-se inviável.

A direita apropriou-se da expressão - reformas de base - utilizadas pelo Presidente João Goulart no seu programa de reformas no capitalismo. Concretamente, falar em "reformas de base",

hoje, significa propor redução dos benefícios e das conquistas da classe trabalhadora e a subordinação total da burguesia brasileira ao imperialismo - um processo já caracterizado como de "reversão neocolonial".

O pensamento de esquerda não foi capaz de acompanhar essa radical mudança da conjuntura, de modo que partidos e movimentos populares continuaram a agir com base na estratégia democrática-popular.

Pensou-se que essa estratégia havia recebido um reforço com a eleição de Lula em 2002, mas, na verdade, naquela data, o PT já não tinha mais condições de pô-la em prática. Ao contrário: a "Carta aos Brasileiros" (2002) apontava para um governo afinado com a proposta neoliberal.

Porém, dado o compromisso histórico de Lula com os movimentos do campo, reacendeu-se a esperança de reformar pelo menos a estrutura fundiária extremamente concentrada e atrasada.

Após sete anos de decepções, não há mais como acreditar nessa possibilidade. A reforma agrária transformou-se em um pífilo programa de assentamentos e, para piorar as coisas, o governo Lula embarcou de corpo e alma na consolidação da agricultura de exportação, baseada na monocultura e nos grandes agronegócios nacionais e estrangeiros.

Quatro itens receberam alta prioridade: soja, cana de açúcar (para fabricação de açúcar e etanol), produtos de florestas plantadas (celulose) e carne bovina.

O aumento exponencial da produção desses quatro itens requer

o aumento substantivo da área total das terras em regime de exploração econômica. Isto será obtido mediante um duplo movimento: expansão da fronteira agrícola e substituição de culturas nas áreas já integradas. Não é difícil ver o que isto representará em termos de especulação imobiliária e de pressão sobre a pequena propriedade.

As duas regiões mais importantes de fronteira agrícola hoje são: a Amazônia e o Pantanal. A desordem dos títulos de propriedade de terra nessas regiões é de tal ordem que a primeira providência tomada pelo governo para possibilitar sua rápida ocupação pelos grandes agronegócios consistiu em promover a regularização dos títulos de terra em ambas regiões. Para tanto, editou a Medida Provisória 454, já convertida em Lei, cujo objetivo é, por um lado, legalizar grandes fazendas formadas fraudulentamente em terras devolutas ou na faixa de fronteira e; de outro lado, aumentar o tamanho dos lotes de terras devolutas que a União e os Estados podem vender a particulares, sem autorização do Senado. Em outras palavras: a lei foi feita para criar uma estrutura fundiária de grandes propriedades no Amazonas e no Pantanal. Obviamente, esse processo implicará a expulsão ou proletarianização dos pequenos posseiros e pequenos proprietários que existem atualmente na região.

Além da expansão da fronteira agrícola, o novo modelo provocará um intenso processo de substituição de culturas nas regiões já integradas na economia rural do país. Os dois principais efeitos desses movimentos do capital serão o aumento do preço dos alimentos nas cidades e o agravamento do desemprego no meio rural.

O primeiro deles decorre do deslocamento dos cultivos de alimentos para regiões mais distantes (o que aumentará os custos de armazenamento e transporte); o segundo, da mecanização da lavoura canavieira, que já está provocando - e provocará ainda mais no futuro - o desemprego de cortadores de cana e de outros trabalhadores das usinas processadoras.

Além desses defeitos, os analistas prevêem: elevação do preço da terra; aumento da poluição ambiental; inviabilização econômica das pequenas unidades de produção diversificada ainda existentes no interstício das plantações canavieiras.

Praticamente nenhuma das categorias de produtores rurais deixará de ser afetada negativamente pelas grandes monoculturas exportadoras de "commodities" agrícolas para o resto do mundo.

A eclosão da crise econômica nos Estados Unidos e sua rápida expansão para todos os países do planeta causará atrasos e situações difíceis para as exportações agrícolas, na medida em que afetará negativamente economias importadoras desses produtos, especialmente China e Índia. Contudo, salvo que a crise provoque uma revolução política mundial de proporções gigantescas, a agricultura de exportação conseguirá sustentar-se, de modo que, enquanto a burguesia brasileira continuar detendo o poder político, não haverá reforma fundiária no país.

A dura realidade, portanto, é que a classe trabalhadora sofreu uma nova grande derrota e urge tirar a lição dela.

Voltando mais atrás no tempo e tomando unicamente a reforma agrária como exemplo da impossibilidade de reformar a estrutura do Estado brasileiro, podemos verificar que a burguesia foi pressionada para realizar a reforma agrária em quatro oportunidades: - 1964 (Projeto João Goulart); 1985 (I PNRA); 1988 (Constituinte); 2003 (II PNRA).

Em todas essas ocasiões, os grandes proprietários opuseram-se tenazmente à medida e conseguiram, com o apoio dos setores urbanos, bloqueá-la, evidenciando desse modo a ligação orgânica entre a estrutura fundiária e o poder político da burguesia, através de toda a história do país.

Diante dessa realidade, a esquerda precisa mudar de estratégia, aceitando o fato de que o imperialismo e a burguesia brasileira não admitem nem as reformas que suas congêneres nos países centrais introduziram na estrutura de suas economias e de seus sistemas políticos em épocas passadas, e tirando dessa constatação a sua consequência lógica: o novo objetivo estratégico global dos socialistas deve estar direcionado diretamente para a ruptura da ordem capitalista-burguesa. Todos os objetivos intermediários e suas táticas precisam subordinar-se a esse objetivo diretor.

Plínio de Arruda Sampaio é especialista em questões agrárias



José Nery

LEGALIZAÇÃO DA GRILAGEM E PRIVATIZAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

Agora é lei! Os latifundiários que se apropriaram ilicitamente de terras públicas na Amazônia, e as exploram de forma predatória, não raras vezes empregando a violência extrema e o trabalho escravo, estão habilitados a comprá-las a “valores de mercado”, sem licitação pública e exigência prévia de emprego de alguma outra forma de produção econômica. É o que prevê a Lei Nº 11.952/2009, resultante da conversão da Medida Provisória nº 458/2009, sancionada por Lula em 25 de julho passado, em flagrante indiferença aos protestos de inúmeros movimentos sociais e aos alertas dos mais sérios estudiosos das questões ambiental e fundiária na Amazônia, incluindo os contidos em carta de 37 membros do Ministério Público Federal, publicada logo após sua aprovação pelo Congresso Nacional. Com apenas o artigo 7º vetado, que concedia a transferência de terras da União para empresas e pessoas que exploram indiretamente a área ou que tenham imóvel rural em outra região, a nova lei inverte todo o acúmulo de lutas e conquistas legais pela preservação da biodiversidade e em defesa dos direitos dos povos da região. Além da anistia, uma premiação aos grileiros, devastadores da floresta e violadores contumazes dos direitos humanos; a legitimação de ilicitudes e práticas criminosas

usadas para garantir o domínio real de terras públicas; a legalização do ato de usurpar terras constitucionalmente reservadas à reforma agrária ou à titulação em favor das comunidades tradicionais.

Essa inversão fica evidente quando se considera que as poses de até 100 hectares, que justificariam projeto de regularização de real interesse público, ocupam parcela bastante minoritária de toda a extensão a ser privatizada. Mas a lei está eivada de disposições explicitamente inconstitucionais, como demonstra a Procuradora-Geral da República, Débora Duprat, em proposta ao Supremo Tribunal Federal de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra vários de seus artigos. A lei afronta a Constituição quando sugere que, ao contrário das terras indígenas, as áreas remanescentes de quilombos e outras ocupadas por comunidades tradicionais podem ser regularizadas em favor de terceiros; quando faculta a vistoria prévia nas áreas de até quatro módulos fiscais, impedindo o Poder Público de verificar se há nas mesmas conflitos fundiários, em especial os que envolvem indígenas, quilombolas e populações tradicionais, com risco de que estes venham a perder suas terras tradicionais; quando possibilitam a concessão de títulos de propriedade ou

de direito real de uso a pessoas que não ocupam diretamente as áreas reivindicadas; quando dispensa possíveis beneficiários da obrigação de recuperar áreas degradadas sob sua responsabilidade e, ainda, de não provocar desmatamento ilegal após sua regularização; quando estabelece prazo de inalienabilidade de 3 anos para áreas regularizadas de 4 a 15 módulos fiscais, enquanto o prazo para áreas menores é de 10 anos. O texto da lei sugere que os interesses dos seus principais beneficiários estão acima da Constituição e que o próprio governo considera superáveis quaisquer obstáculos constitucionais a projetos que o vinculem às frações mais conservadoras da sociedade.

As terras passíveis de regularização, distribuídas em nove estados da Amazônia Legal, somam aproximadamente 67,4 milhões de hectares marcados pelo desflorestamento escandaloso, destruição incessante dos recursos naturais não renováveis e múltiplas formas de violência que caracterizam o padrão de desenvolvimento imposto à região há mais de quarenta anos. A integração da Amazônia à economia nacional significava inseri-la nos circuitos de acumulação capitalista em escalas nacional e global, através de uma política de estímulos a atividades produtivas que ensejariam, por um

lado, a reprodução da estrutura fundiária concentradora historicamente consolidada nas demais regiões brasileiras, e, por outro, a atração de fluxos migratórios crescentes por oportunidades de ocupação remunerada nesses novos empreendimentos. Os programas governamentais de colonização e assentamento para fins de produção agrícola familiar, executados nos anos 70 e início dos anos 80 do século passado, na Transamazônica e no sudeste do Pará, combinados com incentivos fiscais a médias e grandes empresas pecuárias e madeireiras, representam apenas uma primeira fronteira planejada para legitimar a inserção a floresta amazônica no projeto desenvolvimentista do então governo militar. Com o avanço da fronteira econômica na região, sobretudo em razão da exploração da madeira e da pecuária extensiva, o processo de concentração fundiária estendeu-se para outras áreas: a área conhecida por Arco do Desmatamento, um conjunto de 174 municípios nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia; e outra articulada a partir dos estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins e que avança na direção do Oeste paraense e do Sudeste do Amazonas, incluindo plantios de soja e outros grãos.

Evidentemente, são desastrosos os efeitos ambientais dessa concentração fundiária orientada para o avanço da fronteira capitalista sobre a floresta amazônica. A elevação vertiginosa das taxas de desflorestamento na região está intimamente associada à expansão das atividades econômicas extensivas. As taxas acumuladas de desmatamento em estados da Amazônia Legal são maiores naqueles onde ocorreram maiores investimen-

a cada 18 segundos,
um hectare da
floresta amazônica é
convertido em pasto,
o que torna a pecuária
responsável por 80%
do desmatamento
observado na região

tos em mineração, exploração madeireira e na pecuária, a partir dos anos de 1970. De acordo com dados do próprio governo federal, só no ano de 2008 quase 24 milhões de hectares de florestas foram desmatados; e dados como esses serviram de base à Greenpeace para concluir que, a cada 18 segundos, um hectare da floresta amazônica é convertido em pasto, o que torna a pecuária responsável por 80% do desmatamento observado na região. Outro estudo revela que o desmatamento e as queimadas estão alterando o ciclo do carbono do ecossistema da região, onde estão estocados entre 80 e 120 bilhões desse elemento químico, para concluir que a destruição da floresta liberaria o equivalente a 50 vezes as emissões de gases do efeito-estufa produzidos pelos Estados Unidos. Esta é a principal razão da grita internacional contra a pecuária extensiva e outras atividades produtivas eminentemente predatórias empregadas na Amazônia.

Ao mesmo tempo, esse processo de concentração fundiária agride diretamente a própria condição humana. É também largamente conhecida a violên-

cia praticada pelos seus mais poderosos protagonistas contra os todos os que se opõem à voracidade com que avançam sobre a floresta e as terras devolutas. A história contemporânea da Amazônia está necessária e profundamente marcada pelo conflito fundiário, na medida em que cada nova fronteira confirma a deliberada indefinição do Estado sobre o direito de propriedade das terras indevidamente ocupadas, que prefere deixar a critério de grileiros e investidores a escolha dos meios eficazes para impor seu domínio sobre as mesmas, ensejando o uso do poder econômico e da beligerância armada contra pequenos posseiros, comunidades tradicionais e trabalhadores sem-terra como método de apropriação privada de terras públicas. Mas a ilegalidade e a violência não cessam com a apropriação privada das terras públicas, seguirão existindo como elementos de sustentação das formas produtivas e do mercado levados à fronteira econômica; serão usados para a apropriação de créditos públicos que financiem os setores produtivos hegemônicos e para o esmagamento de interesses colidentes; serão empregados pelos detentores do patrimônio fundiário concentrado na conquista do poder político e de um estagio superior de dominação territorial. A fronteira é por excelência um lugar de criminalidade ambiental e social, praticada recorrentemente pela minoria que detém o poder econômico e político.

O governo Lula não ignora a realidade histórica derivada da concentração fundiária e a lógica que orienta sua reprodução no Brasil, e não tem como justificar a edição de uma lei tão permissiva ao avanço do latifúndio sobre

a floresta amazônica e contra os direitos dos povos que habitam esta região. A permissividade da Lei Nº 11.952/2009 não se deve apenas a mudanças introduzidas pela Câmara e Senado no texto original da Medida Provisória que lhe deu origem, publicada em fevereiro deste ano; aquela vislumbra este novo e decisivo impulso à intervenção institucional em favor da integração das terras públicas ao mercado de terras; um passo reclamado pelo agronegócio desde a edição, no governo FHC, da Medida Provisória 1.710/98, no que possibilitou o perdão aos devastadores da floresta que por meio de "termos de compromisso" com os órgãos de gestão ambiental nas três esferas de governo comprometendo-se a recuperar as áreas degradadas em até 10 anos; iniciativa que estimulou grandes grupos empresariais a investirem na grilagem de terras devolutas da União, conformando novos latifúndios a partir da aquisição de várias propriedades circunvizinhas, regularizadas por "laranjas". Foi esse o expediente usado, por exemplo, pelo grupo Opportunity, comandado por Daniel Dantas, para criar a Agropecuária Santa Bárbara, hoje detentora de área de 510 mil hectares na Amazônia, correspondente a três vezes o tamanho do município de São Paulo; em seu domínio estão localizadas as cinco áreas mais devastadas da região e em pelo menos uma de suas fazendas foi confirmada a prática de trabalho escravo. Com a nova lei, o governo Lula nada fica a dever ao governo que lhe antecedeu em matéria de subserviência ao agronegócio; ao contrário, é bastante previsível o agravamento do quadro de degradação ambiental e social nesta região.

Por força da nova lei, criam-se condições tão mais propícias à

regularização de terras griladas quanto mais adversas à reforma agrária, às milhares de famílias que aguardam por um assentamento, acampadas às margens das estradas, como também, ao direito coletivo das populações indígenas, quilombolas e tradicionais de permanecerem nas terras que ocupam secularmente. Em nota pública a respeito da MP 458/09, o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) lembrou que enquanto as primeiras são priorizadas, de um total de 846 terras indígenas, apenas 393 estão registradas ou homologadas e de mais de mil territórios quilombolas existentes em todo o país, até fevereiro de 2008 apenas 82 territórios encontravam-se titulados, sendo que o governo Lula entregou apenas sete desses títulos desde 2003 e não regularizou nenhuma comunidade quilombola no ano passado. Ademais, a falta de empenho para garantir a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/01, que propõe a expropriação de terras onde se flagra a exploração de trabalho escravo, confirma a indisposição do governo para salvaguardar interesses alheios aos dos verdadeiros beneficiários de sua regularização fundiária.

Com a edição deste marco legal, o governo Lula deixa mais explícita sua conversão ao ideário modernizante - conservador que atribui ao mercado a capacidade de produzir soluções viáveis aos impasses históricos que atravessam o desenvolvimento da economia no Brasil, rendendo-se a suposta inviabilidade de qualquer projeto verdadeiramente comprometido com a superação das desigualdades sociais de acesso à terra e à riqueza e com a preservação dos recursos naturais e culturais da Amazônia.

Dá um passo adiante em sua opção por um modelo de desenvolvimento nacional baseado na pauta de exportações de commodities, que requer a reprimarização da economia e a preservação dos mesmos elementos que marcaram a colonização do país e, por conseguinte, só pode ser viabilizado com a apropriação de vastos territórios e a concentração da terra. Na prática, como bem demonstra a Greenpeace no relatório já referido, esse governo contribuiu de maneira bastante decisiva para a afirmação do Brasil como possuidor do maior rebanho comercial do mundo e maior exportador mundial de carne, escamoteando a origem predatória de sua produção, em terras ilegalmente devastadas na floresta amazônica; e planeja dobrar até 2018 a participação brasileira nesse comércio, disponibilizando recursos públicos para expandir a infra-estrutura de processamento de produtos pecuários na região Amazônica, em todos os elos da cadeia de abastecimento - da produção na fazenda ao mercado internacional. Seu comprometimento com a indústria pecuária chega a envolver a liberação, através do BNDES, de US \$ 2,65 bilhões às cinco maiores empresas exportadoras, em troca de ações para o governo brasileiro; isto é, submete-se à condição de sócio em empreendimento de interesse comum a essas empresas, para que as continuem a construir um império global.

O projeto de regularização fundiária vislumbrado pelo governo Lula sequer é capaz de conter a concentração de terras e a devastação florestal nos limites em que se encontram atualmente, porque preserva a lógica que as alimenta historicamente. Nos marcos do padrão de desenvolvimento em vigor, estímulos diretos ou

indiretos ao avanço da fronteira econômica sobre a floresta amazônica - a Lei Nº 11.952/2009 é um estímulo direto e extraordinariamente forte- ensejarão processos de grilagem, privatização ilícita e de desmatamento em novas áreas de floresta. A terra é o principal motivo de atração de investimentos para região, estimulando estoques para futuros empreendimentos, em regra extensivos; com a chegada desses empreendimentos os preços disparam. A lógica da concentração fundiária se materializa com a grilagem e a compra de terras de pequenos proprietários convencidos de que já não podem continuar produzindo, seja pela falta de créditos e infraestrutura mínima para escoar sua produção, seja pela violência dos proprietários mais fortes. O desmatamento inevitável propiciará a formação de estoques de madeira para comercialização até que a terra esteja apta a servir de pastagem ou a monoculturas agrícolas; e áreas protegidas - parques, reservas, terras indígenas e áreas remanescentes de quilombos- não estão livres de desflorestamento. Logo se frustrará, tantas vezes ocorreu, a expectativa de uma compensação prometida para os danos ambientais e sociais decorrentes desse desenvolvimento que serve a uma minoria reduzida e estranha à Amazônia.

Denunciar o conteúdo, finalidades e efeitos previsíveis da Lei Nº 11.952/2009 é uma tarefa obrigatória e inadiável para o PSOL e toda a esquerda socialista, que pressupõe uma firme determinação para construir alternativa de desenvolvimento fundada nos reais interesses da grande maioria do povo brasileiro, necessariamente comprometida com preservação do

**áreas protegidas -
parques, reservas,
terras indígenas e
áreas remanescentes
de quilombos - não
estão livres de
desflorestamento**

bioma e diversidade territorial e cultural do país; uma alternativa ecologicamente sustentável e atenta às reais necessidades e vocações das populações que habitam a Amazônia. Não se trata de fazer nenhuma concessão à ecologia de mercado, ao eco-capitalismo, ao interesse do capital de incorporar a sua estratégia de dominação as bandeiras preservacionistas que sensibilizam a humanidade, pois sem a destruição do mercado e da acumulação capitalista não será possível inverter o processo de deterioração dos recursos naturais. Trata-se de assumir como elemento essencial do projeto socialista a defesa de formas de produção que respeitem os limites da biosfera e reconheçam a importância especial da Amazônia brasileira para a legitimação de um projeto nacional uno, mas regionalmente diferenciado também para preservar o maior patrimônio natural do Brasil. Nessa perspectiva, são imperiosas medidas de incentivo a agricultura familiar e ao desenvolvimento de muitas outras formas de produção ecologicamente adequadas, em substituição ao agronegócio e à toda forma de produção que agrida a floresta e os recursos naturais e culturais que a mesma protege; nessa perspectiva, contraposta às leis

que regulam a acumulação capitalista, a grilagem, apropriação de terras públicas e o latifúndio serão duramente combatidas em nome do interesse nacional.

José Nery é licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará e senador do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).



Luiz Araújo

NA ESSÊNCIA, MAIS DO MESMO

Uma pergunta passou a exigir uma resposta dos pesquisadores educacionais brasileiros: a política educacional do governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta elementos de ruptura ou de continuidade com as políticas aplicadas pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso?

Em primeiro lugar, esse questionamento ganhou importância diante do intenso debate realizado pela sociedade brasileira sobre a necessidade de alteração dos pressupostos teóricos vigentes durante o governo FHC. Era amplamente majoritária a avaliação de que o governo de Fernando Henrique Cardoso "teve um perfil de centro-direita, seguindo fielmente as orientações do Consenso de Washington e foi responsável pela efetivação de um conjunto de reformas do Estado Brasileiro" (Araújo, 2007, p.54). Assim,

(...) o governo FHC desenvolveu estratégias de ajuste baseadas na desregulamentação da economia, visando a retirar obstáculos às leis do mercado, descentralização e autonomia, transferindo aos agentes a responsabilidade de disputar no mercado a venda de produtos e serviços e privatização, onde o mercado passa a ser o regulador (IDEM, p. 55).

A educação básica, de direito social de todos, passa a ser cada

vez mais encarada como um serviço a ser prestado e adquirido no mercado ou na filantropia. Por isso é possível afirmar que na área educacional a sua dimensão mais profunda é a privatização do pensamento pedagógico. Ela foi efetivada pelo governo ao adotar as teses neoliberais e do mundo dos negócios, veiculadas pelo Banco Mundial, como pensamento educacional de Estado.

O ideário pedagógico dos parâmetros e diretrizes curriculares e dos processos de avaliação estão centrados numa concepção produtivista e empresarial das competências e da competitividade: o objetivo é formar em cada indivíduo um banco ou reserva de competências que lhe assegure empregabilidade. Portanto, neste governo, a função social da escola foi direcionada ao enfraquecimento das perspectivas ético-políticas que afirmam a responsabilidade social e coletiva e ao reforço de uma ética individualista, privatista e consumista (FRIGOTTO 2003).

Em segundo, com a vitória da candidatura de Lula para Presidência da República, abriram-se muitas expectativas de alteração dos rumos da política de financiamento da educação básica. Essas expectativas estavam ancoradas no alinhamento do principal partido de sua coligação (PT) com a necessidade de alteração da

política vigente, com destaque para a apresentação pela bancada federal do PT da Proposta de Emenda Constitucional nº. 112/99 instituindo o FUNDEB, e no teor do documento programático para a área de educação lançado durante a campanha eleitoral de 2002, no qual estavam explícitas as propostas de superação do modelo educacional do governo FHC.

O programa de governo de 2002 para a área educacional, intitulado Uma Escola do Tamanho do Brasil, era bastante explícito ao afirmar sua sintonia com as reivindicações da sociedade civil organizada, refletidas nos avanços políticos feitos no âmbito do Congresso Nacional quando da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) e uma crítica disseminada por todo o texto das políticas educacionais do período FHC.

Uma pergunta no meio de uma crise

O debate sobre a ruptura ou continuidade da política educacional dominante no país precisa ser devidamente contextualizado, pois ocorre num momento de crise do capitalismo mundial. Podemos enumerar as principais tendências dessa crise do padrão de acumulação e de regulação social que sustentou a exploração capitalista nos últimos cinquenta

anos: substituição do padrão produtivo taylorista e fordista pelo toyotismo; o modelo de regulação social-democrático é solapado pela (des) regulação neoliberal, privatizante e anti-social; destruição e/ou precarização da força humana que trabalha; e a degradação crescente da relação homem/natureza, consolidando uma sociedade descartável, na qual a força humana é destruída, os direitos sociais destroçados e os seres humanos brutalizados (FRIGOTTO, 1995; ANTUNES, 2002; ANDERSON, 2003; MÉSZÁROS, 2002).

A crise do capital ensejou o fortalecimento do neoliberalismo. A tese central do credo neoliberal é a rediscussão do papel do Estado, com a retirada deste da economia, é a idéia de um Estado Mínimo, com a

(...) restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e de estabilidade de emprego; a volta das leis do mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais (FRIGOTTO, 2000, p.80-81).

A privatização é um elemento central na estratégia neoliberal, mas só interessa na medida em que a administração de fundos e produção de serviços se torne atividades econômicas rentáveis. Nos países latino-americanos ocorre um processo seletivo de privatização, devidamente impulsionado por políticas estatais destinadas a criar e garantir um mercado.

Para que esse receituário efe-

Nos países latino-americanos ocorre um processo seletivo de privatização, devidamente impulsionado por políticas estatais destinadas a criar e garantir um mercado

tivamente ocorra é necessário o estabelecimento de três pré-condições. A primeira é a criação de uma demanda dos benefícios ou serviços privados, sendo para isso necessário precarizar o atendimento público tornando a privatização socialmente aceitável. A segunda é a geração de formas estáveis de financiamento para dar suporte aos altos custos dos serviços. E a terceira é que o setor privado tenha a suficiente maturação para aproveitar os incentivos oferecidos.

Para a área social o postulado neoliberal principal é o seguinte: o bem-estar social pertence ao âmbito do privado, sendo suas fontes "naturais" a família, a comunidade e os serviços privados. Dessa forma

o Estado só deve intervir quando se coloca a necessidade de aliviar a pobreza absoluta e de produzir aqueles serviços que o setor privado não pode ou não quer fazer. Propõe-se, portanto, um Estado de Beneficência Pública ou Assistencialista, no lugar do Estado de Bem Estar Social. (SOARES, 2001, p.44).

Com o apoio das agências internacionais de financiamento se desenvolveu a idéia de focalização das políticas estatais, concepção que decorreu do entendimento de que, a despeito dos grandes investimentos públicos que teriam sido feitos através de políticas sociais, os resultados seriam precários, sendo que os recursos não estariam favorecendo os mais pobres e estariam sendo utilizados de maneira não racional.

Esta estratégia de focalização é concebida a partir de quatro critérios complementares: a) focalizar como condição necessária; b) avaliar pra conhecer a relação custo-benefício; c) incorporar outros atores sociais como executores das políticas sociais; d) outorgar prioridade à demanda de serviços.

O princípio da focalização tem tido grande repercussão nas políticas sociais desenvolvidas nos últimos anos na América Latina e tem chegado ao Brasil sob a forma de programas que não mais visam atingir as populações pobres em geral, mas antes segmentos específicos (VIEIRA, 2001, p.72).

O objetivo da reorientação da política social é reduzir os efeitos adversos dos ajustes estruturais e da reestruturação produtiva e é por isso que ganha peso o conceito de focalização das políticas sociais. Normalmente focalização é associada à noção de justiça de mercado. Esta seria dotada de uma capacidade integradora irresistível e seus benefícios seriam transmitidos à quase totalidade da sociedade. Sendo assim, as políticas sociais seriam residuais, pois a verdadeira política social seria, na verdade, a política econômica, capaz de, no longo prazo, incluir a todos.

Enquanto na visão universalista, o mercado é objeto de embate distributivo, o que supõe um papel regulador do Estado, na perspectiva focalizada a opção é pela gestão estratégica da pobreza. Assim, ocorre um deslocamento, pois o centro da política social de uma dimensão de redistribuição da riqueza migra para o tratamento compensatório dos seus efeitos, via formas de controle parcial e mitigador da miséria.

Um outro eixo da política de reconfiguração do papel do Estado é a descentralização. Em seus estudos, Draibe (1999) afirmou que descentralização é um dos eixos da estratégia de reforma do sistema de proteção social vigente frente aos ajustes econômicos dos Estados Nacionais, somando-se a focalização e a privatização. Esta autora "relaciona diretamente a descentralização e a questão da eficiência e eficácia do gasto social, uma vez que aproxima os problemas e a gestão das políticas sociais da população beneficiada, através da transferência de responsabilidades aos estados e municípios" (VASQUEZ, 2003, p. 37).

Sobre a descentralização, Oliveira (1999) identifica dois processos que se desenvolveram na América Latina. O primeiro, de desconcentração, compreendida como "a delegação de determinadas funções a entidades regionais ou locais que dependem diretamente do outorgante". O segundo, de descentralização, compreendida como o processo em que "as entidades regionais ou locais, com graus significativos de autonomia definam as formas próprias com as quais vão organizar e administrar o sistema de educação pública em suas respectivas áreas de atuação" (OLI-

VEIRA, 1999, p. 16). Os processos de descentralização se desenvolveram em nossa região a partir de três modalidades: regionalização, nuclearização e municipalização. A mais importante delas, a municipalização, apresenta-se em três possibilidades.

(...) o Município se encarrega de todo o ensino, em um ou mais níveis no âmbito de sua jurisdição; o Município se encarrega de parte das matrículas, convivendo no mesmo território com a rede estadual; o Município se encarrega de determinados programas (merenda escolar, transporte de alunos, construções escolares, funcionários postos à disposição das escolas estaduais, por exemplo), os quais são desenvolvidos junto à rede estadual. (Idem, 1999, p.17).

O peso da herança hegemônica

Em 1996 o governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu aprovar uma série de mudanças constitucionais, alterando o formato do financiamento educacional. A Emenda Constitucional nº. 14 e a sua regulamentação (Lei nº. 9424/96) são a expressão da consolidação de uma hegemonia das teses neoliberais em matéria de educação.

Essas reformas educacionais redimensionaram a polaridade centralização / descentralização. De um lado, promoveu uma descentralização da gestão e do financiamento. De outro, executou uma centralização do processo de avaliação e controle do sistema. Com isso, ocorreu o "desembarque" da União do financiamento da educação básica e a priorização de exames padronizados para todos os níveis como poder indutor sobre

o conjunto do sistema educacional.

Não podemos esquecer que o discurso que fundamentava as reformas do período FHC considerava que não era prioridade alocar mais recursos para a área educacional, visto que o país como um todo gastava mal em educação. Utilizo como ilustração deste período a política de financiamento da educação básica implementada à partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 14 em 1996 e a Política de avaliação em larga escala bem representada pelo Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão, e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem0).

O que mudou com a promulgação da Emenda Constitucional nº. 14? Ao invés da União aplicar 50% dos recursos vinculados para combater o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, como estava estabelecido na Constituição de 1988, agora passaria a aplicar nunca menos que 30%. Por sua vez, os Estados e Municípios ficariam obrigados a investir 60% dos recursos vinculados com o ensino fundamental. Para viabilizar esta obrigatoriedade, a Emenda Constitucional nº. 14 criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, conhecido como FUNDEF, sub-vinculando os quatro principais impostos e transferências constitucionais e estabelecendo a redistribuição dos recursos de acordo com o número de matrículas do ensino fundamental. A Lei 9424/96, que regulamentou o FUNDEF, autorizou aos estados e municípios a celebração de convênios para transferência de alunos, recursos humanos, materiais e encargos financeiros, viabilizando a trans-

ferência imediata dos recursos vinculados ao Fundo. A União se responsabilizaria apenas em complementar os fundos estaduais que não alcançassem o custo-aluno mínimo definido nacionalmente (OLIVEIRA, 1999; CASTRO, 2000).

O Fundef induziu a ampliação do atendimento no Ensino fundamental, equalizou no interior de cada estado um gasto mínimo por aluno e descentralizou a gestão administrativa e financeira através da indução da municipalização do ensino. No caso do ensino fundamental, essa política de descentralização significou a transferência da gestão do ensino do governo estadual para o governo municipal. Com esse sentido, a municipalização do ensino é, então, tomada como sinônimo da descentralização educacional. A partir da década de 70 a política para o ensino fundamental

(...) foi traçada no âmbito de projetos federais implantados, sobretudo em estados do nordeste, com o objetivo de induzir a municipalização do ensino, transferindo encargos para o município, sem que se efetivasse um investimento financeiro satisfatório nessa instância. (...) Ao contrário, a União efetuou uma concentração de recursos ao nível federal, enquanto adotava a descentralização a nível do sistema educacional. (ROSAR, 1997, p. 106).

Com isso, o processo de municipalização do ensino no Brasil foi quase exclusivamente fruto de iniciativas do Governo,

(...) visando adequar o Estado aos novos modelos de racionalidade adotados pela Administração Pública, com conseqüente enxugamento do aparato estatal,

O Fundef viabilizou a assunção pela União da metarregulação do sistema pela via do financiamento

e não resposta a reivindicações da sociedade civil interessada em participar de forma mais ativa nas escolas e nos projetos pedagógicos que ali se desenvolvem. (ARELARO, 1999, p. 65).

O Fundef viabilizou a assunção pela União da metarregulação do sistema pela via do financiamento, conseguindo o consentimento ativo dos entes federados na obtenção de seus objetivos estratégicos. Conseguiu desenhar um programa ativo de transferência de atribuições e capaz de produzir incentivos à assunção de novas tarefas induzidas pelo governo central. Isso foi facilitado pelo fato da grande maioria dos municípios serem dependente das transferências constitucionais.

O modelo de avaliação imposta pelo MEC no período de FHC pode ser considerado como um dos mais eficientes instrumentos do crescente Intervencionismo estatal sobre os âmbitos públicos da sociedade. Utilizando-se de instrumentos objetivos, todos focados nos resultados ou desempenhos quantificáveis, permitiram comparações e levaram ao estabelecimento de rankings entre escolas e unidades da federação.

A melhor definição do que representava este modelo foi escrita pelo próprio partido do presidente Lula, em seu programa

educacional na campanha de 2002.

O controle centralizado do governo federal em avaliações implementadas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos (Prova), focaliza o produto final, e não o processo educativo, bem nos moldes do controle de qualidade realizado pelas empresas no final da linha de produção. Essa forma de avaliação serve para destacar alguns efeitos especiais, pelos quais o MEC tem grande interesse, como a classificação dos Estados quanto à educação básica e a competição entre as universidades. (DIRETÓRIO, 2002, p. 11)

Uma medida emblemática

Das poucas mudanças realizadas na área educacional pelo governo Lula, sem sombra de dúvida, a aprovação da Emenda Constitucional n° 53 de 2006 foi a mais significativa. Por isso, utilizarei a criação do Fundeb como exemplo emblemático das dificuldades do governo Lula romper com os pressupostos do governo anterior.

No dia 19 de dezembro de 2006 foi promulgada pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional n°. 53, finalizando um longo processo de tramitação legislativa e de debates na sociedade civil e dentre os entes federados. Apesar de ter como objetivo principal a constituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, esta Emenda altera oito artigos da Constituição Federal.

As principais alterações promovidas pela Emenda Constitucio-

nal estão localizadas no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Na primeira versão de Emenda Constitucional do FUNDEB havia uma opção por dar um caráter permanente para esta política, mas isso foi abandonado no decorrer da tramitação.

No caput do artigo 60 percebemos três alterações. A primeira é que a vigência da medida será de quatorze anos (contra dez anos de vigência do FUNDEF). A segunda é que o objetivo é ampliado para toda a educação básica e não mais apenas o ensino fundamental. A terceira é que o objetivo anterior de valorização do magistério é transformado em busca pela remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

No inciso I é constituído o FUNDEB propriamente dito, tendo este fundo formato semelhante ao seu predecessor, ou seja, a Emenda Constitucional cria vinte sete fundos estaduais de natureza contábil.

No inciso II é definida a cesta de impostos e o percentual de subvinculação destes ao FUNDEB. Ao invés de 15% de quatro impostos, o novo fundo estabelece que dele faça parte 20% de todos os impostos, excetuando os impostos arrecadados pelos municípios e o Imposto de Renda Retido na Fonte. Além disso, este inciso estabelece o mecanismo de distribuição dos recursos, que deverão ser distribuídos de forma proporcional ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica.

Frisa também que somente serão contados os alunos do ensino presencial e que estiverem matriculados em acordo com as

competências estabelecidas pelo artigo 211 da Constituição Federal. Isso quer dizer, na prática, que alunos de educação infantil matriculados nas redes estaduais e alunos de ensino médio matriculados nas redes municipais, não serão contados para efeito de distribuição dos recursos do Fundo. Esse dispositivo ratifica o sentido solitário das responsabilidades constitucionais, estimulando cada ente federado a só oferecer estritamente o que a CF cobra como sua responsabilidade, mesmo que a distribuição de responsabilidades do artigo 211 esteja em desacordo com a distribuição tributária também inscrita na Carta Magna.

O inciso III estabelece o que a regulamentação deve, obrigatoriamente, dispor. Ressalta que a mesma deve se regular pelo artigo 208 da Constituição, onde está garantido o direito ao acesso ao ensino fundamental, inclusive fora da idade, a progressiva universalização do ensino médio, o atendimento em creche e pré-escola, além da atenção aos portadores de deficiência, que devem preferencialmente ser atendidos no ensino regular. Assim, a lei ordinária deve estabelecer:

1. A organização dos fundos, ou seja, o estabelecimento do desenho operacional, com destaque para a definição das diferenças e ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas e modalidades, assunto que galvanizou parte das preocupações durante os debates no Congresso Nacional, pois indicará o ritmo de crescimento das matrículas no próximo período e o montante de recursos que serão incorporados pelos entes federados;

2. A definição da forma de cálculo do valor anual mínimo por

aluno. Este assunto está diretamente relacionado com complementação de recursos a ser oferecida pela União aos fundos estaduais com os valores por aluno mais baixos;

3. Os percentuais máximos de apropriação dos recursos dos fundos estaduais por etapa e modalidade. No FUNDEF estava clara a focalização de 60% dos recursos para o ensino fundamental. A letra c deste inciso remete para a legislação ordinária duas polêmicas presentes na tramitação: a) como ter um fundo único para toda a educação básica e ao mesmo tempo preservar o percentual de recursos hoje aplicados no ensino fundamental?; b) como evitar que ocorra uma explosão de oferta de vagas na modalidade educação de jovens e adultos e dar prioridade para o ensino regular. Estes desafios deverão ser enfrentados tendo como referência o artigo 208 já comentado acima e ainda o artigo 214 e o Plano Nacional de Educação. Com isso, a Emenda Constitucional estabelece como parâmetros para os percentuais de apropriação dos recursos dos fundos, as metas contidas no PNE;

4. O desenho da estrutura de fiscalização e controle dos fundos;

5. A letra e torna obrigatório que a lei regulamentadora estabeleça prazos para o envio e para aprovação do "piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica". O texto introduz uma contradição na Constituição Federal. No artigo 206, inciso VIII, temos a obrigação legal de um "piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública", redação mais abrangente que a

constante na parte transitória da Constituição Federal. Assim, temos dois pisos obrigatórios por lei: um para todos os profissionais da educação escolar e outro para os profissionais do magistério.

O inciso IV aprimora a proibição, inscrita no caput do artigo 60, de receber recursos do fundo por matrículas em desacordo com o artigo 211 CF. Pela redação deste inciso, os estados e municípios só poderão aplicar os recursos recebidos exclusivamente nas etapas e modalidades de suas competências. Em 2006 existiam 242.979 alunos de educação infantil pertencentes às redes estaduais e 186.045 alunos de ensino médio matriculados em redes municipais. A redação deste inciso oferece apenas duas alternativas aos entes federados: ou negociam com o ente constitucionalmente responsável a absorção das matrículas ou custeiam as mesmas com recursos não vinculados ao FUNDEB. A experiência recente do FUNDEF, quando presenciamos uma diminuição abrupta da oferta de vagas na educação infantil por parte dos estados, aliado a histórica ausência de regulamentação do regime de colaboração leva-nos a trabalhar com a hipótese de fechamento de vagas de forma unilateral, procedimento que estará em desacordo com o direito a educação de quase meio milhão de brasileiros.

Procurando rupturas... encontrando continuidades.

Lançando um olhar sobre a Emenda Constitucional n.º 53 pelo prisma utilizado por Arretche (2000), ou seja, buscando identificar os fatores que determinam o sucesso ou o fracasso de uma política de descentralização, foi possível identificar que

O novo fundo não trouxe grandes alterações no aspecto da capacidade político-administrativa, pelo menos em curto prazo

o referido texto constitucional manteve e aprofundou os pressupostos descentralizadores da política de financiamento anterior.

A maneira gradual de implantação do fundo, seja em relação a elevação de vinculação de impostos, seja na inserção das matrículas das etapas e modalidades não contempladas no formato anterior, obedece a lógica de descentralização de responsabilidades sem que ocorra transferências significativas de recursos entre os entes federados. No caso, essa dinâmica foi criada para minimizar o impacto nas receitas estaduais e conseqüentemente inibir as transferências de recursos destes para os municípios. A gradatividade opera como eficiente instrumento de inibição de uma elevação acelerada da oferta de matrículas.

O novo fundo não trouxe grandes alterações no aspecto da capacidade político-administrativa, pelo menos em curto prazo. A depender do crescimento das matrículas é possível que esse seja um problema relevante, especialmente para os municípios que atualmente não possuem, ou possuem de maneira muito tímida, matrículas na educação infantil, pois um crescimento nesta área exigirá a criação de

uma estrutura administrativa inexistente.

Ficou nítido o peso que o "legado das políticas prévias" teve no processo.

Em primeiro lugar, o FUNDEB, em termos de desenho operacional, é semelhante ao FUNDEF, constituindo vinte e sete fundos estaduais, bloqueando parte dos recursos vinculados a manutenção e ao desenvolvimento da educação, distribuindo os recursos de acordo com um valor per capita encontrado pela divisão dos recursos de cada fundo pelo total de matrículas regulares existentes em cada rede de ensino. Há uma herança institucional muito forte do FUNDEF, especialmente uma cultura de que cada aluno representa uma possibilidade concreta de receita.

Em segundo lugar, a priorização de recursos para o ensino fundamental apresentou um grande grau de enraizamento entre os representantes dos entes federados. Mesmo que a idéia de um fundo único tenha prevalecido nos debates parlamentares e negociações entre União, Estados e Municípios, foram inseridas salvaguardas para que o valor por aluno do ensino fundamental no FUNDEB não fosse menor do que o último valor desta etapa de ensino no último ano de vigência do FUNDEF.

O último fator considerado é a ação política, estando relacionada com a natureza das relações entre Estado e Sociedade, vinculada à cultura cívica e, sobretudo, com as relações entre níveis de governo. O primeiro aspecto foi determinante para a sensibilização do Congresso Nacional e do próprio Governo Federal para alterar o formato

da PEC 415/05 e aceitar a inclusão das matrículas de creche no Fundo. A pressão do Movimento FUNDEB Já, articulado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi uma demonstração da cultura cívica disseminada nos últimos anos em nosso país, demonstrando uma alta capacidade de influenciar os parlamentares e, indiretamente, o governo federal.

É evidente que houve resistência da União em compartilhar recursos na proporção pretendida pelos demais entes federados. A lógica do modelo anterior era a crescente desresponsabilização com o financiamento da educação básica, descentralizando esta atribuição para estados e, principalmente, para os municípios. Esta herança não foi revista, pois não encontramos nenhum elemento no novo modelo que aponte para uma reversão da tendência municipalizante. A novidade é uma maior presença da União no que tange sua complementação e a aprovação de uma participação percentual dos recursos depositados pelos estados e municípios a partir de 2010.

A Emenda Constitucional nº. 53 não representa uma ruptura com a dinâmica de descentralização das políticas educacionais implementada pelo governo anterior, mantendo inalteradas as competências entre os entes federados, inclusive utilizando uma interpretação bastante restritiva delas, ou seja, inibindo a ocorrência de "invasão de competências", o que em muitos casos pode ser a única chance de determinado cidadão ter garantido o seu direito à educação pública e gratuita.

No modelo anterior predominou uma visão de focalização das políticas públicas, dentre elas a

política educacional. Houve uma superação da visão universalista, onde mercado era objeto de uma ação estatal redistributiva, o que supunha maior relevo no papel regulador do Estado. A visão hegemônica promoveu um deslocamento, pois o centro da política social de uma dimensão de redistribuição da riqueza migra para o tratamento compensatório dos seus efeitos, via formas de controle parcial e mitigador da miséria.

A primeira ruptura está inscrita na abrangência do novo fundo. A EC estabelece um fundo único para toda a educação básica. Apesar da postura contraditória da União ao enviar uma PEC que excluía as matrículas de creche, os debates e a movimentação da sociedade civil resgataram o texto presente nas primeiras versões de FUNDEB.

Foi possível identificar também elementos de continuidade. No texto aprovado é possível encontrar dispositivos limitadores deste movimento inerente ao formato de fundo único. O primeiro e mais importante é a proibição de redução do valor do custo-aluno do ensino fundamental praticado no ano anterior à vigência do novo fundo. Esse dispositivo tenta evitar, pelo menos no primeiro ano, uma natural migração de recursos para educação infantil e ensino médio. Um segundo dispositivo remete para a legislação regulamentadora o estabelecimento de percentuais máximos de apropriação por cada etapa e modalidade no FUNDEB, o que poderá significar o estabelecimento de travas ao crescimento de determinadas modalidades.

No desenho financeiro do FUNDEB foi possível identificar uma tensão entre

a manutenção da política econômica restritiva do governo anterior, que foi mantida e aprofundada durante os quatro anos do primeiro governo de Lula, e a necessidade de criar um fundo para toda a educação básica. O convencimento dos estados e municípios da utilidade de mudar o formato do FUNDEF precisa estar associado a um compromisso por parte da União de alocar mais recursos para a educação básica.

Esta contradição perseguiu todas as formulações do FUNDEF analisadas neste trabalho. Nas formulações iniciais do FUNDEB a solução apresentada era uma elevação do percentual de vinculação obrigatória da União. Durante um período, o desenho absorveu a idéia de que a elevação da complementação da União estaria condicionada à devolução dos recursos retirados da educação pela DRU. Depois de intenso debate interno ao governo e no Congresso Nacional, foi negociado um maior aporte de recursos por parte da União, mas abandonou-se a proposta de mexer na DRU.

O papel constitucional da União não sofreu alteração. Manteve-se a União com um papel suplementar, emergencial, ajudando aqueles fundos estaduais que não alcançarem determinado patamar mínimo de valor por aluno. Apesar disso consideramos uma ruptura parcial com o modelo anterior o fato de que foram aprovados valores de complementação maiores do que aqueles anteriormente praticados. Essa situação propiciará que um número maior de fundos estaduais participe na distribuição dos recursos alocados pela União.

Conflitos latentes

A promulgação da Emenda Constitucional nº. 53 é apenas mais uma etapa de uma longa batalha entre concepções educacionais conflitantes. É também a materialização de pelo menos dois fenômenos importantes para a compreensão das políticas educacionais para educação básica do governo Lula.

O primeiro fenômeno é o enraizamento do ideário neoliberal no seio do governo federal e dos governos estaduais e municipais, especialmente dos seus pilares vinculados à descentralização e focalização das políticas sociais. A idéia de que focalizar recursos no ensino fundamental foi importante e não pode ser abandonada permeou todos os debates no Congresso Nacional quando da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional do FUNDEB e foi contemplada em vários dispositivos constitucionais aprovados. A descentralização como sinônimo de municipalização do ensino não foi alvo de críticas e o formato de fundos estaduais que distribuem recursos de acordo com uma visão restritiva das responsabilidades constitucionais arroladas no artigo 211 é sintomático do predomínio desta idéia.

O segundo fenômeno diz respeito à capacidade da sociedade civil organizada de influenciar nas decisões governamentais e de cultivar elementos contra-hegemônicos. Referimo-nos a um conjunto de organizações estudantis, sindicais, populares, Ongs que possuem em comum uma ação conjunta que propiciou a realização de várias edições de congressos nacionais de educação, na formulação de um Plano Nacional de Educação da

Manteve-se a União com um papel suplementar, emergencial, ajudando aqueles fundos estaduais que não alcançarem determinado patamar mínimo de valor por aluno

sociedade civil, que permitiu uma mobilização social contra os vetos apostos ao PNE aprovado pelo Congresso Nacional e que no último período se materializou no Movimento FUNDEB pra Valler. Duas alterações introduzidas ao desenho original do FUNDEB são fruto dessa movimentação: a presença das matrículas das creches no fundo e a participação percentual de 10% da União na complementação do fundo a partir de 2010.

O FUNDEB é fruto desse movimento contraditório. Por um lado, uma situação de predomínio do ideário neoliberal no campo institucional, que acentuou as características de continuidade na política de financiamento aprovada. Por outro, uma efervescência mobilizadora que teima em resistir a essa hegemonia, que permitiu as poucas rupturas encontradas.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo:

as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Cidadania Negada*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 35-48.

ARAUJO, Luiz. *Financiamento da educação básica no governo Lula: elementos de ruptura e de continuidade com as políticas do governo de FHC*. 2007. 180f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília.

ARELARO, Lisete. A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In OLIVEIRA, C. de (et al). *Municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRASIL. *Audiência pública nº 1668/05, 25/10/2005*. Notas Taquigráficas. Brasília: Câmara dos Deputados. Comissão Especial PEC nº 536-A/97 Desenvolvimento do Ensino Fundamental, 2005a.

BRASIL. *Audiência pública nº 1700/05, 26/10/2005*. Notas Taquigráficas. Brasília: Câmara dos Deputados. Comissão Especial PEC nº 536-A/97 Desenvolvimento do Ensino Fundamental, 2005b.

BRASIL. *Audiência pública nº 1717/05, 27/10/2005*. Notas Taquigráficas. Brasília: Câmara dos Deputados. Comissão Especial PEC nº 536-A/97 Desenvolvimento do Ensino Fundamental, 2005c.

BRASIL. *Audiência pública nº 1820/05, 16/11/2005*. Notas Taquigráficas. Brasília: Câmara dos Deputados. Comissão Especial PEC nº 536-A/97 Desenvolvimento do Ensino Fundamental, 2005d.

- BRASIL. Audiência pública nº 1936/05, 29/11/2005. Notas Taquigráficas. Brasília: Câmara dos Deputados. Comissão Especial PEC nº 536-A/97 Desenvolvimento do Ensino Fundamental, 2005e.
- BRASIL. Ata da 2ª reunião extraordinária, da 4ª sessão legislativa, 07/03/2006. Brasília: Senado Federal. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Primeira Audiência Pública, realizada para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 09/06, 2006a.
- BRASIL. Ata da 4ª reunião extraordinária, da 4ª sessão legislativa, 09/03/2006. Brasília: Senado Federal. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Segunda Audiência Pública, realizada para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 09/06, 2006b.
- BRASIL. Ata da 5ª reunião extraordinária, da 4ª sessão legislativa, 14/03/2006. Brasília: Senado Federal. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Terceira Audiência Pública, realizada para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 09/06, 2006c.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Proposta de emenda à constituição nº 415, de 2005. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, 28 jun. 2005., nº 103, p. 48-54.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 set. 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 20 dez. 2006e, edição nº 243, seção 1, p. 5 e 6.
- CASTRO, Jorge Abrahão; BARRETO, Angela; CORBUCCI, Paulo. *A reestruturação das políticas federais para o ensino fundamental: descentralização e novos mecanismos de gestão*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 745)
- DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. *Uma escola do tamanho do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo - reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista da USP*, São Paulo, n. 17, 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org). *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- _____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Editora Unicamp, 2002.
- OLIVEIRA, Cleiton. A municipalização do ensino brasileiro. In: OLIVEIRA, Cleiton et alii. *Municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.
- ROSAR, Maria de Fátima. A municipalização como estratégia de descentralização e de desconstrução do sistema brasileiro. In: OLIVEIRA, Dalila. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- SOARES, Laura Tavares. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- VASQUEZ, Daniel. *Educação, descentralização e desequilíbrios regionais: os impactos do FUNDEF*. 2003. 186f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.
- VIEIRA, Sofia Lerche. *Políticas internacionais e educação: cooperação ou intervenção?* In: DOURADO, Luiz; PARO, Vitor (orgs). *Políticas públicas e educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001.

MARINHO MESQUITA

MAFUKSONI

MARIO (MARINHO) MESQUITA É UM BRASILEIRO COMO VOCÊ E EU.



MARINHO MESQUITA CUMPRE SUAS OBRIGAÇÕES, PAGA IMPOSTOS, SEPARA O LIXO EM RECIPIENTES DIFERENTES E ESTÁ INDOIGNADO, COMO VOCÊ E EU.



MARINHO MESQUITA ADORA O JORNAL NACIONAL E ASSINA A VEJA DESDE O SEU PRIMEIRO NUMERO.



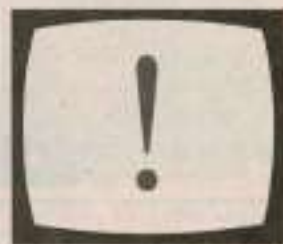
SEUS MAIORES ORGULHOS SÃO TER GRABADO O NOTICARIO GLOBAL DESDE QUE APARECEU O VIDEOCASSETE, EM 1994, E DE TER UMA COLEÇÃO COMPLETA DA REVISTA DE MAIOR CIRCULAÇÃO EM TODO O MUNDO.



MARINHO MESQUITA ACHA QUE SE ALGUMA COISA SAIU NO JORNAL NACIONAL OU SE ESTÁ EM LETRA DE FORMA É PORQUE É VERDADE.



ELE ACREDITA PIAMENTE NO QUE A IMPRENSA DIZ, EMBORA AINDA NÃO TENHA PROCURADO NO DICIONÁRIO O QUE QUER DIZER "PIAMENTE". PARECE UMA PIA QUE MENTE.



MARINHO MESQUITA ESTÁ FICANDO VELHO E CARECA. LAMENTA NÃO PODER MAIS OSTENTAR UMA CABELEIRA IGUAL À DE SEU ETERNO ÍDOLO, CID MOREIRA.



MARINHO MESQUITA DIZ QUE A IMPRENSA ESTÁ AÍ PARA CUMPRIR SEU DEVER CIVICO DE BEM INFORMAR



ELE SOLTA URROS DE INDIGNAÇÃO AO LER O DIOGO MAINARDI. ACHA QUE SE O BRAVO CULONISTA GOVERNASSE O BRASIL, AS COISAS ENTRARIAM NOS EIXOS.



MAS SUAS ESCOLHAS NESTA SEARA SÃO OUTRAS. ELE NÃO ENTENDE COMO ATÉ AGORA O ARNALDO JABOR NÃO LANÇOU SUA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

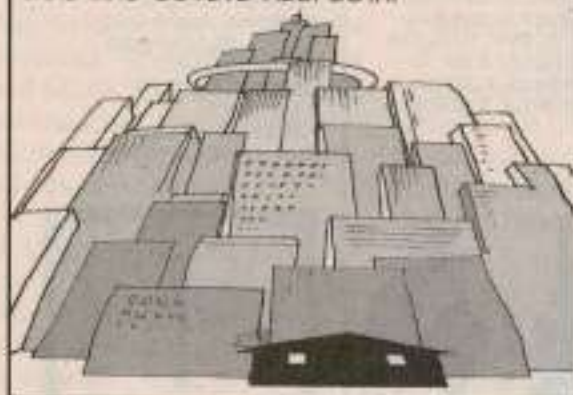


JÁ TEM UM SLOGAN.

CHEGA DE FEDOR, VOTE EM JABOR.



MANDOU CERCA DE TRINTA EMAILS AO CINEASTA-COLUMNISTA, OFERECENDO SUA CASA COMO COMITÊ DE CAMPANHA, MAS NÃO OBTVEU RESPOSTA.



CADA VEZ QUE JABOR APARECE NA TV, SEU PITBULL DE ESTIMAÇÃO, ARTHUR VIRGÍLIO, LATE DE SATISFAÇÃO. NO DIA EM QUE O BERGMAN DOS JARDINS DESANCOU O MST, ARTHUR VIRGÍLIO ENTROU EM TRANSE. GANHOU UMA DOSE EXTRA DE RAÇÃO.

UHO!



MARINHO ACHA QUE TODOS OS POLÍTICOS SÃO CORRUPTORES, QUE A AMÉRICA LATINA ESTÁ TOMADA POR PRESIDENTES-TERRORISTAS E QUE OBAMA É UM NEGRINHO FROUXO.



SE O JABOR NÃO TOPAR CONCORRER, ELE ESPERA QUE LULA LANCE O MEIRELLES PARA PRESIDENTE.



PARA ELE, METADE DA ESQUERDA É MALUCA E A OUTRA METADE SÓ QUER UMA BOGUINHA.



MARINHO MESQUITA ESTÁ PEDINDO PARA A GENTE PARAR DE FALAR



VAI COMEÇAR O JORNAL NACIONAL. VÃO MOSTRAR OS PLANOS DO EVO MORALES PARA INVADIR O BRASIL E ELE NÃO QUER PERDER UMA PALAVRA.



VAI QUE APARECE O FERNANDO HENRIQUE DIZENDO QUE 1550 É INADMISSÍVEL, QUE NÃO PODE ACONTECER E QUE É PRECISO TOMAR PROVIDÊNCIAS... E QUE NA ÉPOCA DELE, NADA DISSO OCORRIA...



MARINHO MESQUITA ESTÁ NERVOSO



BURP!



ARTHUR VIRGÍLIO ACABA DE FAZER COCÔ NO TAPETE DE TANTA EMOÇÃO...



DÁ PRA FICAR QUIETO AÍ, PÔ!



A Velhinha de Taubaté que me desculpe...

MARINHO MESQUITA. O ÚLTIMO BRASILEIRO QUE ACREDITA EM TUDO O QUE SAI NA IMPRENSA

ZÉ END



Antonio Gramsci

MARX E LENIN SEGUNDO O JOVEM GRAMSCI

O nosso Marx*

Somos marxistas? Existem marxistas? Estupidez, somente você é imortal! A questão será provavelmente retomada nestes dias, em função do centenário do nascimento de Marx, e fará correr rios de tinta e de tolices. A retórica vazia e o bizantinismo são uma herança permanente dos homens. Marx não produziu uma doutrinzinha, não é um messias que nos legou uma série de parábolas impregnadas de imperativos categóricos, de normas indiscutíveis, absolutas, fora das categorias de tempo e de espaço. Único imperativo categórico, única norma: "Proletários de todos os países, unam-se!". O dever da organização, a propaganda da obrigação de se organizar e se associar deveria assim ser um critério de discriminação entre marxistas e não marxistas. É muito e muito pouco; quem, então, não seria marxista?

Mas, na verdade, é isto mesmo: todos são marxistas, um pouco, inconscientemente. Marx foi grande, sua ação foi fecunda, não porque inventou a partir do nada, não porque extraiu de sua fantasia uma visão original da história, mas porque nele o fragmentário, o incompleto e o imaturo se tornaram maturidade, sistema e to-

mada de consciência. Sua tomada de consciência pessoal pode se tornar de todos, já se tornou de muitos: por causa disso, ele não é somente um estudioso, mas também um homem de ação; é grande e fecundo tanto na ação como no pensamento, seus livros transformaram o mundo, assim como transformaram o pensamento.

Marx significa ingresso da inteligência na história da humanidade, advento da consciência. Sua obra foi produzida no mesmo período em que se trava a batalha entre Thomas Carlyle e Herbert Spencer sobre a função do homem na história.

Carlyle: o herói, a grande individualidade, mística síntese de uma comunhão espiritual, que conduz os destinos da humanidade para um ponto de chegada desconhecido, evanescente, no quimérico país da perfeição e da santidade.

Spencer: a natureza, a evolução, abstração mecânica e inanimada. O homem átomo de um organismo natural, que obedece a uma lei abstrata enquanto tal, mas que se torna concreta, historicamente, nos indivíduos: a utilidade imediata.



Marx se planta na história com a sólida estatura de um gigante. Não é nem um místico nem um metafísico positivista, mas um historiador, um intérprete dos documentos do passado, de todos os documentos, não apenas de uma parte deles.

Era este o defeito intrínseco das histórias, das investigações sobre os acontecimentos humanos: examinar e levar em conta somente uma parte dos documentos. E esta parte era escolhida não por critérios históricos, mas pelo preconceito partidário, ainda que isso fosse feito inconscientemente e de boa fé. As investigações tinham como fim não a verdade, a exatidão, a recriação integral da vida do passado, mas a ênfase numa determinada atividade, a valorização de uma tese apriorística. A história era apenas domínio das idéias. O homem era considerado como espírito, como pura consciência. Duas consequências errôneas derivavam desta concepção: as idéias valorizadas

eram, com frequência, idéias apenas arbitrarias, fictícias, enquanto os fatos aos quais se dava importância eram mero anedotário, não história. Se foi escrita história, no sentido real da palavra, isso se deveu a intuições geniais de indivíduos isolados, não a uma atividade científica sistemática e consciente.

Com Marx, a história continua a ser domínio das idéias, do espírito, da atividade consciente dos indivíduos isolados ou associados. Mas as idéias, o espírito, ganham substância, perdem sua arbitrariedade, não são mais fictícias abstrações religiosas ou sociológicas. A sua substância está na economia, na atividade prática, nos sistemas e nas relações de produção e de troca. A história como evento é pura atividade prática (econômica e moral). Uma idéia se realiza não enquanto é logicamente coerente do ponto de vista da pura verdade, da pura humanidade (que existe somente como programa, como finalidade ética geral dos homens), mas enquanto encontra na realidade econômica sua justificação, o instrumento para afirmar-se. Para se conhecer com exatidão quais são as finalidades históricas de um país, de uma sociedade, de um agrupamento, é preciso conhecer, antes de mais nada, quais são os sistemas e as relações de produção e de troca daquele país, daquela sociedade. Sem este conhecimento, será possível redigir monografias parciais, dissertações úteis para a história da cultura; será possível recolher reflexos secundários, conseqüências longínquas, mas não se fará história, não se conseguirá apreender o núcleo da atividade prática em toda a sua solidez.

Os ídolos caem de seus altares, as divindades vêm dissipar-se as nuvens de perfumado incenso. O

A busca da substância histórica no sistema e nas relações de produção e de troca, revela que a sociedade dos homens está cindida em duas classes

homem adquire consciência da realidade objetiva, apodera-se do segredo que move a sucessão real dos eventos. O homem conhece a si mesmo, sabe o quanto pode valer sua vontade individual e como ela pode se tornar poderosa na medida em que, obedecendo à necessidade, submetendo-se a ela, termina por dominar a própria necessidade, identificando-a com a finalidade que ele mesmo se propõe. Quem conhece a si mesmo? Não o homem em geral, mas aquele que conhece o jugo da necessidade. A busca da substância histórica, o estabelecimento dessa substância no sistema e nas relações de produção e de troca, revela que a sociedade dos homens está cindida em duas classes. A classe que detém o instrumento de produção já conhece necessariamente a si mesma, tem a consciência (ainda que confusa e fragmentária) de seu poder e de sua missão. Tem finalidades individuais e as realiza através de sua organização, friamente, de modo objetivo, sem se preocupar com o fato de seu caminho estar coberto por corpos extenuados pela fome ou por cadáveres produzidos nos campos de batalha.

A sistematização da causalidade histórica real adquire valor de revelação para a outra classe, torna-se princípio de ordem para

o imenso rebanho sem pastor. O rebanho adquire consciência de si, da tarefa que deve efetivamente cumprir para que essa outra classe se afirme, adquira consciência de que suas finalidades individuais não passarão de puro arbitrio, de pura palavra, de veleidade vazia e pretenciosa enquanto ela não detiver os instrumentos, enquanto a veleidade não se transformar em vontade.

Voluntarismo? A palavra não significa nada, ou é usada no significado de arbitrio. Vontade, do ponto de vista marxista, significa consciência da finalidade, o que, por sua vez, significa noção exata do próprio poder e dos meios para expressá-lo na ação. Significa portanto, em primeiro lugar, distinção, diferenciação da classe, vida política independente daquela da outra classe, organização compacta e disciplinada visando às suas próprias finalidades específicas, sem desvios ou vacilações. Significa impulso retilíneo para a finalidade máxima, sem excursões pelos verdes prados da cordial fraternidade, sem nenhuma ternura pela grama verde e pelas doces declarações de estima e de amor.

Mas é inútil a expressão "do ponto de vista marxista"; aliás, ela pode dar lugar a equívocos e a exageros vazios e verborrágicos. "Marxistas", "do ponto de vista marxista": expressões tão desgastadas como moedas que passaram por várias mãos.

Karl Marx é para nós mestre de vida espiritual e moral, não um pastor brandindo o seu cajado. É aquele que sacode a preguiça mental, que desperta as boas energias que dormiam e que devem ser mobilizadas para o bom combate. É um exemplo de trabalho intenso e tenaz para atingir

a clara honestidade das idéias, a sólida cultura necessária para não dizer palavras vazias, abstrações. É bloco monolítico de humanidade que sabe e pensa, que não pensa duas vezes para falar, que não põe a mão no coração para sentir, mas que constrói rigorosos silogismos que captam a realidade em sua essência e a dominam, que penetram nos cérebros, que fazem ruir as sedimentações de preconceitos e idéias fixas, que fortalecem o caráter moral.

Karl Marx não é para nós nem o bebê que chora em seu berço nem o homem barbudo que apavora os sacristãos. Não é nenhum dos episódios anedóticos de sua

biografia, nenhum gesto brilhante ou grosseiro de sua aparente animalidade humana. É um vasto e sereno cérebro humano, é um momento individual da trabalhosa busca secular que a humanidade empreende para adquirir consciência do seu ser e do seu dever, para apreender o ritmo misterioso da história e dissipar o mistério, para ser mais forte em seu pensamento e em sua ação. É uma parte necessária e integrante de nosso espírito, que não seria o que é se Marx não tivesse vivido, se não tivesse pensado, se não tivesse feito eclodir centelhas de luz com o impacto de suas paixões e de suas idéias, de suas misérias e de seus ideais.

Ao glorificar Karl Marx no centenário de seu nascimento, o proletariado internacional glorifica a si mesmo, sua força consciente, o dinamismo de sua agressividade conquistadora que vai desmontando a dominação do privilégio, preparando-se assim para a luta final que irá coroar todos os esforços e todos os sacrifícios.

Nota

* Sem assinatura, Il grido del popolo, 4 de maio de 1918. Escrito por ocasião do centenário de Marx, nascido em 5 de maio de 1818

Lenin, líder revolucionário*

Todo Estado é uma ditadura. Nenhum Estado pode deixar de ter um governo, formado por um número restrito de pessoas, as quais, por sua vez, organizam-se em torno de um homem dotado de maior capacidade e de maior clarividência. Enquanto houver a necessidade de um Estado, enquanto for historicamente necessário governar os homens, surgirá o problema — qualquer que seja a classe dominante — de ter líderes, de ter um "líder". Há socialistas que, embora ainda se digam marxistas e revolucionários, afirmam querer a ditadura do proletariado, mas não a ditadura dos "líderes"; não querem que o comando se individualize, se personalize. Ou seja: afirmam querer a ditadura, mas não na forma em que ela é historicamente possível. Isso revela por si só toda uma orientação política, toda uma preparação teórica "revolucionária".

Na questão da ditadura proletária, o problema essencial não é o da personificação física da função de comando. O problema essencial consiste na natureza das relações que os líderes ou o líder têm com o Partido da classe operária, das relações que existem entre este Partido e a classe operária. Tais relações são puramente hierárquicas, de tipo militar, ou são de caráter histórico e orgânico? O líder, o Partido são elementos da classe operária, são uma parte desta classe, representam seus interesses e aspirações mais profundas e vitais, ou são uma simples excrescência, algo imposto simplesmente pela violência? Como este Partido se formou, como se desenvolveu, através de que processos ocorreu a seleção dos homens que o dirigem? Por que se tornou o Partido da classe operária? Isso ocorreu por acaso? O problema envolve todo



o desenvolvimento histórico da classe operária, que lentamente se constitui na luta contra a burguesia, registra algumas vitórias, sofre muitas derrotas; e não só o desenvolvimento da classe operária de um país, mas da classe operária mundial em seu conjunto, com suas diferenciações superficiais, ainda que importantes em cada momento concreto, mas também com sua substancial unidade e homogeneidade.

O problema converte-se naquele da vitalidade do marxismo. Trata-se de saber se o marxismo é ou não a interpretação mais segura e profunda da natureza e da his-

tória, se é ou não capaz de dar à intuição genial do político um método infalível, um instrumento de extrema precisão para explorar o futuro, para prever os eventos de massa, para dirigi-los e, portanto, dominá-los.

O proletariado internacional teve e ainda tem o exemplo vivo de um partido revolucionário que exerce a ditadura da classe. Teve e não tem mais, desgraçadamente, o exemplo vivo mais característico e expressivo de um líder revolucionário: o companheiro Lenin.

O companheiro Lenin foi o iniciador de um novo processo de desenvolvimento da história, mas o foi por ser também o expoente e o último momento mais individualizado de todo um processo de desenvolvimento da história passada, não só da Rússia, mas do mundo inteiro. Foi por acaso que ele se tornou o líder do Partido Bolchevique? Foi por acaso que o Partido Bolchevique se tornou o partido dirigente do proletariado russo e, portanto, da nação russa? A seleção durou trinta anos, foi trabalhosíssima, assumiu com freqüência as formas aparentemente mais estranhas e absurdas. Teve lugar no terreno internacional, em contato com as mais avançadas civilizações capitalistas da Europa Central e Ocidental, na luta entre os partidos e frações que formavam a IIª Internacional antes da guerra. Prosseguiu no seio da minoria do socialismo internacional, que permaneceu pelo menos parcialmente imune ao contágio socialpatriótico. Foi retomada na Rússia quando da luta para conquistar a maioria do proletariado, para compreender e interpretar as necessidades e aspirações de uma numerosíssima classe camponesa, dispersa num imenso território.

O Partido Comunista Russo, com seu líder Lenin, ligou-se de tal modo a todo o desenvolvimento do proletariado russo, que não é possível nem mesmo imaginar um sem o outro

Continua ainda, a cada dia, porque a cada dia é preciso compreender, prever, prover. Essa seleção foi uma luta de frações, de pequenos grupos; foi luta individual. Significou cisões e unificações, detenções, exílio, prisão, atentados; foi resistência contra o desencorajamento e o orgulho; significou passar fome quando se tinha à disposição milhões em ouro; significou conservar o espírito de um simples operário mesmo quando se estava sentado no trono do czar. Significou não desesperar até mesmo quando tudo parecia perdido, mas recomençar, com paciência, com tenacidade, mantendo todo o sangue frio e o sorriso nos lábios, quando os outros perdiam a cabeça. O Partido Comunista Russo, com seu líder Lenin, ligou-se de tal modo a todo o desenvolvimento do proletariado russo e, portanto, ao desenvolvimento de toda a nação russa, que não é possível nem mesmo imaginar um sem o outro, o proletariado como classe dominante sem que o Partido Comunista fosse partido de governo e, assim, sem que o Comitê Central do Partido fosse o inspirador da política do governo, sem que Lenin fosse o chefe de Estado. A própria

afirmação da grande maioria dos burgueses russos — “uma república liderada por Lenin, mas sem o Partido Comunista, seria também o nosso ideal” — tinha um grande significado histórico. Era a prova de que o proletariado exercia não apenas uma dominação física, mas dominava também espiritualmente. No fundo, confusamente, também o burguês russo compreendia que Lenin não poderia ter se tornado e não poderia ter se mantido como chefe de Estado sem a dominação do proletariado, sem que o Partido Comunista fosse partido de governo: sua consciência burguesa de classe ainda o impedia de reconhecer que, além da derrota física, imediata, sofrera também uma derrota ideológica e histórica. Mas a dúvida já havia se instalado: e é essa dúvida que se expressa na frase acima citada.

Uma outra questão se apresenta. É possível que hoje, no período da revolução mundial, existam “líderes” fora da classe operária, líderes não marxistas, que não estejam estreitamente ligados à classe que encarna o desenvolvimento progressista de todo o gênero humano? Temos na Itália o regime fascista, liderado por Benito Mussolini; temos uma ideologia oficial na qual o “líder” é divinizado, declarado infalível, apregoado como organizador e inspirador de um Sacro Império Romano renascido. Vemos diariamente impressos nos jornais dezenas e centenas de telegramas de homenagem das várias tribos locais ao “líder”. Vemos as fotografias: a máscara mais endurecida de um rosto que já havíamos visto nos comícios socialistas. Conhecemos tal rosto: conhecemos aquele modo de girar os olhos nas órbitas, o qual, com sua ferocidade mecânica, tinha outra o objetivo de amedrontar a

burguesia, enquanto hoje visa a amedrontar o proletariado. Conhecemos aquele punho sempre fechado em sinal de ameaça. Conhecemos todo este mecanismo, toda esta parafernália — e compreendemos que possam impressionar e fazer disparar o coração da juventude das escolas burguesas. Trata-se de algo realmente impressionante, até mesmo quando visto de perto. Causa espanto. Mas “líder”? Assistimos à semana vermelha de junho de 1914. Mais de três milhões de trabalhadores estavam nas ruas, convocados por Benito Mussolini, que há cerca de um ano, desde o massacre de Roccagorga, os havia preparado para este dia, com todos os meios oratórios e jornalísticos de que dispunha o líder do Partido Socialista de então, ou seja, Benito Mussolini: meios que iam das charges de Scalarini ao grande processo no Tribunal de Milão¹. Três milhões de trabalhadores foram às ruas, mas faltou o “líder”, que era Benito Mussolini. Faltou como “líder”, não como indivíduo, já que contam que, como indivíduo, ele era corajoso, tendo enfrentado em Milão os cordões de isolamento e os mosquetes dos carabinieri. Faltou como “líder” porque não era líder; porque, como ele mesmo confessou, não conseguia triunfar — no seio da direção do Partido Socialista — nem mesmo contra as miseráveis intrigas de Arturo Vella e Angelica Balabanoff² [186].

Mussolini era então, tal como hoje, o tipo concentrado do pequeno burguês italiano: raivoso, mistura feroz de todos os detritos deixados no solo nacional por vários séculos de dominação dos estrangeiros e dos padres. Não podia ser líder do proletariado; tomou-se ditador da burguesia, de uma classe que gosta das faces ferozes quando volta a ser borbônica, que espera ver na classe

operária o mesmo terror que ela sentia diante daquele girar de olhos e daquele ameaçador punho fechado.

A ditadura do proletariado é expansiva, não repressiva. Nela se verifica um contínuo movimento de baixo para cima, um contínuo intercâmbio através de todas as capilaridades sociais, uma contínua circulação de homens. O líder que hoje pranteamos encontrou uma sociedade em decomposição, uma poeira humana sem ordem nem disciplina, já que em cinco anos de guerra secara a produção que surge de toda a vida social. Tudo foi reorganizado e reconstruído, desde a fábrica até o governo, sob a direção e o controle do proletariado, ou seja, com os meios de uma classe recém-chegada ao governo e à história.

Benito Mussolini conquistou o governo e o mantém por meio da mais violenta e arbitraria repressão. Não teve de organizar uma classe, mas somente o pessoal de uma administração. Desmontou algumas engrenagens do Estado, mais para ver como eram feitas e para aprender como usá-las do que por uma real necessidade. Sua doutrina está toda contida na máscara física, no modo de girar os olhos nas órbitas, no punho fechado sempre ameaçador...

Roma não desconhece estes cenários poeirentos. Ela viu Rômulo, viu César Augusto e, quando do seu declínio, viu Rômulo Augusto.

Notas

* Publicado, inicialmente sem assinatura, in *L'Ordine Nuovo*, terceira série, 1º de março de 1924, por ocasião da morte de Lenin, com o título “Líder”. Republicado, com a assinatura de Antonio Gramsci e com o título aqui uti-

lizado, in *L'Unità*, 6 de novembro de 1924. Em CPC, 12-16

1. Recordemos brevemente os fatos da biografia de Mussolini aqui mencionados por Gramsci. Membro da direção do PSI a partir de 1912, Mussolini tornou-se editor-chefe do *Avanti!* em dezembro do mesmo ano. Em janeiro de 1913, teve lugar o massacre de Roccagorga, no Lácio, quando dezenas de operários agrícolas em greve foram assassinados e feridos. Mussolini liderou então, a partir do *Avanti!*, uma intensa campanha em favor de uma greve geral, que não só silenciou a ala reformista do PSI, mas também permitiu que ele se apresentasse como “criador” da greve geral de junho de 1913. Em junho de 1914, ocorreram os eventos conhecidos como “semana vermelha”. Mussolini também se apresentou como inspirador do movimento. Nesse meio tempo, ele respondeu a um processo no Tribunal de Milão, no qual foi absolvido; mas o processo contribuiu para aumentar sua popularidade. [Nota do tradutor]

Giuseppe Scalarini (1873-1948) era, desde 1911, o principal chargista do *Avanti!*

2. A. Vella e A. Balabanoff eram dirigentes da corrente maximalista do PSI. [N. do T.]



Rosa Luxemburg

A REVOLUÇÃO RUSSA

A Revolução Russa é, incontestavelmente, o fato mais considerável da guerra mundial. A maneira como explodiu, seu radicalismo sem exemplo, sua ação duradoura, tudo refuta admiravelmente o argumento sem o qual a social democracia alemã tem se esforçado, desde o início, em justificar a campanha de conquista do imperialismo alemão, a saber, a missão reservada às baionetas alemãs de derrubar o czarismo e libertar os povos por ele oprimidos. As proporções formidáveis atingidas pela revolução na Rússia, a ação profunda pela qual subverteu todos os valores de classe, desenvolveu todos os problemas econômicos e sociais e passou, numa marcha conseqüente, com a fatalidade de um processo lógico, por assim dizer, só primeiro estágio da república burguesa a estádios cada vez mais elevados — não tendo sido a queda do czarismo neste processo mais do que um pequeno episódio, quase uma bagatela — tudo demonstra de modo claro como o dia que a libertação da Rússia não foi obra da guerra e da derrota militar do czarismo, das “baionetas alemãs em punhos alemãs”, como dizia Kautsky, mas que ela possuía raízes profundas na própria Rússia. Não foi a aventura guerreira do Imperialismo alemão, sob o escudo Ideológico

da social democracia alemã, que provocou a revolução na Rússia. Ao contrário, esta não fez senão interrompê-la por algum tempo, em seu início, depois da primeira vaga dos anos de 1911-1913, criando-lhe em seguida as mais difíceis e anormais condições.

Para todo observador que reflita, este curso das coisas é

a Revolução
Russa, fruto do
entrelaçamento das
relações internacionais
e da questão agrária,
não pode caber no
quadro da sociedade
burguesa

mais um argumento contra toda a teoria defendida por Kautsky e todo o Partido Social Democrata Alemão, segundo a qual a Rússia, país economicamente atrasado, agrícola em sua maior parte, não estaria ainda madura para a revolução social. Esta teoria que não admite como possível na Rússia senão uma revolução burguesa, do que decorre, por conseguinte, para os socialistas deste país, a necessidade de colaborar com o liberalismo

burguês, é também a da ala oportunista do movimento operário russo dos mencheviques, dirigidos por Dan e Axelrod. Uns e outros, os oportunistas russos como os oportunistas alemães, concordam inteiramente com os socialistas governamentais da Alemanha nesta maneira de compreender a Revolução Russa. Segundo eles, a Revolução russa não deveria ter ultrapassado o estágio que, na imaginação da social democracia, o Imperialismo alemão estabeleceu como o fim nobre da guerra, a saber, a derrubada do czarismo. Se ela foi além, se ela se impôs como tarefa a ditadura do proletariado, tal aconteceu, segundo esta doutrina, por simples erro da ala radical do movimento operário russo, dos bolcheviques, e todas as amarguras que em seguida a revolução conheceu, todas as dificuldades que encontrou, não são mais do que as conseqüências desse erro. Teoricamente, esta doutrina, que o “Vorwaerts” apresenta como fruto do pensamento “marxista”, chega a esta original descoberta “marxista” de que a revolução social, isto é, uma questão nacional é, por assim dizer, doméstica de cada Estado em particular. Na fumaça azul de seu esquema abstrato, Kautsky sabe naturalmente descrever com detalhes as relações econômicas mundiais do capital, que fazem de todos os Estados modernos um organismo indivisi-

vel. Mas a Revolução Russa, fruto do entrelaçamento das relações internacionais e da questão agrária, não pode caber no quadro da sociedade burguesa. Praticamente, esta doutrina tende a ressaltar a responsabilidade do proletariado internacional e, em primeiro lugar, do proletariado alemão, no que concerne à sorte da Revolução Russa, a negar, numa palavra, as conexões internacionais desta revolução. Na realidade, a guerra e a revolução russa demonstraram não a falta de maturidade da Rússia, mas a incapacidade do proletariado alemão de preencher sua missão histórica. Ressaltar este fato com toda a nitidez desejável é o primeiro dever de um estudo crítico da Revolução Russa. Contando com a revolução mundial do proletariado, os bolcheviques deram precisamente o testemunho mais brilhante de sua inteligência política, de sua fidelidade aos princípios e da audácia de sua política. É nisto que se manifestam os progressos formidáveis realizados pelo desenvolvimento capitalista no decurso da última década. A revolução de 1905-1907 não encontrou senão um fraco eco na Europa. Isto porque ela não podia ser senão um começo. A continuação e o fim estavam ligados ao desenvolvimento europeu.

É claro que só uma crítica aprofundada, e não uma apologia superficial, pode tirar de todos estes fatos o tesouro de ensinamentos que ele comportam. Seria, com efeito, uma loucura crer que no primewiro ensaio de importância mundial de ditadura do proletariado, e isto nas condições mais difíceis que se pode imaginar, em meioda desordem e do caos de uma conflagração mundial, sob a constante ameaça de uma intervenção militar

por parte da potência mais reacionária da Europa, e em face da carência completa do proletariado internacional, seria uma loucura, digo, crer que nesta primeira experiência de ditadura do proletariado, realizada em condições tão anormais, tudo que se faz ou não se faz na Rússia seja o cúmulo da perfeição. Bem ao contrário, a compreensão mais elementar da política socialista e de suas condições históricas necessárias obriga a admitir que, em condições tão desfavoráveis, o idealismo mais gigantesco e a energia revolucionária mais firme não podem realizar nem a democracia, nem o socialismo, mas apenas fracos rudimentos de um e de outro.

Compreender bem este fato com todas as suas profundas conseqüências é um dever elementar para os socialistas de todos os países, pois não é senão por uma tão penosa compreensão que se pode medir toda a responsabilidade do proletariado internacional no que concerne à sorte da Revolução Russa... Por outro lado, não é senão desta maneira que aparece a importância decisiva da ação internacional da revolução proletária como uma condição essencial, sem a qual os maiores esforços e os mais sublimes sacrifícios do proletariado de um só país devem inevitavelmente tornar num turbilhão de contradições e de erros.

Não resta, aliás, nenhuma dúvida de que foi com as maiores hesitações que Lênin e Trotsky, os cérebros eminentes que dirigem a Revolução Russa, deram mais de um passo decisivo em seu caminho espinhoso, semeado de ciladas por toda a parte, e nada estaria mais distante de seus espíritos do que ver a Inter-

nacional aceitar como modelo supremo de política socialista, dando lugar apenas à admiração beata e à imitação servil, tudo que precisaram fazer ou deixar de fazer, constrangidos, dos acontecimentos.

Seria um erro crer que um exame crítico das vias até aqui seguidas pela Revolução Russa seja de natureza a abalar o prestígio do proletariado russo, cujo fascinante exemplo não poderia, por si só, vencer a inércia das massas operárias alemãs. Nada mais falso. O despertar da combatividade revolucionária do proletariado alemão não poderia ser provocado conforme o método da social democracia alemã por meio de sugestão coletiva, cegada pela fé em alguma autoridade infalível, seja a de suas próprias instâncias, seja a do exemplo russo. Não é criando um entusiasmo artificial, mas, ao contrário, só fazendo o proletariado alemão compreender a terrível gravidade e a complexidade das tarefas a cumprir, desenvolvendo sua maturidade política e sua capacidade de julgamento (que a social democracia esforçou-se sistematicamente em abafar, por longos anos e sob os pretextos mais diversos), que ele poderá elevar-se à altura de preencher sua missão histórica. Entregar-se a um estudo crítico da revolução, sob todos os seus aspectos, é o melhor meio de educar a classe operária, tando alemã como internacional, diante das tarefas que lhes impõe a atual situação.

II

O Partido Bolchevique, força motriz da revolução Russa

O primeiro período da Revolução Russa, desde sua

explosão em março até o golpe de Estado em outubro, corresponde exatamente, em seu curso geral, ao esquema de desenvolvimento tanto da Revolução Inglesa como da Revolução Francesa. Esta é a forma típica do desenvolvimento de todo o grande primeiro choque das forças revolucionárias, criadas no seio da sociedade burguesa, contra as cadeias da velha sociedade. Seu desenvolvimento se processa naturalmente seguindo uma linha ascendente, partindo de um começo moderado até fins cada vez mais radicais e, paralelamente, da colaboração das classes e dos partidos à dominação exclusiva do partido mais radical.

No começo, em março de 1917, a revolução foi dirigida pelos "K.D.", isto é, pela burguesia liberal. A primeira vaga da onda revolucionária arrastou tudo. A quarta Duma, o produto mais reacionário do mais reacionário dos sistemas eleitorais, o das quatro classes, procedente do golpe de Estado, transformou-se de um dia para o outro em um órgão da revolução. Todos os partidos burgueses, inclusive a direita nacionalista, formaram de repente um só bloco contra o absolutismo. Este se desmoronou ao primeiro choque, quase sem luta, como um órgão carcomido a que basta tocar com o dedo para fazê-lo tombar. Do mesmo modo, foi quebrada em algumas horas a breve tentativa da burguesia liberal para salvar, pelo menos, a dinastia e o trono. A onda impetuosa dos acontecimentos submergiu, em alguns dias, territórios que a Revolução Francesa levou dezenas de anos para conquistar. Parecia que a Rússia realizava os resultados de um século de desenvolvimento europeu e que, antes de tudo, a

Não havia nenhuma dúvida de que estas duas questões, a da paz e a da terra, estavam ligadas ao próprio destino da burguesia política, da República

revolução de 1917 era uma continuação direta da de 1905-1907 e não um presente dos "libertadores" alemães. Em suma, a revolução retomava em março de 1917 o ponto exato em que a precedente tinha interrompido a sua obra, dez anos antes. A república Democrática foi o produto inteiramente acabado, já amadurecido, do primeiro assalto da Revolução. Começou então a segunda etapa, a mais difícil. Desde o começo, a força motriz da revolução foi o proletariado das cidades. Mas suas reivindicações estavam longe de serem satisfeitas pela instalação da democracia política, pois tocavam, antes de tudo, a questão palpitante da política internacional: a paz imediata. Ao mesmo tempo, a revolução precipitou-se sobre a massa do exército, que levantou a mesma reivindicação de uma paz imediata, e sobre a massa de camponeses, que pôs em primeiro plano a questão agrária, "pivot" da revolução desde 1905. A paz imediata e a terra: com estas duas palavras de ordem, a cisão interior do bloco revolucionário estava feita. A primeira estava em contradição absoluta com as tendências imperialistas da burguesia liberal, cujo porta-

voz era Milliukov. A segunda, verdadeiro espectro para a ala direita da burguesia, a nobreza latifundiária, era como um atentado à sacrossanta propriedade individual, um ponto para o conjunto das classes possuidoras. Foi assim que, no dia seguinte mesmo ao da primeira vitória da revolução, começou em seu seio uma luta em torno destas duas questões palpitantes: a paz e a questão agrária. A burguesia liberal começou uma tática de despistamento e de evasivas. As massas operárias, o exército e os camponeses exerciam uma pressão cada vez mais forte. Não havia nenhuma dúvida de que estas duas questões, a da paz e a da terra, estavam ligadas ao próprio destino da burguesia política, da República. As classes burguesas que deixaram-se arrastar até a forma de Estado republicano, começaram a procurar, atar, a contra-revolução. A marcha dos cossacos de Kaledine sobre Petrogrado foi uma expressão nítida dessa tendência. Se esse primeiro assalto tivesse sido coroado de êxito, tudo estaria perdido, não somente para a questão da paz e a questão agrária, mas também para a própria democracia. Uma ditadura militar, exercendo um regime de terror sobre o proletariado e, em seguida, o retorno à monarquia teriam sido suas consequências inevitáveis. Pode-se, por isto, ver como é utópica e, no fundo, reacionária, a tática seguida pelos socialistas russos da tendência Kautsky, os mencheviques.

Aferrados à sua ficção do caráter burguês da Revolução Russa — pois a Rússia não está ainda madura para a revolução social —, eles se agarram desesperadamente à colaboração com os liberais burgueses, isto é, a

união forçada dos elementos que, separados pela marcha lógica interna do desenvolvimento revolucionário, tinham já entrado em violenta oposição. Os Axelrod, os Dan queriam a todo custo colaborar com as classes e os partidos que, precisamente, ameaçavam com os maiores perigos a revolução e sua primeira conquista, a democracia.

Nesta situação, foi à tendência bolchevique que coube o mérito histórico de haver proclamado, desde o princípio, e de ter seguido com uma lógica de ferro a única tática que poderia salvar a democracia e levar a revolução para a frente. Todo o poder às massas operárias e camponesas, todo o poder aos soviéticos — eis, com efeito, o único meio de sair da dificuldade em que se encontrava a revolução, eis o golpe de espada que poderia cortar o nó górdio, tirar a revolução do impasse e abrir-lhe um campo de desenvolvimento ilimitado. O partido de Lênin foi, assim, o único na Rússia que compreendeu os verdadeiros interesses da revolução neste primeiro período.. Foi sua força motriz, como único partido que seguiu uma política realmente socialista.

É isto também o que explica porque os bolcheviques, inicialmente minoria caluniada e acuada por toda parte, foram em pouco tempo impelidos para a frente do movimento e puderam reunir sob sua bandeira toda a massa verdadeiramente popular: o proletariado das cidades, o exército, o campesinato e, ainda, os elementos revolucionários da democracia, a saber, a ala esquerda dos socialistas revolucionários.

No fim de alguns meses a situação real da Revolução Russa re-

sumia-se na alternativa seguinte: a vitória da contra-revolução ou a ditadura do proletariado; Kaledine ou Lênin. É esta a situação que surge rapidamente em cada revolução, uma vez dissipada a primeira embriaguês da vitória, e que na Rússia, resultou das questões palpitantes da paz e da terra, para as quais não havia solução possível nos quadros da revolução burguesa.

A Revolução russa não fez com isso senão confirmar o ensinamento fundamental de toda grande revolução, cuja lei é a seguinte: ou ir para a frente rápida e resolutamente, abater com mão de ferro todos os obstáculos e levar seus objetivos o mais longe possível ou ser atirada para trás de seu ponto de partida e ser esmagado pela contra-revolução. Parar, marcar passo, contentar-se com os primeiros resultados é impossível numa revolução. E quem quiser transportar para a luta revolucionária as pequenas habilidades da luta parlamentar mostra unicamente que ignora não só a psicologia, a lei profunda da revolução, mas também todos os ensinamentos da história.

O curso da Revolução Inglesa, desde que explodiu em 1642, mostra como a lógica das coisas levou a esse resultado, que adveio precisamente das tergiversações lamentáveis dos presbiterianos. A guerra conduzida com hesitação contra o exército real — guerra em que os chefes presbiterianos evitaram propositalmente uma batalha decisiva e uma vitória sobre Carlos I — obrigou os Independentes a expulsá-los do parlamento e a tomar o poder. Assim como, no seio do exército dos independentes, a massa pequeno-burguesa dos soldados, os "Niveladores"

de Liburn, constituiu a força de choque de todo o movimento independente, os elementos proletários da massa dos soldados, os mais radicais do "Digger", representaram, por sua vez, o fermento do partido democrático dos "Niveladores". Sem a ação exercida pelos elementos revolucionários proletários sobre a massa dos soldados, sem a pressão da massa democrática dos soldados sobre a camada inferior burguesa do partido dos Independentes, não teria havido nem "depuração" do Grande Parlamento, nem vitória sobre o exército dos cavaleiros e sobre os escoceses, nem processo e execução de Carlos I, nem supressão da Câmara dos Lordes e proclamação da República.

Que se passou durante a Revolução Francesa? Depois de quatro anos de lutas, a tomada do poder pelos jacobinos apareceu como o único meio de salvar as conquistas da Revolução, realizar a República, destruir o feudalismo, organizar a defesa revolucionária, tanto no interior como no exterior, abafar as conspirações da contra-revolução e estender por toda a Europa a vaga revolucionária vinda da França.

Kautsky e seus correligionários políticos russos, que queriam que a revolução Russa conservasse o caráter burguês inicial, fazem perfeita parelha com os liberais alemães e ingleses do século passado que distinguiam na Revolução francesa dois períodos bem distintos: o "bom", dos girondinos, e o "mau". Defendendo uma concepção inteiramente plana da história, eles não podem naturalmente compreender que, sem o golpe de Estado dos jacobinos, mesmo as primeiras conquistas tímidas

e incompletas da fase girondina teriam ficados logo soterrados sob as ruínas da revolução, e que a única possibilidade real, fora da ditadura jacobina, tal como a colocou a marcha inexorável do desenvolvimento histórico em 1793, era não mais uma democracia "moderada", mas a restauração dos Bourbons! Em nenhuma revolução pode-se observar o "justo meio", pois sua lei natural exige uma decisão rápida. De duas, uma: ou a locomotiva subirá a encosta histórica a todo vapor ou, arrastada pelo próprio peso, descerá pelo declive até seu ponto de partida, levando consigo para o abismo quantos tentarem detê-la a meio do caminho com suas fracas forças. Assim se explica que, em toda revolução, o único partido capaz de tomar o poder é aquele que tem a coragem de lançar a palavra de ordem mais radical e de tirar desta todas as consequências. Assim se explica o papel lamentável dos mencheviques russos, de Dan, Tseretelli, etc., que, depois de terem exercido uma enorme influência sobre as massas, foram ignomiosamente varridos da cena, após um longo período de oscilações.

O partido de Lênin foi o único que compreendeu o dever de um partido verdadeiramente revolucionário e que, por sua palavra de ordem "Todo o poder aos operários e camponeses!", assegurou a marcha da revolução. Os bolcheviques colocaram também, imediatamente, como objetivo da tomada do poder, o mais avançado programa revolucionário: não defesa da democracia burguesa, mas ditadura do proletariado para a realização do socialismo. Adquiriram, assim, diante da história, o mérito imperecível de terem proclamado pela primeira vez o objetivo

O partido de Lênin foi o único que compreendeu o dever de um partido verdadeiramente revolucionário e assegurou a marcha da revolução

final do socialismo como um programa imediato da política prática. Tudo que, num momento histórico, um partido pode dar em matéria de coragem, de energia, de compreensão revolucionária e de consequência, Lênin, Trotsky e seus camaradas realizaram plenamente. A honra e a capacidade da ação revolucionária, que tanta falta fizeram à social democracia, são neles encontradas. Neste sentido, sua insurreição de outubro não salvou somente a Revolução Russa, mas também a honra do socialismo internacional.

III

Duas palavras de ordem pequeno-burguesas: partilha das terras e direito dos povos de disporem de si mesmos

Os bolcheviques são os herdeiros históricos dos Niveladores ingleses e dos Jacobinos franceses. Mas a tarefa que lhes coube na Revolução Russa, no dia seguinte ao da tomada do poder, foi incomparavelmente mais difícil do que a de seus antecessores. (Importância da questão agrária, desde 1905. Depois a terceira Duma, os camponeses de direita! Questão camponesa

e defesa nacional. Exército.) Certamente, a palavra de ordem da tomada e partilha das terras pelos camponeses era a fórmula mais sumária, mais simples e lapidar, para atingir um duplo fim: 1) destruir a grande propriedade latifundiária; 2) ligar os camponeses ao governo revolucionário. Como medida política para reforçar o governo socialista proletário era uma tática excelente. Infelizmente, ela tinha duas faces e seu reverso, a tomada e partilha das terras pelos camponeses, não tinha absolutamente nada de comum com o socialismo.

A transformação socialista da economia supõe, no que concerne à agricultura, duas coisas. Primeiramente, nacionalização da grande propriedade, pois, apresentando o grau tecnicamente mais avançado da concentração dos meios de produção agrícola, ela é a única que pode servir de base para a economia socialista nos campos. Se, bem entendido, não é preciso tirar do pequeno lavrador seu pedaço de terra, deixando-lhe calmamente o trabalho de se convencer por si mesmo das vantagens da exploração coletiva, conquistando-o, primeiro, para o grupo cooperativo e, depois, para o sistema de exploração coletiva, toda transformação socialista da economia agrícola deve começar, naturalmente pela grande e média propriedade. Ela deve transferir, antes de tudo, o direito de propriedade à nação ou, o que vem a ser o mesmo com um governo socialista, ao Estado, pois só isso garante a possibilidade de organizar a produção agrícola em bases socialistas.

Em segundo lugar, uma das condições indispensáveis dessa transformação é a de suprimir

a oposição entre a agricultura e a indústria, que constitui o traço característico da sociedade burguesa, para dar lugar a uma penetração e fusão completa desses dois ramos da produção, a uma transformação, tanto na produção agrária como da produção industrial, segundo um ponto de vista comum. De qualquer maneira que seja praticamente organizada a gestão, seja confiada às municipalidades, como propõem alguns, seja ao Estado, em qualquer caso, a condição preliminar é a reforma realizada de modo unitário e dirigida pelo centro, que suponha a nacionalização do solo. Nacionalização da grande e média propriedade, união da indústria e da agricultura, eis as condições fundamentais de toda transformação socialista da economia, sem as quais não há socialismo.

Que o governo dos soviéticos, na Rússia, não tenha realizado tais reformas consideráveis, poderá alguém recriminá-lo por isso? Seria um gracejo de mau gosto exigir ou esperar que, no curto período de seu domínio, no turbilhão vertiginoso das lutas interiores e exteriores, premidos por todos os lados por inúmeros inimigos e por resistências insuperáveis, Lênin e seus amigos resolvessem um dos problemas mais difíceis, podemos mesmo dizer o mais difícil da transformação socialista, ou, simplesmente, atacá-los por isso. Quando estivermos no poder, mesmo no ocidente e nas condições mais favoráveis, quebraremos mais de um dente nesta noz, antes mesmo de ter resolvido a mais simples dentre as mil dificuldades complexas dessa tarefa gigantesca.

Em todo caso, porém, há uma coisa que deve fazer um gover-

no socialista no poder: tomar medidas que estejam no sentido dessas condições fundamentais da transformação socialista da agricultura. Deve evitar tudo que barre a via a essa transformação. Ora, a palavra de ordem lançada pelos bolcheviques — tomada imediata e partilha das terras pelos camponeses — devia agir exatamente no sentido inverso, pois não é apenas uma medida não socialista, mas, ainda, uma barreira na via de acesso para o socialismo, acumulando dificuldades insuperáveis diante da transformação socialista da agricultura. A tomada das terras pelo camponeses, conforme a palavra de ordem sumária e lapidar de Lênin e seus amigos — "Ide e tomai as terras!" — conduzia à passagem súbita e caótica da grande propriedade latifundiária não à propriedade social, mas a uma nova propriedade privada; e isto pelo retalhamento da grande propriedade em uma multidão de pequenas e médias propriedades, da grande exploração relativamente avançada em uma quantidade de pequenas explorações primitivas, trabalhando, do ponto de vista técnico, com os métodos da época dos Faraós. Mas não é tudo: com esta medida e a maneira caótica, puramente arbitraria, como foi aplicada, as diferenças sociais no campo não foram suprimidas, mas, ao contrário, agravadas. Ainda que os bolcheviques tenham recomendado aos camponeses que formassem comitês para realizar a tomada de posse das terras da nobreza, o que seria de algum modo uma ação coletiva, é claro que esse conselho de caráter inteiramente geral nada podia mudar na prática real e nas relações de classe no campo. Com ou sem comitê, os camponeses ricos e os usuários, que representam a

burguesia rural e detêm o poder efetivo em todas as vilas russas, foram, na realidade, os principais aproveitadores da revolução agrária. Mesmo sem ver com os próprios olhos, qualquer um pode saber que o resultado da partilha das terras não foi a supressão, mas, ao contrário, o aumento da desigualdade social e econômica e do agravamento dos antagonismos de classe no seio do campesinato. Esse deslocamento de forças fez-se em detrimento dos interesses proletários e socialistas. Antes, uma reforma socialista no campo chocar-se-ia unicamente com a resistência de uma pequena casta de grandes proprietários latifundiários, tanto nobres como capitalistas, e com uma pequena fração da burguesia rural, cuja expropriação por uma massa popular revolucionária não seria senão uma brincadeira de criança. Agora, após a tomada de posse das terras pelos camponeses, o inimigo que se ergue contra toda socialização da agricultura é uma massa enorme, consideravelmente aumentada, de camponeses proprietários, que defenderão com todas as forças suas propriedades recentemente adquiridas contra todos os ataques do poder socialista. Agora, a questão da socialização futura da agricultura e, por conseguinte, da produção na Rússia tornou-se uma questão de luta entre o proletariado das cidades e a massa camponesa. A que ponto chegou hoje esse antagonismo mostra o boicote das cidades por parte dos camponeses, que conservam em seu poder os gêneros alimentícios a fim de poder obter lucros exorbitantes, exatamente como fazem os abutres prussianos.

O pequeno proprietário camponês da França tor-

nou-se o mais vigilante defensor da Revolução Francesa, que lhe tinha dado a terra tirada dos emigrados. Como soldado de Napoleão, ele levou a bandeira francesa à vitória, percorreu a Europa inteira em todos os sentidos e destruiu o feudalismo de país em país. Talvez Lênin e seus amigos tenham esperado efeito semelhante de sua palavra agrária. Mas o compo-nês russo, tendo tomado a terra por sua própria conta, jamais sonhou em defender a Rússia e a revolução, à qual devia a sua terra. Em cerrou-se em sua nova propriedade, abandonando a a revolução aos seus inimigos, o Estado à ruína e a população das cidades à fome.

A reforma agrária de Lênin criou para o socialismo, nos campos, uma nova e poderosa camada de inimigos, cuja resistência será bem mais perigosa e obstinada do que foi a da aristocracia latifundiária.

Se a derrota militar completou a ruína e o desmoronamento da Rússia, cabe, inquestionavelmente, aos bolcheviques uma parte da responsabilidade. Os bolcheviques agravaram as dificuldades objetivas da situação com as palavras de ordem, que colocaram no primeiro plano de sua política o direito dos povos de disporem de si mesmos, ou, o que na realidade se escondia sob essa palavra de ordem, o desmembramento da Rússia. Essa fórmula proclamava constantemente com uma obstinação dogmática — o direito das diversas nações do Império russo de decidir elas mesmas sobre sua sorte, "compreendida mesmo sua completa separação da Rússia" — era um particular grito de guerra de Lênin e seus amigos em luta contra o imperialismo, tanto de

A reforma agrária de Lênin criou para o socialismo, nos campos, uma nova e poderosa camada de inimigos

Millukov como de Kerensky. Ela foi o eixo de sua política interior, depois do golpe de Estado de outubro. Constituiu toda a plataforma dos bolcheviques em Brest-Litovsk, a única arma que tiveram para opor ao poderio do imperialismo alemão.

O que choca, em primeiro lugar, na obstinação e na pertinácia com que Lênin e seus amigos se mantiveram nessa palavra de ordem é o fato de que ela está em flagrante contradição tanto com o centralismo de sua política, tão frequentemente afirmado, como com sua atitude diante dos demais princípios democráticos. Enquanto davam prova do mais frio desprezo pela Assembleia Constituinte, pelo sufrágio universal, pela liberdade de imprensa e de reunião, em uma palavra, por todo o aparelho das liberdades democráticas fundamentais das massas populares, liberdades cujo conjunto constituía o "direito de livre determinação" na própria Rússia, eles faziam desse "direito dos povos de disporem de si mesmos" uma jóia da política democrática pelo amor da qual era preciso fazer calar todas as considerações práticas da crítica realista. Enquanto, na Rússia, não aceitavam nenhuma imposição do voto popular para a Assembleia Constituinte, o voto dado na base do sufrágio mais democrático

do mundo, em plena liberdade de uma república popular, cujo resultado proclamaram nulo por frias considerações críticas, em Brest-Litovsk, defendiam o direito dos povos de disporem de si mesmos como o verdadeiro paládio de toda a liberdade e de toda a democracia, quintessência inalterada da vontade dos povos, suprema instância decisiva nas questões referentes à sorte política das nações.

A contradição, aqui flagrante, é tanto mais incompreensível porque, nas formas democráticas da vida política, em todos os países, trata-se efetivamente, como adiante veremos, de bases extremamente preciosas e mesmo indispensáveis da política socialista, enquanto que esse famoso "direito dos povos de disporem de si mesmos" não é mais do que uma frase oca, uma ninharia pequeno-burguesa. De fato, o que significa esse direito? É um princípio elementar da política socialista combater toda sorte de opressão, como a de uma nação sobre outra. Se, apesar de tudo, homens políticos tão refletidos como Lênin, Trotsky e seus amigos, que não fazem senão dar de ombros ironicamente a palavras de ordem utópicas, tais como "desarmamento", "Sociedade das Nações", etc., fizeram dessa vez cavalo de batalha com uma frase oca do mesmo gênero, deve-se isso, parece-nos, a uma espécie de política da oportunidade. Lênin e seus amigos julgaram, manifestamente, não haver meio mais seguro de ganhar para a causa da revolução as numerosas nacionalidades do Império Russo do que concedendo-lhes, em nome da Revolução e do Socialismo, o direito absoluto de disporem de suas próprias sortes. Essa é uma política análoga à que os bol-

cheviques adotaram com relação aos camponeses russos, que pensaram conquistar ligando-os à bandeira da Revolução e do governo proletário com a palavra de ordem de tomada direta das terras. Infelizmente, num e noutro caso, o cálculo revelou-se inteiramente falso: enquanto Lênin e seus amigos esperavam manifestamente que, pelo fato de serem os defensores da liberdade nacional até a separação completa — a Finlândia, a Ucrânia, a Polônia, a Lituânia, os países bálticos, o Cáucaso, etc., viessem a se tornar aliados fieis da revolução Russa, nós assistimos precisamente ao espetáculo inverso. Uma após outra, todas essas "nações" se utilizaram da liberdade que se lhes acabava de outorgar para se aliarem ao imperialismo alemão contra a Revolução Russa. A mediação com a Ucrânia, em Brest-Litovsk, que provocou uma reviravolta decisiva nas negociações e em toda a situação política dos bolcheviques, tanto interior como exterior, é disso um exemplo notável. A atitude da Finlândia, da Polônia, da Lituânia, dos países bálticos e das nações do Cáucaso, mostra do modo mais convincente que não estamos, aqui, diante de uma exceção fortuita, mas de um fenômeno típico. Certamente, não foram as "nações" que fizeram essa política reacionária, mas somente as classes burguesas ou pequeno-burguesas que, em oposição completa às massas proletárias de seus países, fizeram desse "direito dos povos de disporem de si mesmos" um instrumento de sua política contra-revolucionária. Mas, e nós tocamos aqui o nó do problema, o caráter utópico pequeno-burguês dessa palavra de ordem nacionalista consiste precisamente em que ela se transforma em

um meio de dominação da classe burguesa, na dura realidade da sociedade de classes, sobretudo num período de antagonismos extremos. Os bolcheviques deviam ter aprendido à sua custa e à custa da revolução que, sob o regime do capitalismo, não há livre determinação dos povos; que, em uma sociedade de classes, cada classe da nação procura "determinar-se" de um modo diferente, e que, para as classes burguesas, as considerações de liberdade nacional ficam inteiramente atrás das de dominação de classe. A burguesia finlandesa e a pequena-burguesia ucraniana estavam inteiramente certas em preferir a dominação alemã à liberdade nacional, desde que esta devesse estar ligada ao perigo do "bolchevismo". A esperança de mudar essas relações reais de classes em relações contrárias, por meio de "plebiscitos", que constituíam o principal objeto das deliberações de Brest-Litovsk, e — baseando-se nos sentimentos das massas populares — obter o voto em favor da ligação à Revolução Russa, essa esperança testemunhava, se sincera, um otimismo incompreensível por parte de Lênin e de Trotsky, e, se não era mais do que uma manobra tática na luta contra a política de força alemã, era um jogo perigoso. Mesmo sem a ocupação militar alemã, o famoso "plebiscito", supondo que se tivesse realizado nos países limitrofes, teria dado, por toda parte, resultados dos quais os bolcheviques não teriam de que se felicitar, devido ao estado de espírito da massa camponesa e de camadas importantes de proletários ainda indiferentes, às tendências reacionárias da pequena-burguesia e aos milhares de meios de que dispunha a burguesia para influenciar o voto. Nessa questão

de plebiscito sobre o problema nacional, pode-se admitir como regra absoluta que as classes dominantes ou bem se arranjaram para impedi-lo, quando não lhe é favorável, ou, caso ele se realize, procura influenciar os resultados por meio de todas as manobras, o que faz precisamente que não possamos jamais introduzir o socialismo por meio do plebiscito. O fato da questão das reivindicações e tendências nacionais terem sido atiradas em cheio nas lutas revolucionárias e, pelo tratado de Brest-Litovsk, levadas ao primeiro plano e mesmo consideradas como o "shibboleth" da política socialista e revolucionária, trouxe grande perturbação nas fileiras socialistas e abalou as posições do proletariado justamente nos países limitrofes. Na Finlândia, o proletariado socialista, que há muito lutava como partido integrante da falange revolucionária da Rússia, tinha já conquistado uma posição dominante. Possuía maioria na Dieta e no exército, havia reduzido a burguesia a uma impotência completa e era o senhor da situação no país. A Ucrânia russa foi, no começo do século, a fortaleza do movimento revolucionário russo, quando as loucuras do "nacionalismo ucraniano", com os "kabo-vaantse" e os "universais", assim como o "dada" de Lênin de uma "Ucrânia independente", não haviam ainda sido inventadas. Foi de lá. De Rostov, de Odessa, da região do Don, que irromperam as primeiras torrentes de lava da revolução (dos anos 1902-1904), que inflamaram rapidamente toda a Rússia do sul, preparando a revolução de 1905. O mesmo fenômeno se repetiu na revolução atual, na qual o proletariado da Rússia do sul forneceu as tropas de elite da falange proletária. A polô-

nia e os Estados bálticos foram, desde 1905, os focos mais constantes e ardentes da revolução, no qual o proletariado socialista representava um papel preponderante.

Como aconteceu que, nesses países, a contra-revolução triunfou bruscamente? É que precisamente o movimento nacionalista, desligando-os da Rússia, paralisou o proletariado e o entregou à burguesia internacional. Em vez de visar, segundo o próprio espírito da nova política internacional de classe, que por lá representavam, o agrupamento em um bloco o mais compacto possível das forças revolucionárias, em todo o Império Russo, como território da revolução, e de opor, como comando supremo de sua política, a solidariedade dos proletários de todas as nacionalidades, no interior do Império Russo, a todas as separações nacionalistas, os bolcheviques, com sua retumbante palavra de ordem nacionalista de "direito dos povos de disporem de si mesmos, compreendida a sua separação completa", forneceram à burguesia de todos os países limítrofes o pretexto mais cômodo, pode-se mesmo dizer, a bandeira para a sua política contra-revolucionária. Em vez de pôr em guarda os proletários dos países limítrofes contra todo separatismo, como uma cilada da burguesia, eles desgarraram as massas com sua palavra de ordem, entregando-as à demagogia das classes possuidoras. Com essa reivindicação nacionalista, provocaram e prepararam o desmembramento da Rússia e colocaram nas mãos de seus próprios inimigos o punhal que estes deviam mergulhar no coração da Revolução Russa.

Certamente, sem a Judá do

a Ucrânia jamais
constituiu uma
nação ou um Estado
independente, não
tendo jamais possuído
uma cultura nacional,
a não ser algumas
poesias romântico
reacionárias

imperialismo alemão, sem "as coronhas alemães nos pulsos alemães", como escrevia a "Neus Zeit" de Kautsky, jamais os lubinsky e outros canalhas da Ucrânia, jamais os Erich, os Mannerheim, na Finlândia, e os barões bálticos teriam dado cado das massas proletárias socialistas de seus países. Mas o separatismo nacional foi o cavalo de Tróia graças ao qual os "camaradas" alemães foram introduzidos, fuzil nas mãos, em todos esses países. Certamente, foram os antagonismos reais de classe e as relações de forças militares que provocaram a intervenção da Alemanha. Foram, porém, os bolcheviques que forneceram a ideologia com a ajuda da qual se mascarou essa campanha da contra-revolução, reforçando assim as posições da burguesia e enfraquecendo as do proletariado. A melhor prova é a Ucrânia, que deveria representar um papel tão nefando nos destinos da Revolução Russa. O nacionalismo ucraniano era na Rússia algo completamente diferente do nacionalismo tcheco, polonês ou finlandês, um simples capricho, uma espécie de mania de algumas dezenas de

intelectuais pequeno-burgueses, não tendo qualquer base nas condições econômicas, políticas ou intelectuais do país, não se apoiando sobre qualquer tradição histórica, pois a Ucrânia jamais constituiu uma nação ou um Estado independente, não tendo jamais possuído uma cultura nacional, a não ser algumas poesias romântico-reacionárias, e não poderia por consequência tornar-se um organismo político sem o presente de batismo do "direito dos povos de disporem de si mesmos".

Essa espécie de fraseologia tem às vezes, na história das lutas de classes, uma importância bem real. É uma verdadeira fatalidade para o socialismo que lhe tivesse sido reservado fornecer, nesta guerra mundial, as palavras de ordem para a política contra-revolucionária. No momento da declaração de guerra, a social democracia alemã apressou-se em cobrir o assalto do imperialismo alemão com um manto ideológico tirado do armazém de acessórios do marxismo, declarando-a ser uma guerra de libertação contra o czarismo russo, desejo de nossos velhos senhores. Com sua palavra de ordem do direito dos povos de disporem de si mesmos estava reservado aos adversários dos socialistas do governo, aos bolcheviques, trazer água ao moinho da contra-revolução e de assim fornecer um pretexto ideológico não só para o esmagamento da própria Revolução Russa, como ainda para a projetada liquidação contra-revolucionária da guerra mundial. Nesse sentido, temos boas razões para examinar de bem perto a política dos bolcheviques. O "direito dos povos de disporem de si mesmos", emparelhado com a "Sociedade

das Nações" e com o "desarmamento" pela graça de Wilson é o grito de guerra com o qual se desenrolará o conflito inimemente entre o socialismo internacional e o mundo burguês. É claro que essa palavra de ordem e toda a ideologia nacionalista, que constituem atualmente o maior perigo para o socialismo internacional, receberá precisamente da Revolução russa e das negociações de Brest-Litovsk um reforço extraordinário. Teremos ainda que nos ocupar detalhadamente dessa plataforma. As consequências trágicas dessa palavra de ordem na revolução russa, em cujos espinhos os bolcheviques deveriam se prender e se ferir até sangrar. Devem servir de advertência ao proletariado internacional.

De tudo isso, saiu a ditadura da Alemanha. Desde o tratado de Brest-Litovsk ao "tratado anexo", às 200 vítimas expiatórias de Moscou.

Dai vieram o terror e o esmagamento da democracia.

IV

A dissolução da Assembleia Constituinte

Examinaremos agora isso de mais perto com alguns exemplos.

Um fato que representou um papel preponderante na política dos bolcheviques foi a famosa dissolução da Assembleia Constituinte em novembro de 1917. Essa medida exerceu uma influência decisiva em toda a sua atitude ulterior; ela foi de certo modo o ponto crucial de sua tática. É certo que Lênin e seus amigos, até sua vitória de outubro, exigiram com furor a convo-

cação da Assembleia Constituinte e que a política de sua prorrogação pelo governo Kerensky era uma de suas principais queixas contra esse governo, que assim lhes forneceu motivos de ataques extremamente violentos. Em seu estudo intitulado "Da Revolução de Outubro ao Tratado de Brest-Litovsk", Trotsky diz mesmo que o golpe de Estado de outubro foi de fato a "salvação da Constituinte e da Revolução em geral". "E quando dizíamos, prossegue ele, que a via de acesso para a Constituinte passava não pelo pré-parlamento de Tseretelli, mas pela tomada do poder pelos soviets, éramos absolutamente sinceros".

E eis que depois dessas declarações, o primeiro ato de Lênin, no dia seguinte ao da Revolução de Outubro, foi precisamente de dissolver essa mesma Assembleia Constituinte, da qual a revolução deveria ser a via de acesso! Quais os motivos que determinaram essa reviravolta? Trotsky explica-os longamente na obra acima citada, e para aqui transportamos os argumentos:

"Se os meses que precederam à Revolução de Outubro constituíram um período de lançamento das massas para a esquerda e do afluxo irresistível dos operários, soldados e camponeses para o lado dos bolcheviques, esse movimento se manifestou no seio do Partido Socialista Revolucionário pelo reforço de sua esquerda à custa da direita. Entretanto, na lista do partido ainda predominavam por três quartos os velhos nomes da ala direita... A notícia da mudança realizada espalhou-se de maneira relativamente lenta, em círculos concêntricos, da capital à província e das cidades aos vilarejos. Em muitos lugares,

as massas camponesas estavam bem pouco ao par do que se passava em Petrogrado e Moscou. Elas votaram no grupo "Terra e Liberdade" e em seus representantes nos comitês agrários, na maioria membros da *narodniki*". E assim votaram em Kerensky e Avxentief, que tinham dissolvido esses mesmos comitês e mandado prender seus membros... Esse estado de coisas permite compreender até que ponto a Constituinte ficara atrás do desenvolvimento da luta política e das mudanças realizadas na relação de forças entre os diversos partidos".

Isso não poderia ser mais convincente. Somente não pode deixar de ser estranho que pessoas tão inteligentes como Lênin e Trotsky não tenham chegado à conclusão que decorria dos fatos acima citados. Uma vez que a Assembleia Constituinte tinha sido eleita muito tempo antes da reviravolta decisiva de outubro e refletia, em sua composição, a imagem de um passado caduco e não do novo estado de coisas, a conclusão se impunha por si mesma: dissolver essa Constituinte envelhecida, natimorta mesmo, e convocar sem demora as eleições para uma nova Constituinte. Eles não podiam nem queriam confiar a sorte da Revolução a uma Assembleia que representava a Rússia de Kerensky, o período de hesitação e coalizão com a burguesia. Perfeitamente! Então nada mais restava do que convocar imediatamente uma Assembleia surfida da Rússia renovada e mais avançada. Em vez disso, da insuficiência particular da Assembleia Constituinte reunida em outubro, Trotsky concluiu a inutilidade absoluta de toda Assembleia constituinte em geral, e foi mesmo até a negação do valor de toda re-

apresentação popular surgida de eleições gerais, em período de revolução.

“Graças à luta aberta e direta pelo poder, as massas trabalhadoras acumulam em pouco tempo uma experiência política considerável e sobem rapidamente, em sua evolução, de um degrau a outro. O pesado mecanismo das instituições democráticas é tanto mais incapaz de seguir essa evolução, quanto maior for o país e mais imperfeito o seu aparelho técnico.” (Trotsky, pág. 93 da obra citada à página 149)

E assim chegamos ao “mecanismo das instituições democráticas” em geral. Nesse ponto, pode-se objetar primeiramente que essa apreciação das instituições representativas exprime uma concepção um tanto esquemática e rígida, que contradiz expressamente a experiência de todas as épocas revolucionárias do passado. Segundo a teoria de Trotsky, toda assembléia eleita não reflete as idéias, a maturidade política e o estado de espírito do eleitorado, uma vez por todas, mas somente no momento que vai às urnas. Assim, a Assembleia Democrática será sempre o reflexo da massa na época das eleições, do mesmo modo que, segundo Herschell, o céu estrelado mostra-nos os astros não como são no momento em que os contemplamos, mas como são no momento em que enviam seus raios de uma distância incomensurável sobre a terra. Isso nega completamente todo laço vivo entre os eleitos e seus eleitores, toda influência de uns sobre os outros.

Tal concepção se acha em completa contradição com toda a experiência da história. Esta

quanto mais a
instituição for
democrática, mais viva
e forte é a pulsação
da vida política das
massas, mais direta
e forte a ação que
exercem

nos mostra que o fluido vivo da opinião popular banha constantemente os corpos representativos, penetra-os, dirige-os. Senão como explicar que em todos os parlamentos burgueses assistimos de tempos em tempos às mais diversas cabriolas dos “representantes do povo”, que, animados de repente de um “espírito novo”, articulam sons inteiramente inesperados; que, de tempos em tempos, as mais enrijecidas múmias tomam ares juvenis e que os Scheidmanns de todas as espécies encontram de súbito, em seus peitos, tons revolucionários, quando a cólera ruga nas fábricas, nas oficinas e nas ruas?

Deveria essa ação viva e permanente das massas sobre os corpos eleitos para exatamente em período de revolução, diante de esquemas rígidos, programas partidários e listas de candidatos? Bem ao contrário! A revolução cria, justamente, pela flama que a anima, essa atmosfera política vibrante, impressionante, na qual as vagas da opinião pública, pulso da vida popular, agé instantaneamente e do modo mais admirável sobre os corpos representativos. É isso o que explica as cenas comoventes,

bem conhecidas, do começo de todas as revoluções, em que se vê os parlamentos reacionários ou bastante moderados, eleitos sob o velho regime por um sufrágio restrito, transformarem-se de súbito em porta-vozes heróicos da revolução, em órgãos da insurreição. O exemplo clássico é o famoso “Grande Parlamento” da Inglaterra, que, eleito e reunido em 1642, ficou sete anos em exercício e refletiu sucessivamente todas as mudanças da opinião pública, das relações das classes, do desenvolvimento da revolução até o seu ponto culminante, desde o tímido conflito inicial com a Coroa, dirigido por um speaker de joelhos, até a suprema ação da Câmara dos Lordes, a execução de Carlos I e a proclamação da Revolução.

Tudo isso mostra que “o pesado mecanismo das instituições democráticas” encontra um corretivo poderoso exatamente no movimento vivo e na pressão contínua das massas. E quanto mais a instituição for democrática, mais viva e forte é a pulsação da vida política das massas, mais direta e forte a ação que exercem apesar do caráter estreito dos programas partidários e do caráter caduco das listas de candidatos, etc.... Certamente, toda instituição democrática, como aliás, todas as instituições humanas têm seus limites e defeitos. Mas o remédio inventado por Lênin e Trotsky, que consiste em suprimir a democracia em geral, é pior do que o mal que julgaram curar: com efeito, ele obstruiu a única fonte viva da qual podem sair os meios de corrigir as insuficiências congênicas das instituições sociais, a saber, a vida política ativa, livre, enérgica, das grandes massas populares.

Tomemos um outro exemplo surpreendente: o sufrágio elaborado pelo governo dos Soviéticos. Não se vê muito bem que alcance prático se lhe atribui. D acritica feita por Trotsky e Lênin das instituições democráticas, ressalta que eles repelem, em princípio, as representações nacionais emanadas de eleições gerais e não querem senão se apoiar nos Soviéticos. Mas por que então se proclamou o sufrágio universal? É o que não se vê muito bem. Não sabemos, aliás, ter-se um dia realizado esse sufrágio: jamais se ouviu falar de eleições para qualquer espécie de representação popular feitas nessa base. É mais provável que ele tenha ficado no papel como um direito teórico. Mas isso não constitui de modo algum um produto extraordinário da teoria bolchevista da ditadura. Todo direito de voto, como aliás todo direito político, deve ser medido não segundo esquemas abstratos de justiça e outras palavras de ordem tiradas da fraseologia burguesa democrática, mas segundo as condições econômicas e sociais para as quais ele é constituído. O sufrágio elaborado pelo governo dos Soviéticos teve justamente em vista o período de ditadura do proletariado, a transição da sociedade burguesa capitalista para a forma de sociedade socialista. Segundo a interpretação dessa ditadura, representada por Lênin e Trotsky, esse direito só é concedido aos que vivem de seu próprio trabalho, e negado aos demais.

Ora, é claro que semelhante sistema eleitoral não tem sentido senão em uma sociedade que se acha economicamente em condições de permitir a todos que quiserem trabalhar a possibilidade de viver, digna e

decentemente, de seu próprio trabalho. É esse o caso da Rússia atual? Dadas as dificuldades enormes com que tem que lutar a Rússia, isolada do mercado mundial e privada de suas principais fontes de matéria-prima, dada a desorganização espantosa da vida econômica, a desordem total das relações de produção em consequência das transformações nas relações de propriedade na agricultura, na indústria e no comércio, é claro que inúmeras vidas foram desenraizadas de um golpe, atiradas fora de seu caminho, sem nenhuma possibilidade material de encontrar no mecanismo econômico qualquer emprego para sua força de trabalho. Isso não acontece somente com a classe dos capitalistas e proprietários latifundiários, mas também com grandes camadas das classes médias e da própria classe operária. É certo que o desmantelamento da indústria provocou um refluxo em massa do proletariado das cidades para os campos, onde ele procura se empregar na agricultura. Em tais condições, é uma medida absolutamente incompreensível um sufrágio político cuja condição econômica é a obrigação de trabalhar. Seu fim, segundo se diz, é de tirar os direitos políticos apenas dos exploradores. Mas enquanto as forças produtivas são desenraizadas em massa, o governo dos Soviéticos vê-se obrigado, num grande número de casos, a devolver sem hesitação a indústria nacional aos antigos proprietários capitalistas. Assim, a utilização dos técnicos burgueses revelou-se indispensável. Outra consequência desse fenômeno é que camadas crescentes do proletariado, como o exército vermelho, são mantidas pelo Estado com os recursos dos fundos públicos. Na realidade, esse sistema priva

de seus direitos camadas crescentes da pequena-burguesia e do proletariado, para as quais o organismo econômico não apresenta nenhum modo de exercer a obrigação do trabalho. Um sistema eleitoral que faz do direito do voto um produto utópico da imaginação, sem qualquer ligação com a realidade social, é um absurdo. Eis porque isso não é um verdadeiro instrumento da ditadura do proletariado. É um anacronismo, uma antecipação da situação jurídica, que poderá se conceber numa economia socialista já realizada, mas não no período transitório da ditadura proletária.

Quando toda a classe média, os intelectuais burgueses e pequeno-burgueses, logo após a Revolução de Outubro, boicotaram durante meses o governo dos Soviéticos e paralisaram as comunicações por estradas de ferro, correios e telégrafos, o ensino, o aparelho administrativo, revoltando-se assim contra o governo operário, impunham-se medidas de pressão contra eles, a retirada de seus direitos políticos, de seus meios de subsistência econômica, etc., com o fim de quebrar sua resistência com punho de ferro. Era justamente aqui que se manifestava a ditadura socialista, que não deve recuar diante de nenhum meio de constrangimento para impor certas medidas no interesse da coletividade. Ao contrário, um sistema eleitoral que decreta a privação geral de direitos para vasta camada da sociedade, quando ele próprio não se acha em condições de lhes dar um lugar econômico dentro desse quadro, uma privação de direitos que não é uma medida concreta tendo em vista um fim concreto, mas uma regra geral de efeito duradouro, não é uma necessi-

dade da ditadura, mas uma improvisação inviolável. Tanto para o Soviete, como espinha dorsal, quanto para a Constituinte e o sufrágio universal.

V

Democracia e ditadura

A questão, porém, ainda está longe de ter sido esgotada. Não consideramos ainda a supressão das principais garantias democráticas de uma vida pública sã e da atividade política das massas operárias; a liberdade de imprensa, de associação, de reunião, totalmente suprimida para todos os adversários do governo dos Sovietes. A argumentação de Trotsky sobre o peso dos corpos democráticos eleitos é completamente insuficiente para justificar a supressão desses direitos. Ao contrário, é um fato absolutamente incontestável que sem liberdade ilimitada de imprensa, sem inteira liberdade de reunião e de associação é inconcebível a dominação das grandes massas populares. Lênin diz: o Estado burguês é um instrumento de opressão da classe operária e o Estado capitalista é um instrumento de opressão da burguesia. É de certo modo o Estado capitalista de cabeça para baixo. Essa concepção simplista esquece o essencial: se a dominação de classe da burguesia não tinha necessidade de uma educação política das massas populares, pelo menos além de certos limites bastante estreitos, para a ditadura proletária, ao contrário, ela é o elemento vital, o ar sem o qual esta não poderá viver.

"Graças à luta aberta e direta pelo poder, as massas trabalhadoras acumulam em pouco tempo uma experiência política considerável e sobem rapidamente,

**Liberdade somente
para os partidários
do governo, para
os membros de
um partido, por
numerosos que sejam,
não é liberdade**

em sua evolução, de um degrau a outro."

Aqui, Trotsky refuta-se a si mesmo, refutando, ao mesmo tempo, seus amigos. Justamente porque isso é verdade, eles obstruíram a fonte da experiência política e do desenvolvimento ao suprimirem toda vida pública. Ou será preciso admitir que a experiência e o desenvolvimento, necessários até a tomada do poder pelos bolcheviques, atingiram então seu apogeu e tornaram-se supérfluos? (Discurso de Lênin: A Rússia está mais do que madura para o socialismo!!!)

Na realidade, é tudo ao contrário. São justamente as tarefas gigantescas, às quais os bolcheviques se pegaram com coragem e resolução, que necessitavam da mais intensa educação política das massas e de uma acumulação de experiências impossíveis sem liberdade política.

Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros de um partido, por numerosos que sejam, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade daquele que pensa de modo diferente. Não por fanatismo de "justiça", mas porque tudo quanto há de ins-

trutivo, de salutar e purificante na liberdade política, prende-se a isso e perde sua eficácia quando a "liberdade" torna-se um privilégio.

A teoria da ditadura, segundo Lênin-Trotsky, admite tacitamente que a transformação socialista é uma coisa para a qual o partido da Revolução tem no bolso uma receita inteiramente pronta e que não se trata senão de aplicá-la com energia. Infelizmente — ou felizmente, se quiserem — não é assim. Bem longe de ser uma soma de prescrições feitas, que não teriam mais do que ser aplicadas, a realização prática do socialismo como sistema econômico, jurídico e social é algo que fica completamente envolto nas brumas do futuro. O que temos em nosso programa não são mais do que alguns grandes marcos orientadores, que indicam a direção geral a seguir — indicações, aliás, de um caráter sobretudo negativo. Sabemos mais ou menos o que preliminarmente devemos suprimir no sentido de deixar o caminho livre para a economia socialista. Ao contrário, nenhum programa de partido, nenhum manual de socialismo, pode indicar de que espécie serão as milhares de grandes e pequenas medidas concretas que têm em vista introduzir os princípios socialistas na economia, no direito, em todas as relações sociais. Não é uma inferioridade, mas justamente uma superioridade do socialismo científico em relação ao socialismo utópico considerar que o socialismo não deve e não pode ser mais do que um produto histórico nascido da própria escola da experiência, no momento das realizações da marcha viva da história, que, exatamente como a natureza orgânica da qual afinal é uma parte, tem

o bom hábito de sempre criar, com uma verdadeira necessidade, os meios de satisfazê-la, a solução com o problema. E assim sendo, é claro que o socialismo, segundo sua própria essência, não pode ser outorgado, introduzido por decreto. Ele supõe toda uma série de medidas violentas contra a propriedade, etc.... O que é negativo, a destruição, pode-se decretar; não se pode decretar o que é positivo, a construção. Terras virgens. Problemas para milênios. Só a experiência é capaz de trazer os corretivos necessários e de abrir novos caminhos. Só uma vida intensa, inteiramente livre, realiza milhares de formas e improvisações novas, recebe uma força criadora e corrige ela mesma suas próprias falhas. A vida pública dos Estados de liberdade limitada é tão pobre, tão esquemática, tão infecunda, precisamente porque, excluindo a democracia, ela fecha a fonte viva de toda a riqueza e de todos os progressos intelectuais. (São provas os anos de 1905 e seguintes e os meses de fevereiro-outubro de 1917.) Tanto no domínio político como no domínio econômico e social. Todo o povo deve participar disso. De outro modo, o socialismo é decretado, outorgado, por uma dezena de intelectuais reunidos em torno de um pano verde.

Um controle público é absolutamente necessário. Do contrário, a troca de experiências não é possível senão no círculo fechado dos funcionários do novo governo. Corrupção inevitável (palavras de Lênin, "Boletim de Informações", nº 29). A prática do socialismo exige toda uma transformação intelectual das massas degradadas por séculos de dominação burguesa. Instintos egoístas, iniciativa

das massas em lugar da inércia, idealismo que transpõe todo sofrimento, etc.... Ninguém o sabe melhor, nem o demonstra com tanta força, nem o repete com tanta obstinação do que Lênin. Só que ele se engana completamente quanto aos meios: decretos, poder ditatorial dos diretores de fábricas, punições draconianas, reinado do terror e outros tantos meios impedem essa renascença. O único caminho é a próprias escola da vida pública, a democracia mais ampla e ilimitada, a opinião pública. É justamente o terror que desmoraliza.

Tudo isso excluído, o que resta? Lênin e Trotsky colocaram os Soviéticos como a única representação verdadeira das massas operárias, no lugar dos corpos representativos surgidos de eleições gerais. Mas, abafando a vida política em todo o país, é fatal que a vida no próprio Soviético seja cada vez mais paralisada. Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem luta livre entre as opiniões a vida morre em todas as instituições públicas, torna-se uma vida aparente, na qual a burocracia resta como o único elemento ativo. Essa é uma lei da qual ninguém pode se subtrair. A vida pública entra pouco a pouco em sono. Algumas dezenas de chefes de uma energia infatigável e de um idealismo sem limites dirigem o governo e, entre eles, os que governam de fato são uma dezena de cabeças eminentes, enquanto que uma elite da classe operária é convocada de tempos em tempos para reuniões com o fim de aplaudir os discursos dos chefes e de votar unanimemente as resoluções que lhe são apresentadas. É, pois, no fundo, um governo de grupo, uma ditadura

de verdade, não apenas do proletariado, mas a de um punhado de figurões, isto é, uma ditadura no sentido burguês, no sentido da dominação jacobina (o adiamento do congresso dos Soviéticos de 3 para 6 meses!!!). Ainda mais: um tal estado de coisas deve provocar necessariamente uma "barbarização" da vida pública, atentados, fuzilamento de presos, etc....

Discurso de Lênin sobre a disciplina e a corrupção:

A anarquia será inevitável entre nós, por toda parte. O elemento do lumpen proletariado é inerente à sociedade burguesa e dela não pode ser separado.

Provas:

1 - Prússia Oriental; as pilhagens dos "cossacos";

2 - A explosão geral do roubo e da pilhagem na Alemanha: "especulação" do pessoal dos correios e das estradas de ferro, polícia; supressão completa dos limites entre a boa sociedade e o populacho;

3 - Aviltamento rápido dos líderes sindicais.

Contra isso, porém, as medidas de terror draconianas nada podem. Ao contrário, elas só fazem aumentar a corrupção. Único remédio: idealismo e atividade social das massas, liberdade política ilimitada.

Essa é a lei todo-poderosa, da qual nenhum partido pode se subtrair.

O erro fundamental da teoria Lênin-Trotsky está justamente em que, tal como Kautsky, eles opõem democracia

e ditadura. "Ditadura ou democracia", assim se coloca a questão tanto para os bolcheviques como para Kautsky. Este último, bem entendido, pronuncia-se pela democracia burguesa, pois a contrapõe à transformação socialista. Lênin e Trotsky, ao contrário, pronunciam-se pela ditadura de um punhado de pessoas, quer dizer, pela ditadura segundo o modelo burguês. Eis aí dois pólos opostos, muito distantes um e outro da verdadeira política socialista. O proletariado, uma vez no poder, não pode, segundo o bom conselho de Kautsky, renunciar à transformação socialista, sob o pretexto de que "o país não está maduro" e votar-se apenas à democracia sem se trair a si próprio e sem trair, ao mesmo tempo, a Internacional e a revolução. Eles têm justamente o dever e a obrigação de se entregarem imediatamente à aplicação das medidas socialistas da maneira mais enérgica, inexorável e brutal, por conseguinte, de exercer a ditadura, mas uma ditadura de classe e não de um partido ou grupo, ditadura de classe com a mais ampla popularidade e a participação mais ativa e ilimitada das massas populares numa democracia completa.

"Como marxistas, nunca fomos idólatras da democracia formal", escreve Trotsky. Por certo, nunca fomos idólatras do socialismo e do marxismo. Resultaria disso que, como Cynow-Lensek-Parvus, teríamos o direito de por de lado o socialismo ou o marxismo quando eles nos atrapalham? Trotsky e Lênin são a negação viva dessa questão. Que nunca tenhamos sido idólatras da democracia formal não quer dizer senão uma coisa: sempre fizemos distinção entre o núcleo social e a forma política da democracia

A tarefa histórica que cabe ao proletariado, uma vez no poder, é de criar a democracia socialista em lugar da democracia burguesa e não de suprimir toda democracia.

burguesa, sempre desvendamos o duro núcleo da desigualdade e da servidão sociais, acobertado pelo suave invólucro da igualdade e liberdade formais, não para rejeitá-las, mas para incitar a classe operária a não se contentar com elas e a tomar o poder político para encher o invólucro de um conteúdo social novo.

A tarefa histórica que cabe ao proletariado, uma vez no poder, é de criar a democracia socialista em lugar da democracia burguesa e não de suprimir toda democracia. A democracia socialista não começa somente na terra prometida, quando já tiver sido criada a infra-estrutura da economia socialista, como um presente de Natal para o bom povo que, nesse intervalo, sustentou fielmente o punhado de ditadores socialistas. A democracia socialista começa com a destruição da dominação de classe e a tomada do poder pelo partido socialista. Ela não é outra coisa senão a ditadura do proletariado.

Perfeitamente: ditadura! Mas essa ditadura consiste na maneira de aplicar a democracia, não em sua abolição, por intervenções enérgicas, resolutas, nos

direitos adquiridos e nas relações econômicas da sociedade burguesa, sem os quais a transformação socialista não pode ser realizada. Essa ditadura deve ser obra da classe e não de uma reduzida minoria dirigente em nome da classe. Dito de outro modo, ela deve sair passo a passo da participação ativa das massas, deve estar sob sua influência direta, submetida ao controle da opinião pública, deve ser produto da crescente educação política das massas populares. Seria certamente assim que teriam procedido os bolcheviques se não tivessem sofrido a terrível pressão da guerra mundial, da ocupação alemã e de todas as enormes dificuldades que delas decorreram e que devem necessariamente desfigurar toda política socialista animada das melhores intenções e inspirada nos mais belos princípios. Disso é prova bastante clara o excessivo emprego do terror pelo governo dos Soviéticos, principalmente no período que começou depois do atentado contra o embaixador alemão. A verdade banal de que as revoluções não são batizadas com água de rosas é em si mesma muito insuficiente.

Tudo que se passa na Rússia se explica perfeitamente: é uma cadeia inevitável de causas e feitos, cujos pontos de partida e de chegada são a carência do proletariado alemão e a ocupação da Rússia pelo imperialismo alemão. Seria exigir de Lênin e seus amigos uma coisa sobre-humana pedir-lhes que, em semelhantes condições, criassem por uma espécie de mágica a mais bela democracia, a mais exemplar ditadura do proletariado e e uma economia socialista florescente. Com sua atitude resolutamente revolucionária, sua energia sem exemplo e sua

Inabalável fidelidade ao socialismo internacional, eles fizeram o quanto foi possível em condições tão terrivelmente difíceis. O perigo começa no ponto em que, fazendo das necessidades virtudes, eles criaram uma teoria da tática imposta por essas condições fatais, pretendendo recomendá-la ao proletariado internacional como o modelo da tática socialista. Assim, do mesmo modo como eles se arriçam inutilmente e colocam seu verdadeiro e incontestável mérito histórico sob o acúmulo de erros impostos pela necessidade, prestam ao socialismo internacional, por cujo amor têm lutado e sofrido, um mau serviço quando pretendem trazer-lhe como idéias novas todos os erros cometidos na Rússia sob a pressão das necessidades — erros que afinal não foram senão a consequência da falência do socialismo internacional nessa guerra mundial.

Os socialistas governamentais da Alemanha podem gritar que a dominação dos bolcheviques na Rússia não é mais do que uma caricatura da ditadura do proletariado. Quer seja ou não, tal aconteceu justamente porque ela foi uma consequência da atitude do proletariado alemão, que não foi mais do que a caricatura de uma luta de classes. Vivemos sob a lei da história e a ordem socialista não pode estabelecer-se senão internacionalmente. Os bolcheviques têm demonstrado que podem fazer tudo o que um partido verdadeiramente revolucionário pode fazer nos limites das possibilidades históricas. Não procuram fazer milagres. E seria um milagre uma revolução proletária modelar e impecável num país isolado, esgotado pela guerra, premido pelo imperialismo, trai-

do pelo proletariado internacional. O que importa é distinguir na política dos bolcheviques o essencial do acessório, a substância do acidente. Neste último período, quando nos encontramos na vésperas decisivas no mundo inteiro, o mais importante problema do socialismo é precisamente a questão palpitante do momento: não essa ou aquela questão de detalhe técnico, mas a capacidade de ação do proletariado, a combatividade das massas, a vontade de realizar o socialismo. Nesse sentido, Lênin, Trotsky e seus amigos foram os primeiros a dar o exemplo ao proletariado mundial. Eles são ainda os únicos que podem exclaimar com Hutten: Eu ousei!

Eis o que é essencial e duradouro na política dos bolcheviques. Conquistando o poder e colocando praticamente o problema da realização do socialismo, fica-lhes o mérito imorredouro de terem dado o exemplo ao proletariado internacional e um enorme passo no caminho do ajuste de contas final entre o capital e o trabalho no mundo inteiro. Na Rússia, o problema não poderia ter sido senão colocado. E é nesse sentido que o futuro pertence em toda a parte ao "bolchevismo".

[1918]

Rosa Luxemburg, militante marxista, foi assassinada com um tiro na cabeça em Janeiro de 1919, após ser sequestrada e torturada por paramilitares, crime encomendado pelo governo social-democrata alemão.

EXPEDIENTE

SOCIALISMO E LIBERDADE

Ano I | N° 02 | Agosto de 2009 ISSN 1984 4700

Uma publicação da Fundação Lauro Campos

Av. Rio Branco, 185/1525 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20040-007 - Tel.: (21) 2215-2491

Edição Milton Temer | Sérgio Granja

Jornalista responsável Milton Temer (MTb 26134/70)

Projeto gráfico Fernando Braga. Capa e diagramação Jackson Anastacio

Produção Sílvia Mundstock. Impressão LWC Editora e Gráfica. Tiragem 2000

Diretoria da Fundação Lauro Campos

PRESIDENTE DE HONRA:

Oraida Policena de Andrade Campos

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente:

Jorge Milton Temer

Diretor Técnico:

Martiniano Pereira Cavalcante Neto

Diretor Administrativo-Financeiro:

Mário Agra Júnior

CONSELHO DE CURADORES

Presidente:

Carlos Roberto de Souza Robaina

Vice-presidente:

José Enrique Morales Bicca

Membros titulares:

Helôisa Helena Lima de Moraes Carvalho

Ewerson Claudio de Azevedo

Ema Regina Greber Carneiro

Breno de Souza Rocha

Antonio Jacinto Filho

Membros suplentes:

Jefferson Davidson Dias de Moura

Alice Guimarães Rainho

Honório Luiz de Oliveira Rego

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Antonio Carlos de Andrade

Membros titulares:

Alexandre Varela

Israel Linhares Franco

Membros suplentes:

Jaqueline Teresa Aguiar

Maurício Alves Santana

SOCIALISMO E LIBERDADE



Fundação Lauro Campos

SOCIALISMO E LIBERDADE

www.socialismo.org.br



Fundação Lauro Campos

SOCIALISMO E LIBERDADE

www.socialismo.org.br